



Simone Príncipe Rondon

**RESILIÊNCIA
FEMININA
NO PANTANAL
EM MEIO
AOS DESASTRES
AMBIENTAIS
E CLIMÁTICOS**



Simone Príncipe Rondon

RESILIÊNCIA FEMININA NO PANTANAL EM MEIO AOS DESASTRES AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

I São Paulo I 2025 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R771r

Rondon, Simone Príncipe -
Resiliência feminina no Pantanal em meio aos desastres
ambientais e climáticos / Simone Príncipe Rondon. – São
Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-523-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-523-7

1. Resiliência Feminina. 2. Mulheres do Pantanal. 3. Práticas
Ecológicas. 4. Redes de cuidado. 5. Desastres ambientais.
I. Rondon, Simone Príncipe. II. Título.

CDD 305.42 098172

Índice para catálogo sistemático:

I. Mulheres - Resiliência

II. Ecologia - Pantanal

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 a autora.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Felipe Augusto Rondon de Oliveira
Tipografias	Acumin, Belarius Poster, Mongoose
Revisão	Regina Maria Horta Barbosa de Oliveira
Autora	Simone Príncipe Rondon

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecília Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlerth Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Epígrafe

*"Mesmo quando a terra queima e a
água some, elas seguem.
Com o que sabem, com o que
sentem, com o que dividem.
Não esperam o socorro de longe:
elas inventam
caminhos pelos campos,
no apagar dos incêndios,
na polpa que ainda resta,
no replantar de árvores,
na renovação da vida.
São mulheres que não
desistem de sua terra.
por Simone Príncipe Rondon
— Inspirado nas vozes das
mulheres pantaneiras*



SUMÁRIO

Agradecimentos	13
-----------------------------	-----------

Apresentação	15
---------------------------	-----------

Heloísa Bruna Grubits

Prefácio	16
-----------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Introdução	18
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

O Pantanal Sul-mato-grossense	29
--	-----------

Comunidade e apropriação de lugar	47
---	----

A comunidade Porto da Manga	51
-----------------------------------	----

A comunidade da APA Baía Negra	83
--------------------------------------	----

A comunidade Antônio Maria Coelho	101
---	-----

A comunidade ribeirinha Porto Esperança	125
---	-----

CAPÍTULO 3

A produção dos dados e discussão	143
---	------------

Novos caminhos da pesquisa	146
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 4

Questionário sociodemográfico ocupacional e de saúde.....	148
Sobre a faixa etária das participantes.....	149
Dados sobre a escolaridade	150
Situação conjugal e estrutura familiar	152
Dados ocupacionais.....	155
Renda pessoal.....	158
Sobre benefícios	160
Sobre religião.....	162
Sobre bens materiais.....	163
Acesso à tecnologia digital.....	165
Transporte e mobilidade	167
Sobre saúde	169
Sobre os impactos ambientais	171

CAPÍTULO 5

A entrevista semiestruturada	175
Percepções sobre qualidade de vida: comunidade Antônio Maria Coelho.....	177
Percepções sobre qualidade de vida: comunidade Porto Esperança.....	180
A relação com os homens na comunidade Antônio Maria Coelho	181
A relação com os homens na comunidade Porto Esperança	184

A percepção sobre o feminino: comunidade Antônio Maria Coelho.....	186
---	-----

A percepção sobre o feminino: comunidade Porto Esperança.....	189
--	-----

Sobre morar na comunidade Antônio Maria Coelho.....	192
--	-----

Sobre morar na comunidade de Porto Esperança	192
---	-----

CAPÍTULO 6

As rodas de conversa.....	197
---------------------------	-----

Considerações finais.....	202
---------------------------	-----

Referências.....	207
------------------	-----

Sobre a autora	224
----------------------	-----

Índice remissivo.....	226
-----------------------	-----



AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela saúde e resiliência que me permitiram concluir cada etapa deste processo. *"Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória para sempre!" (Romanos 11:36)*

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Heloisa Bruna Grubits, por ter caminhado comigo nesta jornada, não apenas com seu olhar crítico e atento, mas também com palavras de encorajamento, acolhimento e confiança. Sou profundamente grata por cada orientação, cada leitura cuidadosa e cada conversa que me fez acreditar ainda mais na força e na relevância deste trabalho. Obrigada por me ensinar, pelo exemplo, que orientar é, acima de tudo, um gesto de partilha, generosidade e compromisso ético com a pesquisa e com as pessoas.

Ao meu marido, Felipe Augusto, que me acompanhou em todas as visitas nas comunidades, sempre preocupado com minha integridade física e bem-estar durante a pesquisa. Gratidão por todo amor e cuidado.

Às minhas filhas Giovanna e Manuela, agradeço pelas constantes palavras de incentivo, apoio e compreensão que tornaram o caminho mais leve e cheio de ânimo.

Aos membros da banca examinadora, Anita Guazzelli Bernardes, Sônia Grubits e Denise Machado Duran Gutierrez, por suas importantes contribuições que enriqueceram este trabalho e me impulsionaram na busca pela excelência acadêmica.

Agradeço também às comunidades pantaneiras de Porto da Manga, APA Baía Negra, Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, que gentilmente me acolheram e compartilharam suas histórias e vivências. Sem a participação e generosidade dessas mulheres esta pesquisa não teria sido possível.

Aos meus colegas e demais professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde - UCDB, pela convivência e pelas trocas de conhecimento ao longo desta jornada. Os momentos de colaboração e apoio mútuo foram muito importantes durante todo o caminho.

APRESENTAÇÃO

Simone Príncipe Rondon é psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atua com base em uma Psicologia implicada e situada, comprometida com a escuta sensível de mulheres em seus territórios, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Seu trabalho tem como horizonte a promoção e a manutenção da saúde mental feminina, reconhecendo que o cuidado psicológico não pode estar dissociado das condições históricas, ecológicas, políticas e afetivas que moldam suas existências.

Sua trajetória como pesquisadora e psicóloga social se entrelaça com as populações que residem às margens dos rios do Pantanal sul-mato-grossense, onde desenvolveu esta pesquisa. Nessas vivências, escutou com profundidade e ética as mulheres que seguem enfrentando os efeitos das queimadas, da seca, da mineração e da invisibilidade institucional — e que, ainda assim, cultivam cuidado, memória, força e pertencimento.

Este é seu primeiro livro publicado — resultado da pesquisa desenvolvida durante o mestrado. Uma obra que nasceu no território pantaneiro, em meio as águas que ora correm, ora se ausentam, e da força de mulheres resilientes que, como as plantas nativas, resistem, se adaptam e florescem entre as adversidades. Não por acaso, Simone — cujo nome carrega o sentido de “aquela que ouve” — tem feito da escuta um gesto ético, político e afetivo, ao reunir o rigor acadêmico com uma escuta sensível que ouve vozes femininas que inspiram e resistem em seus territórios.

PREFÁCIO

por Profa. Dra. Heloísa Bruna Grubits,

Doutora em Ciências Médicas (UNICAMP) e

Pós-Doutora em Desenvolvimento Humano (CIAD – México)

Docente e orientadora do Programa de Pós-Graduação em

Psicologia (Psicologia da Saúde) – UCDB

Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Família Multiespecie

Campo Grande, MS – 2025

A trajetória da pesquisadora, originária do Rio de Janeiro, revela um percurso que articula afetividade, rigor acadêmico e compromisso social. Movida por valores éticos, curiosidade científica e uma postura investigativa sensível, ela adentrou o Pantanal sul-matogrossense por uma escolha que envolveu não apenas o campo acadêmico, mas também vínculos afetivos e existenciais.

A condução da pesquisa, centrada em uma temática ainda pouco explorada — especialmente no contexto das mulheres pantaneiras — demandou flexibilidade metodológica, escuta qualificada e uma perspectiva fundamentada na Psicologia Ambiental, na Psicologia Comunitária e no Ecofeminismo. Esses campos, ao dialogarem com a Psicologia da Saúde, possibilitaram uma compreensão ampliada dos processos de cuidado, pertencimento, resiliência e construção coletiva de saberes em contextos socioterritoriais marcados por diversidade e resistência.

Em um tempo marcado por crises climáticas, retrocessos ambientais e apagamentos históricos, esta obra — fruto da pesquisa de Mestrado em Psicologia da Saúde, da qual tive a honra de ser orientadora — reconhece o que tantas vezes é invisibilizado: as formas corajosas e inventivas com que mulheres pantaneiras sustentam a vida, mesmo quando muito parece faltar. Mulheres que cuidam, pescam, coletam, semeiam, protegem e persistem — entre queimadas, secas excessivas e o silêncio das políticas públicas, elas não desistem da vida em seus territórios.

Ao longo do processo de pesquisa, acompanhei de perto uma construção metodológica comprometida não apenas com o rigor técnico, mas com o respeito profundo aos sujeitos e aos territórios implicados. Simone Príncipe não foi ao Pantanal apenas para buscar dados — ela foi para escutar histórias, construir pontes e reconhecer os saberes ecológicos de mulheres cuja resiliência se revela como traço fundamental.

A inserção no território permitiu à pesquisadora compreender como essas mulheres constroem sentidos frente aos desafios sociais, ambientais e afetivos, reafirmando o feminino em sua potência, por meio de práticas culturais, estratégias de enfrentamento e formas singulares de preservação da vida. O reconhecimento desses elementos possibilitou destacar essas vivências como fontes legítimas de conhecimento, de saúde e de sustentação simbólica e ecológica, contribuindo para a valorização de saberes historicamente invisibilizados.

Este livro ressalta o valor e a resistência feminina diante das transformações e ameaças socioambientais que atravessam seus modos de vida. Mais do que uma investigação acadêmica, a obra expressa o compromisso ético e político de uma Psicologia que escuta, acolhe e se implica nas realidades que estuda. Ao acompanhar o cotidiano das mulheres pantaneiras, a obra convida a repensar o lugar da Psicologia frente aos desafios ecológicos e sociais do nosso tempo.

Mulheres como Simone — cuja trajetória inspirou a pesquisa — revelam que, mesmo em contextos marcados por adversidades, emergem práticas de cuidado de si e do outro, vínculos afetivos protetivos e uma relação saudável com o ambiente, elementos centrais tanto para a promoção da saúde quanto para a afirmação de modos de vida sustentáveis e enraizados no feminino.

Orientar esta pesquisa foi, sem dúvida, um grande desafio — mas um daqueles que nos transforma. Atravessar esse caminho ao lado da autora proporcionou-me um profundo crescimento, tanto pessoal quanto profissional. E, ao final da jornada, vi emergir não apenas uma pesquisadora madura, mas também uma nova identidade: uma carioca que se fez pantaneira, ou talvez, uma pantaneira com alma carioca — síntese viva do encontro entre o saber, o afeto e a terra.



1

INTRODUÇÃO

Este livro nasce da força silenciosa que sustenta as margens de um dos maiores biomas úmidos do planeta. Entre rios que secam, matas que ardem e comunidades que insistem em florescer, mulheres pantaneiras guardam, em suas mãos, gestos e saberes — expressões de uma resiliência que desafia o colapso. Aqui, não se trata apenas de apresentar resultados de uma pesquisa: é também abrir espaço para escutar vozes que mantêm viva a ligação entre território, comunidade e esperança. A resiliência feminina, eixo central desta obra, não é apenas teoria: é prática cotidiana, forma de cuidado, política silenciosa e, sobretudo, convite a repensar o modo como compreendemos o desenvolvimento. Este livro é, antes de tudo, uma travessia — entre teoria, comunidade e vida.

Como psicóloga, entendo que ouvir essas histórias vai além de reunir depoimentos: é entrar em subjetividades marcadas por tensões, memórias e saberes que desafiam as fronteiras entre indivíduo e coletivo. Esta obra propõe reflexões que dialogam com a Psicologia, questionando o quanto ainda precisamos expandir o olhar para territórios onde o cuidado e a força de persistir brotam da solidariedade e da relação viva com a natureza. É, portanto, também um convite para reinventar práticas comprometidas com a dignidade, a escuta sensível e a sustentabilidade da vida.

Nas últimas décadas, os desastres ambientais e as mudanças climáticas têm se intensificado em escala global, afetando ecossistemas, biodiversidade e modos de vida das populações tradicionais e ribeirinhas em áreas vulneráveis. No Brasil, uma das regiões mais impactadas é o Pantanal Sul-mato-grossense, considerado um dos maiores e mais ricos biomas úmidos do mundo, cujas características naturais únicas são essenciais para a preservação da riqueza biológica e para a manutenção da cultura e dos meios de subsistência das comunidades locais.

No entanto, a exploração mineral, as queimadas e a intensificação de secas têm agravado significativamente as condições de vida e segurança ambiental, especialmente das mulheres pantaneiras, que desempenham um papel fundamental na gestão dos recursos naturais e na preservação dos saberes tradicionais e práticas ecológicas (RODRIGUES, 2020; SILVA, 2021). Esse cenário de desastres ambientais e vulnerabilidade social coloca em evidência as condições de vida das mulheres que habitam o Pantanal, bem como as especificidades de suas vivências e contribuições para a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

A extração do minério, realizada de maneira intensiva e com insuficientes cuidados ambientais, tem provocado uma série de consequências deletérias para o ecossistema local, incluindo a poluição dos recursos hídricos, a degradação do solo e a perda de biodiversidade. Além disso, a manipulação ambiental resultante dessas atividades afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores das regiões afetadas, exacerbando os problemas de saúde e vulnerabilidade social (BRIDGE, 2010, P. 211).

As mulheres pantaneiras possuem um conhecimento profundo dos ciclos naturais, das práticas de coleta e manejo de recursos, e atuam na defesa de seus territórios frente à gestão ambiental. Por meio de práticas e saberes ecológicos transmitidos por gerações, essas mulheres articulam estratégias de resistência que contribuem para a sustentabilidade ambiental e possibilitam a sobrevivência econômica de suas comunidades (ALMEIDA, 2019).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer as vivências das mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense no cenário dos desastres ambientais e climáticos, buscando compreender suas percepções, saberes e desafios no contexto das questões ambientais locais. Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: demonstrar o perfil das mulheres

e comunidades por meio do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde e da Observação Participante, descrevendo suas condições de vida e fornecendo um panorama das especificidades que compõem essas comunidades.

Por meio da Entrevista Semiestruturada e da Roda de Conversa, compreender suas percepções sobre qualidade de vida, como as questões climáticas e ambientais impactam suas vivências, questões ligadas ao feminino e às relações de gênero nas comunidades, permitindo o entendimento sobre como esses elementos influenciam suas experiências diárias e moldam suas interações sociais, familiares e de trabalho.

Com este estudo, objetiva-se evidenciar as contribuições essenciais das mulheres para a sustentabilidade ambiental e meios de subsistência, destacando a valorização dos seus saberes e práticas ecológicas. Ao documentar esses aportes, a pesquisa pretende enfatizar a importância do papel feminino na gestão e conservação dos recursos naturais locais.

O engajamento das mulheres pantaneiras tem se revelado um diferencial para a promoção da sustentabilidade ambiental, além de suas articulações em movimentos sociais e comunitários no bioma Pantanal. O envolvimento feminino contribui significativamente para a valorização e o fortalecimento da cultura e das práticas típicas das comunidades ribeirinhas e tradicionais que habitam essa região. De acordo com Leach & Tadros (2020), o empoderamento das mulheres não apenas melhora sua posição econômica, mas também reforça a coesão social e promove práticas sustentáveis que são essenciais para a preservação ambiental.

Portanto, o termo “resiliência feminina” pode ser entendido como a capacidade das mulheres de superar, adaptar-se e prosperar frente às adversidades, mantendo sua identidade, valores e capacidade de ação. Nesse contexto estão envolvidos processos

psicossociais que são influenciados por fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais, tornando-se um conceito valioso para estudos relacionados a contextos de vulnerabilidade e resistência, especialmente em comunidades que enfrentam problemáticas ambientais, como no caso do Pantanal sul-mato-grossense.

A resiliência feminina é um conceito amplamente discutido em diferentes campos da Psicologia, como a Psicologia Ambiental, a Psicologia Comunitária e os Ecofeminismos. Quando aplicada às experiências das mulheres, essa noção ganha uma dimensão mais profunda, ao considerar as especificidades das opressões de gênero, das desigualdades sociais e dos desafios ambientais enfrentados por elas. Segundo Gómez e Yoshikawa (2021), a resiliência de mulheres inseridas em contextos comunitários é fortemente influenciada pela eficácia coletiva e por iniciativas promovidas dentro da própria comunidade, as quais as fortalecem na superação de adversidades.

A perspectiva de gênero é fundamental para a compreensão da resiliência feminina. Estudos ecofeministas indicam que as mulheres, especialmente aquelas inseridas em contextos rurais e tradicionais, ocupam uma posição estratégica de enfrentamento diante dos desafios ambientais. Isso ocorre porque seus papéis na preservação das práticas cotidianas de cuidado com a terra, os recursos naturais e a família as colocam na linha de frente dos impactos provocados pelos desastres ambientais. Essas mulheres detêm um *"conhecimento invisibilizado"*, essencial para práticas de conservação e sustentabilidade, sendo a resiliência feminina uma manifestação de resistência e de gestão ativa dos ecossistemas dos quais dependem para assegurar a continuidade de suas comunidades (SHIVA, 2016).

De acordo com Ungar (2018, p. 38), "a resiliência deve ser entendida como um fenômeno culturalmente mediado e socialmente distribuído, em que redes de apoio comunitário e laços familiares desempenham um papel fundamental na superação dos desafios enfrentados por grupos em contextos de adversidade".



Nessa perspectiva, a resiliência é moldada tanto pela capacidade de adaptação aos desastres ecológicos quanto pela forma como as mulheres transformam as relações de poder e os papéis de gênero que as envolvem. Assim, a resiliência de gênero que essas mulheres expressam é fruto da interseção entre suas identidades de gênero, os desafios ambientais que enfrentam e a capacidade de mobilizar seus saberes e práticas tradicionais na superação das adversidades.

A “ecologia do cuidado” reflete uma interconexão profunda entre o cuidado com a terra, os recursos naturais e a vida comunitária (SHIVA, 2016, P.112). No entanto, desastres ambientais e climáticos recorrentes, como as queimadas e secas, impõem desafios significativos a essas práticas, ameaçando tanto o meio ambiente quanto a coesão social das comunidades.

As mulheres da região do Pantanal desempenham papéis fundamentais na sustentação de suas famílias e comunidades, não apenas em termos econômicos, mas também no cuidado com a terra e os recursos naturais. Segundo Walker & Salt (2012), a resiliência ecológica e a resiliência social estão intrinsecamente conectadas, e as práticas de manejo sustentável das mulheres nessas regiões são exemplos de como o conhecimento local e os laços comunitários fortalecem sua capacidade de enfrentar desastres ambientais, climáticos e sociais.

Nesse contexto, as mulheres pantaneiras desempenham um papel importante em suas comunidades, participando ativamente de atividades como a pesca artesanal, a coleta de frutos nativos, agricultura familiar de subsistência e a produção de artesanato, todas oriundas dos saberes típicos regionais e de suas tradições, além do manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis. De acordo com Clement et al. (2019), a coleta de frutos como bocaiuva e buriti em comunidades tradicionais é realizada de maneira sustentável, garantindo a regeneração das plantas e contribuindo diretamente para a preservação da biodiversidade local.

Na agricultura familiar, as mulheres adotam práticas sustentáveis, como a rotação de culturas e o uso de compostagem, que reduzem a dependência de fertilizantes químicos, mantêm a fertilidade do solo e evita o desmatamento. Essas práticas são fundamentais para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica das famílias (ALTIERI & NICHOLLS, 2018).

Segundo Begossi (2019), a pesca artesanal em comunidades tradicionais vai além de prover alimento e renda, "é uma prática enraizada em saberes ecológicos que promovem a sustentabilidade, respeitando os ciclos reprodutivos das espécies e garantindo a manutenção dos estoques pesqueiros".

De acordo com Berkes (2018), os sistemas de crenças, valores e práticas das comunidades tradicionais incluem conhecimentos ecológicos enraizados, que são transmitidos ao longo das gerações e refletem um entendimento sofisticado do manejo sustentável dos recursos naturais e da organização social comunitária.

Para Little (2014), o território, para esses grupos comunitários, ultrapassa o mero valor econômico. Ele constitui um elemento essencial da identidade cultural e espiritual, sendo o espaço no qual se desenvolvem práticas de subsistência e se preservam costumes e tradições transmitidos de geração em geração. Trata-se, portanto, de grupos sociais que mantêm uma relação profunda com seus territórios, nos quais constroem modos de vida, culturas e sistemas próprios de organização, fundamentados em conhecimentos, práticas e saberes ancestrais, transmitidos ao longo do tempo.

As mulheres pantaneiras atuam como líderes na defesa e promoção de direitos em suas comunidades. Além de suas contribuições para a sustentabilidade ambiental e econômica, elas se destacam na busca pelo acesso a direitos essenciais, como educação, saúde, saneamento básico e políticas públicas. Seu envolvimento em questões sociais e políticas é essencial para o desenvolvimento

regional e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo melhores condições de vida para todos os membros da comunidade (CORNWALL, 2016).

A participação em movimentos sociais e organizações comunitárias tem sido um elemento central na promoção de mudanças sociais significativas. Segundo a teoria feminista de participação política, ao se engajarem ativamente em processos de tomada de decisão e na defesa de direitos, as mulheres contribuem para transformar as estruturas sociais e políticas que historicamente marginalizam suas comunidades (ACKERLY & TRUE, 2020). No contexto do Pantanal, essa participação é manifestada por meio de sua atuação em associações de moradores, cooperativas, e movimentos sociais em busca de melhores condições de vida.

O engajamento das mulheres em movimentos sociais fortalece a coesão social dentro das suas comunidades e representa uma força motriz para a formulação de políticas públicas inclusivas. A ação coletiva feminina contribui para a construção de uma sociedade em que a justiça social e a equidade de gênero são pilares do desenvolvimento sustentável, criando condições para que todos os membros da comunidade possam prosperar (CORNWALL & RIVAS, 2015).

A luta pelo acesso à educação para seus filhos reúne a força feminina nas comunidades. As mulheres têm promovido movimentos junto às autoridades a fim de requerer escolas de alfabetização e educação básica, reconhecendo que a educação é um direito fundamental e um caminho para o empoderamento social e econômico (FREIRE, 1970). De forma semelhante, elas têm atuado na promoção do direito à saúde, exigindo melhores condições de atendimento e acesso a serviços médicos, muitas vezes ausentes ou insuficientes nessas regiões remotas.

No âmbito do saneamento básico, as mulheres são perseverantes na mobilização por infraestruturas que possam garantir condições dignas de vida, enfrentando desafios como a escassez de





água potável e a ausência de tratamento adequado de resíduos. Essa atuação é essencial para promover a dignidade humana e reduzir desigualdades, contribuindo diretamente para a melhoria da saúde pública (MEHTA et al., 2019). A organização feminina em comunidades do Pantanal fortalece ainda as redes de apoio e solidariedade, contribuindo significativamente para a coesão social e resiliência. O capital social gerado por essas redes de solidariedade, fundado na confiança mútua e cooperação, permite que as comunidades enfrentem adversidades com maior eficiência e coesão (ALDRICH, 2019).

A economia solidária, promovida pelas redes comunitárias, baseia-se na cooperação em vez da competição, reforçando a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades. Esses princípios colaborativos são fundamentais para a construção de uma economia que privilegia o bem-estar coletivo e a sustentabilidade social (SINGER, 2018). Por meio das cooperativas, as mulheres conseguem não apenas melhorar suas condições econômicas, mas também influenciar as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo que esses sejam utilizados de forma que respeite o equilíbrio ecológico do bioma.

A Psicologia Ambiental (PA), que fundamenta teoricamente esta pesquisa, explora as interações entre os indivíduos e seus ambientes físicos e sociais. Seu foco é entender como os ambientes influenciam o comportamento humano e, reciprocamente, como as ações humanas modificam e impactam esses espaços (GIFFORD, 2014). Neste estudo, essa abordagem buscou compreender como as mulheres percebem e interagem com o ambiente em colapso, desenvolvendo estratégias de resiliência e adaptação. Este enfoque permite observar não apenas os desafios enfrentados, mas também as iniciativas locais de resistência e transformação, centradas na sustentabilidade e no apoio comunitário.

Nesse sentido, as vozes dessas mulheres revelam padrões e vivências relevantes que podem orientar futuras intervenções e políti-

cas públicas externas para o desenvolvimento sustentável e a promoção de equidade. As comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança são profundamente impactadas por problemas ambientais, agravados não apenas por fatores naturais, mas também pela exploração indiscriminada de recursos, como o minério de ferro e o carvão.

A Psicologia Comunitária (PC), que fundamentou este estudo, foca na interação entre indivíduos e suas comunidades, priorizando práticas de intervenção, empoderamento comunitário, participação social e promoção do bem-estar coletivo (KLOOS, 2012). Sendo assim, seus princípios oferecem uma base teórica sólida para compreender como as comunidades enfrentam e respondem coletivamente a desastres ambientais e climáticos, analisando suas vivências, as dinâmicas de poder internas e as estratégias de resiliência adotadas.

O conceito de empoderamento na perspectiva da Psicologia Comunitária, refere-se ao processo pelo qual indivíduos e grupos comunitários ganham maior controle sobre suas vidas e os recursos necessários para alcançar seus objetivos. Esse fortalecimento envolve tanto o aumento da autoestima individual quanto a capacidade coletiva de influenciar o contexto social e político em que a comunidade está inserida (ZIMMERMAN, 2020).

Os pressupostos gerais do Ecofeminismo que contribuirão para o entendimento e análise desta pesquisa, elucidam essa corrente teórica e prática que conecta as lutas feministas com as questões ecológicas, argumentando que as opressões de gênero, raça e classe estão interligadas com a exploração ambiental e oferecem subsídios para compreender como as mulheres são afetadas pelos desastres ambientais e climáticos bem como atuam na defesa de seus direitos e do meio ambiente.

O Ecofeminismo Contemporâneo (EC) enfatiza a importância da ação coletiva e da resistência feminista como formas de enfrentar as opressões interligadas e promover mudanças sociais e ambientais.

A transformação das relações de poder que sustentam tanto a opressão das mulheres quanto a degradação ambiental só pode ser alcançada por meio da organização e mobilização coletiva (GAARD, 2015).

Segundo Ziolkowski (2019), as mulheres das comunidades locais do Pantanal lutam por sua autonomia econômica desempenhando uma série de trabalhos árduos e que são duramente afetados pelas queimadas, pela seca dos rios, pelo desmatamento e, por isso, unem esforços para reivindicar políticas ambientais e sociais, para denunciar irregularidades e exigir respeito pelo ambiente que preservam.

Na América Latina, os frequentes conflitos ambientais e as resistências comunitárias resultam em experiências que destacam atuação de atores sociais, tanto individuais quanto coletivos, que nem sempre são reconhecidos como “ambientalistas”, mas que desempenham um papel estratégico na sustentabilidade dos territórios (SVAMPA, 2012). Entre esses atores, destacam-se as mulheres, cuja existência “invisível” se torna presente e permanente diante dos processos que ameaçam a manutenção da vida em suas mais diversas formas (SHIVA, 1993).

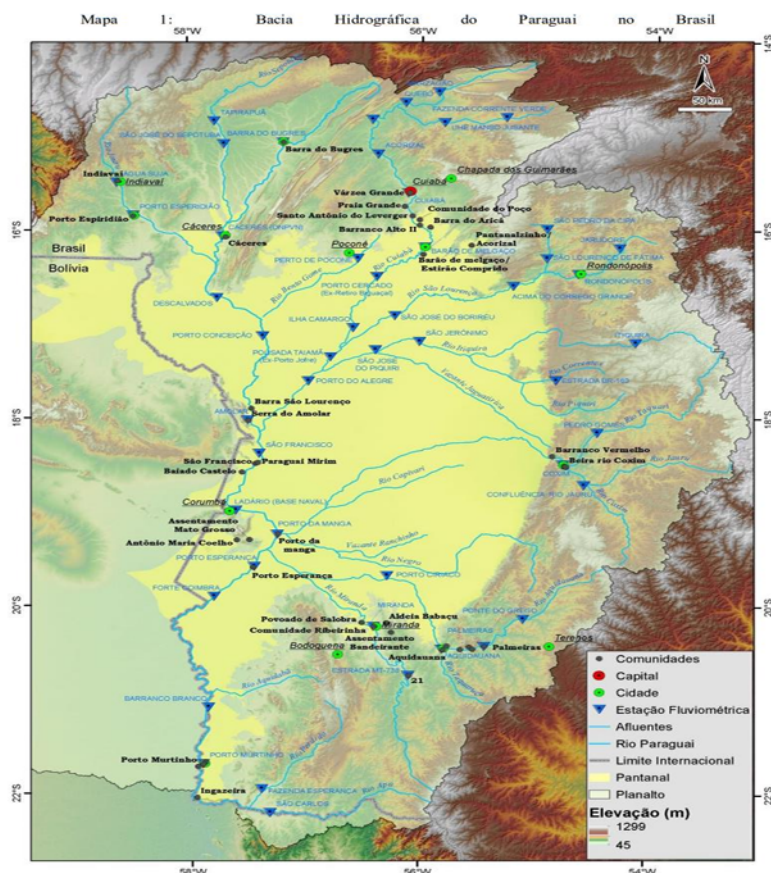
Na compreensão de Kheel (2019), uma ética do cuidado ecofeminista entende que a destruição da natureza externa está conectada com a destruição da natureza interna do ser humano. Por isso, da mesma forma que ambientalistas estão recuperando as paisagens devastadas, precisamos regenerar nossas ‘paisagens’ internas, incluindo nossa capacidade de empatia pelos outros animais. Para construir uma ecologia do cuidado, é necessário que o ser humano remova fatores mentais que o impossibilitam de fazer florescer a capacidade de empatia, que permite transformar as interações com o mundo natural, aproximando-nos de um mundo de paz e não violência para todos os seres vivos (KHEEL, 2019).



2

O PANTANAL
SUL-MATO-GROSSENSE

Figura 1 – Mapa das Regiões do Pantanal / Comunidades



Fonte: Adaptado de ECOA, 2017.

O Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo, é amplamente reconhecido por sua extraordinária biodiversidade e pela importância ecológica que exerce na regulação dos ciclos hidrológicos da América do Sul. De acordo com Junk et al. (2006), o Pantanal "não só abriga uma diversidade excepcional de espécies de flora e fauna, mas também desempenha funções ecológicas

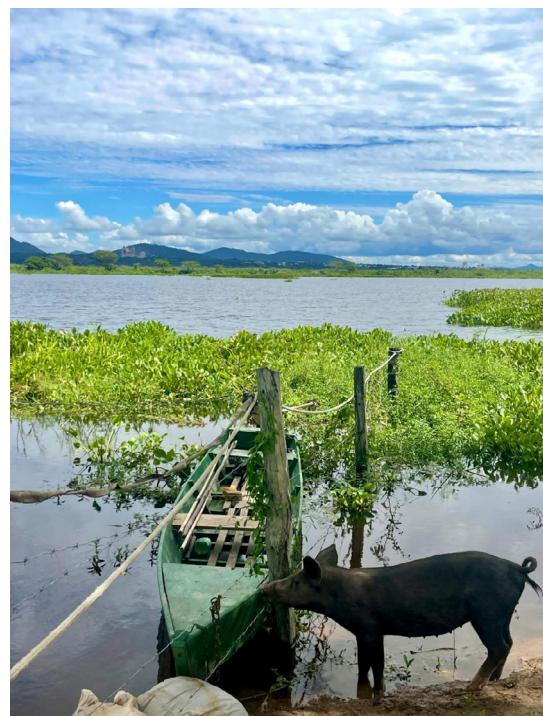
essenciais, como a regulação do regime hídrico, o armazenamento de carbono e a estabilização do clima regional". Essas características fazem do bioma uma região de relevância ambiental e econômica, não apenas para o Brasil, mas para todo o continente sul-americano.

Reconhecido como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO (2000), o Pantanal é considerado uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais da Terra, não apenas por sua biodiversidade singular, mas também pela variedade de serviços ecossistêmicos que oferece, como a regulação do ciclo hidrológico, a conservação de espécies ameaçadas de extinção e a manutenção de habitats críticos para a fauna migratória. Estende-se por aproximadamente 140.000 a 160.000 km², abrangendo territórios do Brasil, Bolívia e Paraguai.

Conforme informações disponíveis no site da Apoena (2008), "o Pantanal é um bioma diferenciado, que possui a maior concentração da fauna das Américas e reúne características de outros biomas, como o Cerrado, o Chaco (ou Bosque Chiquitano), a Amazônia e a Mata Atlântica. Além disso, liga duas bacias hidrográficas de importância transfronteiriça, a Amazônica e a do Prata, o que lhe atribui a função de corredor biogeográfico, contribuindo para a ampliação das diversas espécies de fauna e flora". Ainda segundo Souza & Lani (2006), de acordo com suas características hidrológicas, de solo e vegetação, "o Pantanal pode ser dividido em 11 sub-regiões distintas ou pantanaís: Corixo Grande-Jauru-Paraguai (Pantanal de Cáceres); Cuiabá Bento Gomes-Paraguaizinho (Pantanal de Poconé); Itiquira-São Lourenço-Cuiabá (Pantanal de Barão de Melgaço); Paraguai (Pantanal do Paiaguás); Taquari (Pantanal de Nhecolândia); Negro (Pantanal do Abobral); Miranda-Aquidauana (Pantanal de Miranda e Pantanal de Aquidauana); Nabileque (Pantanal do Nabileque); Jacadigo e Paiaguás (Pantanal do Paiaguás); e a confluência do rio Nabileque com o Paraguai (Pantanal de Porto Murtinho)".

O clima no Pantanal caracteriza-se por verões quentes e úmidos, e invernos mais frios e secos. Durante o período das chuvas, entre novembro e março, ocorrem os alagamentos, com as cheias se iniciando no norte do bioma entre janeiro e março, e atingindo o sul entre abril e junho. A inundação máxima ocorre no início de fevereiro na região norte e no final de junho no sul, dificultando o escoamento e alterando de forma significativa as dinâmicas ecológicas (HAMILTON, 2002). O ciclo de seca e inundação, ou “pulso de inundação”, é um dos principais fatores que sustentam a alta biodiversidade do Pantanal. A enchente ocorre durante a estação úmida, de outubro a março, e a vazante durante a estação seca, de abril a setembro, criando condições ecológicas únicas que favorecem uma rica diversidade de espécies na região (JUNK et al., 2013).

Figura 2 – Inundações no Pantanal Sul-mato-grossense



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

O período de seca no Pantanal, também conhecido como vazante, ocorre tipicamente entre os meses de abril e setembro. Durante essa fase, há uma retração significativa dos níveis de água em rios e lagoas, expondo vastas áreas de areia e barro e transformando drasticamente a paisagem do bioma. Segundo Alho (2008), “a vazante é uma fase importante do ciclo hidrológico do Pantanal, pois, além de modificar a paisagem, impõe desafios consideráveis à fauna local, que precisa se adaptar a um ambiente mais seco e com recursos hídricos limitados”.

Nesse período, as condições áridas representam um desafio para muitos animais, que precisam ajustar comportamentos e estratégias de sobrevivência. Estudos indicam que algumas espécies se deslocam para áreas mais úmidas ou buscam refúgio em poças d’água remanescentes, enquanto outras entram em estado de estresse hídrico, o que pode comprometer sua saúde e reprodução (JUNK et al., 2013). Além disso, a seca acentua a concentração de animais em áreas restritas, aumentando a competição por recursos e a vulnerabilidade frente a predadores.

Figura 3 – Estrada no Pantanal de Mato Grosso do Sul



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

A adaptação da fauna à vazante exemplifica como a biodiversidade pantaneira evoluiu em resposta aos extremos climáticos característicos da região. Conforme Alho (2011), as estratégias de sobrevivência durante a seca são diversas e evidenciam a resiliência das espécies frente às variações ambientais. A fauna local desenvolve comportamentos adaptativos que garantem sua permanência, mesmo sob condições extremas impostas pelos ciclos de seca e cheia, assegurando a continuidade da vida no ecossistema.

No entanto, as mudanças climáticas, associadas a pressões humanas, como o desmatamento e a poluição, têm intensificado a gravidade das secas, elevando os desafios enfrentados pela fauna do Pantanal. Esses fatores impõem pressões adicionais sobre as espécies, ameaçando a capacidade de adaptação que, antes, lhes permitia sobreviver e prosperar em um ambiente naturalmente dinâmico. As respostas adaptativas, outrora suficientes para lidar com as variações sazonais, agora são postas à prova, colocando em risco a diversidade biológica do bioma (JUNK et al., 2013; TOMAS et al., 2019).

A piracema, período em que os peixes sobem os rios para desovar, ocorre entre novembro e fevereiro e é marcada por intensa movimentação nos cursos d'água, atraindo pescadores e turistas. Contudo, é fundamental ressaltar que durante a piracema a pesca é proibida para garantir a preservação das espécies (JUNK, 2006).

O Pantanal, reconhecido como um dos maiores sistemas de zonas úmidas do planeta, é marcado por um ciclo natural de alternância entre seca e cheia. Esses ritmos são fundamentais para a manutenção da diversidade biológica e para a renovação dos ecossistemas aquáticos, que apresentam características singulares e belezas cênicas distintas em cada estação. Como destaca Alho (2008), "o contraste entre a seca e a cheia no Pantanal cria um mosaico de habitats que favorece uma grande diversidade biológica, consolidando-o como um dos biomas mais ricos em espécies da América do Sul".

Entretanto, a ação humana tem alterado de forma significativa esse equilíbrio natural. O desmatamento nas cabeceiras dos rios que abastecem o Pantanal está entre os principais fatores de intensificação das secas. Segundo Silva et al. (2011), "a remoção da cobertura vegetal nas áreas de nascentes e margens dos rios resulta em maior escoamento superficial e erosão do solo, reduzindo a capacidade de infiltração de água e, consequentemente, afetando o regime hidrológico do Pantanal".

Além disso, o despejo de resíduos sem tratamento nos corpos hídricos agrava ainda mais a situação. Esse tipo de poluição compromete a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, tornando-os mais frágeis durante os períodos de estiagem prolongada (ZEILHOFER & MOURA, 2009).

As mudanças climáticas também exercem influência decisiva na intensificação das secas na região. Estudos indicam que alterações nos padrões de precipitação e o aumento das temperaturas têm tornado os períodos de estiagem mais longos e severos (MARENGO et al., 2013). Esses fatores, somados à degradação ambiental, criam condições favoráveis à ocorrência de incêndios, que têm devastado extensas áreas do Pantanal, destruindo habitats e ameaçando a fauna local (PIVELLO, 2006).

As chuvas, concentradas entre novembro e abril, são essenciais para o regime hidrológico do Pantanal, desempenhando papel fundamental na dinâmica desse bioma. Essas precipitações alimentam rios e lagoas, ocasionando inundações periódicas que renovam a paisagem. Segundo Alho & Sabino (2012), “as águas provenientes das chuvas descem dos rios do planalto e, ao alcançarem a planície pantaneira, encontram uma área de baixa declividade, o que impede o escoamento rápido e resulta em extensas áreas alagadas”. Esse processo de inundação é vital para a manutenção da diversidade, pois cria habitats temporários indispensáveis para inúmeras espécies.

Durante o período de cheia, o Pantanal se converte em um imenso campo alagado, onde apenas pontos mais elevados permanecem acima da linha d’água, formando “cordilheiras” que funcionam como refúgio para a fauna local (JUNK et al., 2006). As áreas frequentemente cobertas por florestas exercem papel fundamental na sobrevivência das espécies durante as inundações, fornecendo abrigo e alimento. Além disso, essas elevações naturais servem como abrigo seguro para as comitivas pantaneiras, que deslocam o gado para esses locais durante o período de cheia, garantindo sua proteção (RODRIGUES et al., 2018).

Além de seu impacto ecológico, as cheias periódicas moldam práticas culturais e econômicas fundamentais na região. As comitivas pantaneiras são uma tradição que exemplifica a adaptação humana ao ciclo natural de cheias e secas no Pantanal. Durante as inundações, os pantaneiros utilizam as áreas mais elevadas para proteger o gado, garantindo assim a sustentabilidade da pecuária local, que depende diretamente dessas estratégias tradicionais de manejo (SANTOS et al., 2017).

Figura 4 – Cheia no Pantanal Sul-mato-grossense



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

Esta importante região do Centro-Oeste brasileiro exerce uma função vital na regulação do ciclo hidrológico regional, e suas áreas alagáveis são cruciais para a manutenção dos cursos d'água. Neste Patrimônio Natural da Humanidade, como também é reconhecido, convivem diversos grupos populacionais que expressam a diversidade do território em múltiplos aspectos — econômicos, históricos, culturais e sociais — formando comunidades rurais e ribeirinhas intimamente ligadas ao bioma.

A biodiversidade do Pantanal é um de seus maiores patrimônios, exercendo papel essencial não apenas na manutenção dos ecossistemas, mas também no bem-estar das populações locais. Como ressaltam Alho (2012) & Oliveira et al. (2011), a rica diversidade biológica do Pantanal contribui significativamente para o sustento das comunidades pantaneiras, oferecendo recursos naturais indispensáveis à subsistência e à qualidade de vida dessas populações. Além disso, essa diversidade sustenta atividades econômicas como a pesca e o turismo, que são vitais para a economia regional.

Nos últimos anos, contudo, o Pantanal tem enfrentado graves desastres ecológicos que ameaçam sua integridade ambiental. Incêndios florestais de grandes proporções tornaram-se mais frequentes e intensos, agravados por secas prolongadas e pelo uso inadequado do fogo para limpeza de pastagens (PIVELLO, 2011). Esses incêndios resultam na destruição de extensas áreas de vegetação, perda de habitats e mortalidade de inúmeras espécies, aprofundando a degradação do bioma (ALHO & SILVA, 2012).

Outra ameaça significativa é a manipulação dos cursos d'água, incluindo a construção de hidrelétricas e barragens nas regiões de cabeceira dos rios que alimentam o Pantanal. Segundo Silva et al. (2018), essas intervenções “alteram drasticamente o regime natural das cheias, comprometendo a dinâmica hidrológica que sustenta a biodiversidade do Pantanal”. A modificação dos cursos d'água impacta diretamente os ciclos de inundação e estiagem, fundamentais para a manutenção dos habitats aquáticos e terrestres da região.

A perda de habitats naturais no Pantanal é consequência direta de atividades humanas, como o desmatamento para expansão agropecuária e a urbanização desordenada. Esses fatores contribuem para a fragmentação de ambientes e a redução da cobertura vegetal nativa, essencial à sobrevivência de inúmeras espécies (SILVA et al., 2020). A destruição dos habitats compromete não apenas a biodiversidade, mas também as comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais para sua subsistência e bem-estar.

As comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, que historicamente convivem e se reconhecem como parte do bioma, são profundamente impactadas por essas mudanças ambientais. Conforme apontam Chiaravalloti et al. (2017), "a degradação ambiental compromete as atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a pecuária extensiva e o extrativismo, colocando em risco a segurança alimentar e a sobrevivência cultural dessas populações". A resposta aos desastres ambientais e climáticos deve, portanto, envolver não apenas a restauração ecológica, mas também o fortalecimento das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais.

Entretanto, a ação humana tem provocado alterações significativas nesse equilíbrio natural. O desmatamento nas cabeceiras dos rios que alimentam o Pantanal está entre as principais causas da intensificação das secas. Segundo Silva et al. (2011), "a remoção da cobertura vegetal nas áreas de nascentes e margens dos rios resulta em maior escoamento superficial e erosão do solo, reduzindo a capacidade de infiltração de água e, consequentemente, afetando o regime hidrológico do Pantanal".

Além disso, o despejo de resíduos sem tratamento nos corpos hídricos é uma prática que agrava ainda mais o quadro ambiental. Esse tipo de poluição compromete a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, tornando-os mais vulneráveis durante os períodos de estiagem prolongada (ZEILHOFER & MOURA, 2009).

As mudanças climáticas também exercem papel determinante na intensificação das secas no Pantanal. Estudos indicam que alterações nos padrões de precipitação e o aumento das temperaturas estão tornando as estiagens mais longas e severas (MARENGO et al., 2013). Esses fatores, somados à degradação ambiental, criam condições propícias à ocorrência de incêndios, que têm devastado extensas áreas do Pantanal, destruindo habitats e colocando em risco a diversidade biológica local (PIVELLO, 2011).

As chuvas que se concentram entre novembro e abril são fundamentais para o regime hidrológico do Pantanal, desempenhando papel essencial na dinâmica desse bioma. Essas precipitações alimentam rios e lagoas, promovendo inundações periódicas que renovam a paisagem pantaneira. Segundo Alho & Sabino (2012), "as águas provenientes das chuvas descem dos rios do planalto e, ao alcançarem a planície pantaneira, encontram uma área de baixa declividade, o que impede o escoamento rápido e resulta em extensas áreas alagadas". Esse processo de inundação é um dos principais fatores que mantêm a biodiversidade do Pantanal, criando habitats temporários indispensáveis para diversas espécies.

Durante o período de cheia, o Pantanal se converte em um vasto campo alagado, onde apenas pontos mais elevados permanecem acima da linha d'água, formando "cordilheiras" que funcionam como áreas de refúgio para a fauna local (JUNK et al., 2006).

Além de seu impacto ecológico, as cheias periódicas moldam práticas culturais e econômicas vitais para a região. As comitivas pantaneiras, por exemplo, são uma tradição que demonstra a adaptação humana ao ciclo natural de cheias e secas, utilizando áreas elevadas para proteger o gado e garantir a sustentabilidade da pecuária local durante as inundações (ALMEIDA, 2016).

A principal atividade econômica do Pantanal é a criação extensiva de bovinos de corte. Entretanto, em razão de pressões políticas, econômicas e sociais para aumentar a produtividade e

competitividade da pecuária, novas tecnologias foram introduzidas na região, gerando impactos negativos sobre o ambiente, principalmente o desmatamento para implantação de pastagens (HARRIS et al., 2006). Ademais, as queimadas espontâneas, muito comuns na época seca, entre maio e setembro, causam prejuízos incalculáveis ao ecossistema, destruindo a fauna e a flora e contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas (MACIEL et al., 2019).

A pesca, em suas modalidades comercial, de subsistência e esportiva, é uma atividade amplamente praticada no Pantanal, dependendo diretamente da riqueza biológica e da saúde dos ecossistemas aquáticos (ALHO & REIS, 2017). As águas pantaneiras abrigam uma grande variedade de espécies de peixes, que não apenas garantem alimento às comunidades locais, mas também atraem pescadores esportivos de diversas regiões, fortalecendo a economia do turismo (CHIARAVALLOTI et al., 2017; TORTATO et al., 2017).

A coleta de iscas vivas no Pantanal é uma atividade essencial para sustentar outros setores, especialmente a pesca esportiva e o turismo. Essa prática integra a cadeia produtiva da pesca, apoiando pescadores profissionais especializados na captura de peixes e crustáceos para atender à crescente demanda turística. A pesca esportiva no Pantanal se expandiu significativamente a partir da década de 1990, impulsionada pelo fluxo de turistas do Brasil e do exterior. Essa atividade fomentou uma rede econômica que envolve coletores de iscas, pescadores profissionais e operadores de turismo, gerando oportunidades para diversas comunidades locais (CATELLA et al., 2010, p. 87).

A regulamentação da coleta e comercialização de iscas vivas no estado de Mato Grosso do Sul, por meio dos Decretos n. 1.910, de 01/12/1998, e n. 2.898, de 29/10/2004, foi um passo importante para organizar o setor e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais utilizados. Costa (2010) discute a relevância de políticas públicas e

regulamentações ambientais na gestão dos recursos pesqueiros, destacando como a formalização dessas atividades contribui para controlar o impacto ambiental e assegurar a continuidade da prática de forma sustentável.

Além disso, a relação entre a coleta de iscas e o turismo evidencia a interdependência entre atividades tradicionais e o desenvolvimento econômico local. O turismo atua como catalisador da economia regional, mas também impõe desafios para a gestão sustentável dos recursos. A coleta de iscas vivas, regulamentada e integrada à cadeia do turismo, exemplifica como a economia pantaneira se adapta às demandas externas, preservando, ao mesmo tempo, os modos de vida tradicionais (SILVA e CATELLA, 2015, p. 60).

O turismo, por sua vez, se beneficia da beleza cênica e da biodiversidade do Pantanal, oferecendo uma variedade de atividades que incluem observação da fauna, pesca esportiva e ecoturismo. Essas práticas turísticas, quando bem geridas, geram renda para as comunidades locais e, ao mesmo tempo, promovem a conservação do bioma (ALHO & REIS, 2017). Contudo, é fundamental que sejam conduzidas de forma sustentável, garantindo que a biodiversidade do Pantanal continue a oferecer benefícios econômicos e ecológicos a longo prazo.

O Pantanal, uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta, reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, enfrenta atualmente um cenário alarmante de degradação ambiental, intensificado em 2024. Os problemas que assolam essa região, localizada no Centro-Oeste do Brasil e que abrange partes da Bolívia e do Paraguai, estão profundamente enraizados em práticas insustentáveis de uso da terra, mudanças climáticas e políticas públicas deficientes. Esses fatores agravam os desastres ambientais e colocam em risco a biodiversidade e as comunidades tradicionais que dependem desse ecossistema.

Uma das principais ameaças ambientais do Pantanal em 2024 continua sendo as queimadas, que se intensificaram nos últimos anos. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a região registrou um aumento significativo no número de focos de incêndio, especialmente durante a estação seca, prolongada pelas mudanças climáticas (INPE, 2024). As queimadas têm efeitos devastadores sobre fauna e flora, levando à perda de habitats, redução da biodiversidade e emissão de grandes volumes de carbono, o que agrava ainda mais as mudanças climáticas globais.

O desmatamento, que muitas vezes antecede as queimadas, é impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária e pela exploração madeireira. Estudos indicam que a conversão de áreas naturais em pastagens e plantações acelera a degradação do solo e reduz a capacidade do Pantanal de atuar como sumidouro de carbono, além de comprometer serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação hídrica e a purificação da água (CUNHA et al., 2023).

Figura 5 – Queimadas no Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

O colapso dos recursos hídricos que afetou o Pantanal em 2024 é outro fator crítico que agrava o cenário ambiental. A redução das chuvas, combinada à destruição de nascentes e áreas de recarga, tem provocado assoreamento dos rios e redução dos níveis d'água, impactando diretamente o ciclo hidrológico do bioma (MARENGO et al., 2023). A escassez de água atinge não apenas a biodiversidade aquática, mas também atividades econômicas vitais para as populações locais, como a pesca e o turismo, pilares da economia regional.

Figura 6 – Seca no Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

As comunidades tradicionais e ribeirinhas, em especial, enfrentam sérios desafios em razão da escassez dos recursos hídricos. A falta de água potável e a redução dos recursos naturais comprometem a segurança alimentar e a qualidade de vida dessas populações, aprofundando desigualdades sociais e ampliando a vulnerabilidade socioambiental (OLIVEIRA & SANTOS, 2024).

A pressão sobre os recursos naturais e a degradação ambiental também intensificam os conflitos por terra e água, envolvendo pequenos produtores, grandes fazendeiros, populações indígenas e ribeirinhas.

As mudanças climáticas têm se mostrado um fator agravante das problemáticas ambientais do Pantanal em 2024. O aumento das temperaturas médias, o prolongamento das secas e as alterações nos regimes de precipitação contribuem para a intensificação das queimadas e para a crise hídrica regional (IPCC, 2023). A perda de áreas úmidas, essenciais para a regulação climática local, reduz ainda mais a resiliência do Pantanal frente às mudanças globais.

Além disso, as mudanças climáticas exercem efeitos diretos sobre a saúde humana e animal. O aumento das temperaturas e a intensificação das estiagens elevam o risco de doenças transmitidas por vetores, como dengue e malária, e geram estresse térmico em animais, afetando sua reprodução e sobrevivência (LIMA et al., 2024). Esses fatores, combinados, podem desencadear um colapso ecológico, com consequências irreversíveis para o bioma e para as comunidades que dele dependem.

As mulheres que vivem nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal enfrentam um contexto de vulnerabilidade intensificado pelos efeitos dos desastres ambientais e climáticos recorrentes. Problemas como queimadas, enchentes e degradação dos recursos naturais impõem desafios que afetam não apenas o meio ambiente, mas também as dinâmicas sociais e culturais dessas comunidades. Nesse cenário, essas mulheres se veem compelidas a criar estratégias de adaptação e resistência, reinventando modos de vida que lhes permitam enfrentar e superar as adversidades impostas pelo ambiente.

A resiliência, entendida como a capacidade de um sistema — seja ele ecológico, social ou econômico — de absorver desordens e reorganizar-se durante mudanças sem perder suas características

fundamentais, é um conceito central para analisar as práticas de adaptação das mulheres pantaneiras, que enfrentam as flutuações ambientais e socioeconômicas típicas da região (WALKER et al., 2012).

Desse modo, entender o Pantanal em sua vastidão é também reconhecer as relações que nele se entrelaçam: ciclos de águas, fauna e flora, mas, sobretudo, as comunidades que habitam, manejam e significam esse território. É nessas interações, na forma como se apropriam dos lugares e constroem pertencimento, que o Pantanal se revela como espaço de vida, de trabalho e de memória coletiva.

COMUNIDADE E APROPRIAÇÃO DE LUGAR

Os novos caminhos percorridos pela Psicologia ganham relevância quando concentram esforços nos significados e sentidos que os indivíduos, situados em seus espaços e territórios, atribuem às suas experiências. Isso inclui os efeitos e potenciais conflitos originados das forças uniformizadoras dos processos globais e das forças criativas produzidas pelos sujeitos nos territórios. Nesse sentido, é essencial reconhecer que, além de compreender o indivíduo e o território, é crucial situar o indivíduo no território (TASSARA, 2013), o que implica que a Psicologia deve se apropriar dos processos de constituição dos sujeitos e das dinâmicas psicossociais incorporadas no espaço. Assim, é necessário entender que a ocupação do espaço está dialeticamente ligada à produção das intersubjetividades: “as relações sociais e os sujeitos projetam-se, definem-se e sustentam-se em territórios” (SILVA, 2017).

Segundo MOSER (2018), as definições de comunidade são diversas: podem abordar aspectos geográficos e administrativos, ou ainda designar um lugar associado a um grupo de pessoas — comunidades locais — entendidas também como vizinhanças. O termo pode, ainda, assumir um significado simbólico e psicológico,

envolvendo valores e interesses partilhados por um grupo. Nesse sentido, as pessoas compartilham valores semelhantes, identificam-se com o grupo e sustentam-se mutuamente.

A apropriação do lugar de morar está profundamente conectada a comportamentos de sociabilidade. Estudos recentes indicam que, quanto maior o número de laços sociais significativos — como amigos próximos e vizinhos —, mais forte tende a ser a ligação emocional e o apego ao lugar (LEWICKA, 2011). Esse vínculo não se resume à familiaridade com o espaço físico, mas inclui interações sociais que enriquecem a experiência de habitar determinado território.

De acordo com Fleury-Bahi (2017) complementa essa visão ao destacar que a conexão com o lugar se manifesta de duas formas principais. Primeiro, pelos laços construídos a partir do sentimento de pertencimento à comunidade e das relações interpessoais positivas, que reforçam a sensação de estar “em casa”. Em segundo lugar, a interação frequente com outros moradores pode evoluir para relações mais profundas e significativas, indo além de interações funcionais ou de serviço. Essas conexões sociais não apenas ampliam o sentimento de pertencimento, mas também fortalecem a identidade coletiva e o apego ao lugar, demonstrando que a qualidade das relações no ambiente residencial é crucial para a apropriação do espaço.

As comunidades tradicionais são grupos que mantêm uma relação sólida com o território, onde desenvolvem modos de vida, culturas e formas de organização próprias, baseadas em conhecimentos, práticas e saberes transmitidos por gerações. Essas comunidades estão intimamente ligadas ao ambiente natural onde vivem, e sua continuidade depende da preservação desses territórios e da manutenção de seus modos de vida tradicionais.

Assim, tais comunidades apresentam características que as distinguem de outras formas de organização social, especialmente em relação ao território, que vai além do aspecto econômico.

O território é visto como parte integrante de sua identidade cultural e espiritual, sendo o espaço onde se desenvolvem práticas de subsistência, como agricultura, pesca e coleta, e onde se mantêm costumes e tradições (LITTLE, 2014).

As comunidades tradicionais preservam uma cultura e identidade próprias, compostas por sistemas de crenças, valores e práticas transmitidos ao longo do tempo. Essa cultura inclui saberes tradicionais sobre o meio ambiente, práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e formas de organização social que refletem seus valores comunitários (BERKES, 2018, p. 83).

Sua economia de subsistência, em geral, baseia-se em práticas voltadas ao autoconsumo e à troca interna. Tais práticas alinham-se aos princípios de sustentabilidade, utilizando os recursos naturais de modo a garantir sua renovação e a continuidade das gerações futuras (ALTIERI, 2018, p. 105).

A organização social dessas comunidades apoia-se em laços de parentesco, cooperação e solidariedade. A liderança costuma ser exercida por pessoas respeitadas por seu conhecimento e experiência, e as decisões são tomadas coletivamente, refletindo o caráter comunitário dessas sociedades (SAHLINS, 2017).

Os sistemas de conhecimento tradicional acumulam e transmitem práticas adaptadas ao ecossistema local, abrangendo desde técnicas agrícolas até o uso de plantas medicinais e a conservação da biodiversidade. Esse conhecimento é essencial para a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais (BERKES, 2018, p. 72).

O reconhecimento de uma comunidade como “tradicional” envolve a validação de sua identidade cultural distinta e do direito ao território que ocupa. Isso pode ocorrer em três âmbitos: o reconhecimento legal, que em países como o Brasil assegura direitos específicos por meio de legislação própria, incluindo o direito à terra, o acesso aos recursos naturais e a proteção de sua cultura e modo



de vida (Decreto n. 6.040/2007); o reconhecimento social, que, além do formal, acontece quando a sociedade valoriza e legitima a cultura e os modos de vida das comunidades tradicionais. Esse reconhecimento pode ser fortalecido por políticas públicas, programas de preservação cultural e pela visibilidade desses grupos na mídia e em outras plataformas (HONNETH, 2004).

A participação em movimentos sociais voltados para a defesa de direitos, o acesso ao território e a preservação das culturas tem sido essencial para que as comunidades tradicionais sejam reconhecidas e respeitadas em sua luta por justiça social e ambiental. Esses movimentos atuam como espaços de articulação e mobilização, garantindo que suas demandas sejam ouvidas (SVAMPA, 2012).

As comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) ainda não possuem reconhecimento legal como comunidades tradicionais; contudo, contam com o reconhecimento social por parte de seus integrantes, que demonstram satisfação ao serem identificados dessa forma.

De acordo com relatos de moradores, AMC teria sido o cenário de acontecimentos históricos, como a retomada de Corumbá, ocasião em que o Major Antônio Maria Coelho teria se refugiado no local — motivo pelo qual a comunidade recebeu esse nome, conforme relatado pelos informantes (REIS et al., 2013). Artefatos encontrados na comunidade e atualmente exibidos no Museu de História do Pantanal indicam que a área possui valor arqueológico, embora ainda careça de estudos aprofundados. Lápides localizadas no cemitério da comunidade sugerem que ela existe desde o final do século XIX (COSTA, 2014; REIS et al., 2013). Os relatos dos moradores, reunidos por diversos pesquisadores, confirmam a existência da comunidade por um período que varia de mais de 80 (CORREIA et al., 2010) a 100 anos (COSTA, 2014). No entanto, até recentemente, AMC não figurava em registros oficiais, constando apenas a Estação Ferroviária de Antônio Maria Coelho, inaugurada em 1952 (COSTA, 2014).

A comunidade de Porto Esperança apresenta características que podem respaldar seu reconhecimento legal como comunidade tradicional. Desde 1912, abrigou uma estação ferroviária que servia como ponto final da linha tronco da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e possui, até hoje, lápides antigas no cemitério local. Durante a segunda etapa desta pesquisa, em março de 2024, as mulheres de PE relataram que, naquela mesma semana, haviam recebido a primeira visita de um antropólogo, responsável por iniciar o levantamento de informações necessárias para caracterizar oficialmente a comunidade como tradicional.

A seguir, apresentam-se as comunidades que foram foco desta pesquisa, situadas no coração do Pantanal sul-mato-grossense. Cada uma carrega consigo histórias, modos de vida e estratégias de convivência com o bioma, refletindo diferentes formas de apropriação de lugar e resistência frente aos desafios socioambientais. Descrever suas origens, características, vínculos territoriais e dinâmicas internas é essencial para compreender como se articulam as relações entre território, identidade comunitária e práticas cotidianas. Este percurso revela não apenas dados históricos e geográficos, mas também as vozes, memórias e sentidos que mantêm vivas essas comunidades em meio às transformações do Pantanal.

A COMUNIDADE PORTO DA MANGA

A Comunidade Porto da Manga está localizada no município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, e seu acesso pode ser feito via Rio Paraguai ou pela Estrada Parque Pantanal (EPP). A EPP, também chamada de Rodovia MS-228 (antiga “Rodovia da Integração”), inicia-se no entroncamento com a BR-262, no Buraco

das Piranhas, seguindo até a margem esquerda do Rio Paraguai, onde é necessária a travessia por balsa (ECOА, 2021), que, em 2013 — data da primeira visita —, custava R\$ 60,00 por pessoa.

Na margem direita do Rio Paraguai situa-se a comunidade, composta atualmente por cerca de trinta casas. Geograficamente, Porto da Manga se estende ao longo da beira do rio por alguns quilômetros, onde se observam palafitas e casas de alvenaria ou madeira. Em março, período de cheia, é comum ver um fluxo intenso de barcos de pescadores e isqueiras locais.

As mulheres da comunidade se organizam na Associação de Mulheres Extrativistas do Porto da Manga, dedicada à produção de alimentos a partir de frutos e plantas nativas do Pantanal. Um exemplo é o trabalho com a Laranjinha-de-Pacu, fruto com altas doses de antioxidantes, rico em vitamina C e com elevada concentração de ferro e cobre, sendo utilizado na prevenção da anemia e do envelhecimento precoce. Os principais produtos comercializados são a Polpa de Laranjinha-de-Pacu e a Geleia de Laranjinha-de-Pacu. A floração geralmente ocorre de janeiro a abril, e a frutificação, de maio a julho (ECOА, 2021).

Figura 7 – Comunidade Porto da Manga, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

As queimadas que devastaram o Pantanal em 2020 trouxeram graves consequências para a biodiversidade local, incluindo a destruição de espécies nativas, como a Laranjinha-de-Pacu,

fundamentais para a subsistência e economia dessas comunidades. Segundo Marengo & Espinoza (2021), tais queimadas foram exacerbadas pelas mudanças climáticas e por práticas inadequadas de manejo, resultando na perda significativa de vegetação nativa e na redução dos recursos disponíveis para as populações locais.

O crescente turismo de pesca no Pantanal tem gerado impactos relevantes na economia e na organização social das comunidades ribeirinhas. A demanda por iscas vivas, como lambaris e tuviras, tem incentivado a especialização dessas comunidades na coleta de peixes de pequeno porte, essenciais para atrair espécies maiores, como dourados e pintados — principais alvos dos turistas.

Estudos recentes continuam a explorar os efeitos do turismo de pesca na economia local, destacando suas oportunidades e desafios. Segundo Lopes et al. (2020), o turismo de pesca pode criar significativas oportunidades econômicas para comunidades ribeirinhas, gerando empregos e estimulando o desenvolvimento de infraestrutura. No entanto, tais benefícios vêm acompanhados de desafios substanciais, sobretudo em relação à sustentabilidade ambiental e ao manejo adequado dos recursos naturais.

Para Lopes et al. (2020), a exploração excessiva dos recursos pesqueiros e a pressão sobre os ecossistemas aquáticos são preocupações centrais. A ausência de regulamentação adequada pode levar à degradação de habitats, comprometendo a biodiversidade e, a longo prazo, a viabilidade econômica da atividade. Esses aspectos ressaltam a necessidade de um manejo sustentável que concilie desenvolvimento econômico e conservação, garantindo que o turismo de pesca permaneça uma fonte duradoura de renda e bem-estar para as comunidades.

No caso das isqueiras, essa atividade é marcada por significativa mobilidade espacial, pois não possuem ponto de coleta fixo. Como explica Prado (2006), a mobilidade é uma estratégia comum entre pescadores e coletores em regiões ribeirinhas, permitindo

adaptar as atividades às condições ecológicas e à disponibilidade de recursos. Esse movimento constante entre diferentes baías reflete também a necessidade de diversificar as fontes de renda e de adaptação às variações sazonais e ambientais — aspectos característicos da vida nas áreas pantaneiras.

Além disso, a coleta de iscas vivas pode ser analisada sob a perspectiva da sustentabilidade. Mcgrath et al. (2008) discutem a relevância de práticas sustentáveis na pesca e na coleta de recursos em áreas protegidas, evidenciando que equilibrar a demanda do turismo com a conservação dos recursos é crucial para manter as atividades tradicionais sem comprometer a biodiversidade local.

Figura 8 – Iscas vivas do Pantanal de Mato Grosso do Sul



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

Desse modo, a coleta de iscas tornou-se a base para outros setores econômicos do Pantanal, conectando-se diretamente à cadeia produtiva da pesca e do turismo. Com o crescimento do turismo, muitos pescadores profissionais se especializaram na captura de peixes e crustáceos. A atividade foi regulamentada em Mato Grosso do Sul pelo Decreto n. 1.910, de 01/12/1998, e, posteriormente, pelo Decreto n. 2.898, de 29/10/2004, que disciplinaram a captura e a comercialização de iscas vivas.

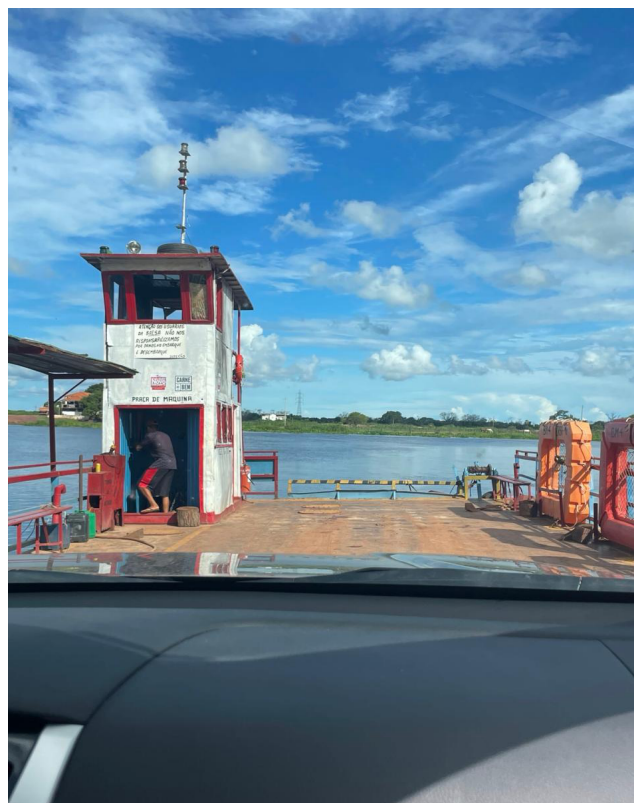
No dia 6 de abril, a pesquisadora partiu de carro da cidade de Campo Grande – MS, onde reside, por volta das 7 horas da manhã, com destino à Comunidade Ribeirinha Porto da Manga. O acesso ao local foi realizado pela Estrada Parque e, em seguida, via balsa, com custo de R\$ 60,00 por pessoa. As balsas saíam a cada 30 minutos para cruzar o Rio Paraguai. Devido às intensas chuvas, a estrada apresentava más condições, prolongando a viagem mais do que o previsto. A pesquisadora chegou às margens do rio para a travessia por volta das 14h15.

O Rio Paraguai estava cheio, com correnteza forte. O sol intenso tornava longa a espera pela próxima saída da balsa, prevista para as 15 horas. Enquanto aguardava, era possível avistar a comunidade do outro lado do rio. A paisagem incluía casas sobre palafitas — algumas em alvenaria, outras em madeira —, um pequeno porto que abrigava a balsa e barcos a motor, além de poucas pessoas circulando pelo local. Também se avistava um pequeno hotel, compondo a cena típica de uma comunidade ribeirinha. A observação direta do ambiente físico e social é uma prática essencial na pesquisa de campo, proporcionando uma compreensão mais profunda do contexto em que as comunidades vivem e interagem (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2011, p. 23).

Ao atravessar o rio de balsa e iniciar a caminhada pela comunidade, a pesquisadora percebeu os olhares curiosos dos moradores. De forma natural, foi se inserindo no ambiente, cumprimentando as

peças ao longo do caminho até chegar ao local de encontro previamente combinado. A interação inicial em um novo campo de pesquisa requer uma sensibilidade cultural apurada e uma abordagem espontânea para conquistar a confiança dos membros da comunidade. Segundo EMERSON, FRETZ e SHAW (2011), “ao ingressar em um novo campo de pesquisa, é fundamental que os pesquisadores demonstrem respeito e compreensão cultural, utilizando uma abordagem que promova o conforto e a confiança entre os membros da comunidade, o que é essencial para a obtenção de dados genuínos e ricos”.

Figura 9 – Balsa para a Comunidade Pantaneira Porto da Manga – Rio Paraguai-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

A recepção inicial por parte das mulheres de Porto da Manga foi mais reservada, e a pesquisadora rapidamente percebeu que precisaria adotar abordagens criativas para estabelecer diálogo. Nesse momento, sentiu o aroma de bolo recém assado e perguntou de onde vinha aquele cheiro tão agradável. Uma das mulheres respondeu que era da venda ao lado e que ela mesma havia feito o bolo. Aproveitando a oportunidade, a pesquisadora comentou, em tom de brincadeira, que não iria embora sem antes provar a delícia, e prosseguiu dizendo que também gosta de fazer bolos. Compartilhou que, em sua casa, os familiares só apreciam bolos com calda, enquanto ela prefere os sem calda para acompanhar o café. A partir dessa troca, um consenso emergiu sobre a preferência por bolos, facilitando o início de uma conversa mais descontraída e acolhedora. A criação de vínculos por meio de interações informais pode ser uma estratégia eficaz para superar a reserva inicial dos participantes e favorecer o engajamento em contextos de pesquisa (GLESNE, 2016, p. 104).

Ao se apresentar e explicar o motivo da visita, a pesquisadora mencionou que era mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e que estava interessada em realizar uma pesquisa sobre a qualidade de vida das mulheres de Porto da Manga, considerando as problemáticas ambientais locais. Em seguida, perguntou se as mulheres estariam dispostas a participar do estudo. Estabelecer uma comunicação clara e respeitosa desde o início é fundamental para obter o consentimento e o engajamento dos participantes em pesquisas de campo, especialmente em contextos comunitários (MARSHALL; ROSSMAN, 2014, p. 79).

A resposta veio de imediato, sincera e confrontadora: “participar, a gente participa, o problema é que vocês vêm aqui, retiram o que querem, vão embora e nunca mais retornam.” Naquele momento, embora fosse necessário acolher a insatisfação — dirigida, em parte, à própria pesquisadora —, ela percebeu uma oportunidade valiosa nessa fala: explorar mais profundamente o que havia sido

dito, permitindo a coleta de impressões mais consistentes sobre o assunto. A confrontação inicial por parte dos participantes pode ser uma chance significativa para o pesquisador aprofundar as percepções e experiências dos envolvidos, facilitando uma compreensão mais autêntica (CHARMAZ, 2014, p. 91).

A sinceridade daquela mulher ofereceu ainda uma oportunidade essencial para aprofundar o diálogo e demonstrar, desde o início, um compromisso ético com a devolutiva dos resultados. Reconhecendo a legitimidade da queixa, a pesquisadora reforçou que sua presença ali não se restringiria apenas à coleta de informações, mas incluiria o retorno das descobertas à comunidade, garantindo que as vozes locais fossem respeitadas e valorizadas como parte do processo de produção de conhecimento. Esse momento inicial de confronto tornou-se, assim, uma porta de entrada para vínculos mais autênticos, baseados na escuta mútua, no respeito e na construção de confiança — elementos indispensáveis para qualquer pesquisa de campo comprometida com a realidade das comunidades.

Esse feedback permitiu à pesquisadora entender as expectativas e frustrações da comunidade em relação às pesquisas acadêmicas. Essa resposta direta possibilitou o ajuste de sua abordagem, promovendo um diálogo mais aberto e transparente, demonstrando compromisso com as necessidades e preocupações das mulheres. Nesse contexto, “feedbacks sinceros dos participantes são fundamentais para que o pesquisador possa ajustar sua abordagem, assegurando um processo de pesquisa mais ético e respeitoso, que valorize e integre as vozes e preocupações da comunidade estudada” (TRACY, 2020, p. 150).

Nesse âmbito, uma pesquisa que adota a observação participante defende a colaboração ativa entre pesquisadores e participantes em todas as fases do trabalho de campo. A ausência de devolutiva pode ser vista como uma falha em promover essa colaboração contínua e em valorizar o conhecimento local. Freire (1987)

argumenta que a pesquisa deve ser um processo de diálogo e troca, e não uma simples extração de informações.

Por isso, a devolutiva e outras ações de continuidade são essenciais para garantir a ética, a validade e a relevância de pesquisas comunitárias. Os pesquisadores têm a responsabilidade de assegurar que suas investigações não apenas respeitem os participantes, mas também tragam contribuições positivas para as comunidades envolvidas. A devolutiva e o engajamento permanente são fundamentais para cultivar uma ética de reciprocidade e responsabilidade, assegurando que a pesquisa resulte em benefícios concretos para o bem-estar coletivo (TUCK; YANG, 2014, p. 82).

Assim, a comunicar os resultados da pesquisa não é apenas um elemento ético: é também um mecanismo essencial para validar os resultados e fortalecer a confiança entre pesquisadores e comunidade. Ao envolver os participantes na análise e interpretação dos dados, os pesquisadores garantem que as vozes e perspectivas locais sejam refletidas nos achados finais. Essa abordagem colaborativa fomenta um sentimento de coautoria e pertencimento, empoderando os participantes a utilizar o conhecimento gerado para promover mudanças sociais e ambientais em suas realidades. "A devolutiva, ao integrar os participantes no processo de análise e interpretação dos dados, não só valida os resultados da pesquisa, mas também fortalece o sentimento de coautoria e pertencimento, essenciais para o empoderamento comunitário e a ação transformadora" (TANDON, 2002, p. 38).

Retomando a conversa, ao se sentirem acolhidas e ouvidas, as mulheres, de forma espontânea, começaram a falar sobre os problemas da comunidade. Termos como competição, inveja, ciúmes, conflitos de liderança e tensões nos relacionamentos foram mencionados repetidamente. Segundo Coser (1956), a Teoria dos Conflitos de Interesses sugere que essas tensões em comunidades surgem quando os interesses de grupos ou indivíduos entram em choque.

Em comunidades tradicionais e ribeirinhas, esses conflitos frequentemente giram em torno de acesso e uso de recursos naturais — como terras, água e pesca — além de questões de poder, autoridade e identidade cultural. Tais divergências podem funcionar como mecanismos de mudança social, nos quais o confronto entre interesses distintos leva à renegociação de normas, políticas e estruturas de poder dentro do grupo (PRUITT; KIM, 2004). Em Porto da Manga, esses conflitos manifestam-se na disputa por iscas vivas, na rivalidade entre diferentes grupos e nas tensões geradas pela distribuição desigual de oportunidades e benefícios.

Os relatos das mulheres evidenciam que a competição por recursos, como as iscas vivas, é uma fonte expressiva de conflito. A inveja e o ciúme emergem quando certos indivíduos ou grupos alcançam maior sucesso econômico, gerando ressentimentos. Além disso, as disputas por liderança e autoridade refletem lutas pelo poder e pela capacidade de influenciar decisões internas. Nesse sentido, “conflitos em comunidades frequentemente surgem da competição por recursos escassos e são intensificados pela inveja e pelos ciúmes que acompanham as desigualdades econômicas. Disputas por liderança e autoridade refletem lutas internas por poder e controle de decisões” (COLLINS, 2010).

Esses conflitos são exacerbados pela ausência de mecanismos eficazes de resolução de disputas e pela falta de uma liderança unificadora que possa mediar tensões e promover a cooperação. A Teoria dos Conflitos de Interesses de Coser (1956), sugere que, embora os conflitos possam ser destrutivos, também têm o potencial de gerar mudanças sociais positivas, quando geridos de forma construtiva. Ao abordar interesses divergentes e buscar soluções que promovam equidade e justiça, as comunidades podem transformar disputas em oportunidades para fortalecer a coesão social e aprimorar a governança local.

Compreender a natureza dos conflitos de interesse em Porto da Manga é, portanto, essencial para desenvolver estratégias de resolução pacífica e promoção da cooperação. Isso inclui a criação de espaços de diálogo e negociação nos quais todos os membros da comunidade possam expressar suas preocupações e colaborar na construção de soluções que beneficiem a coletividade.

Dando prosseguimento aos relatos, as mulheres narraram um episódio em que uma pesquisadora foi humilhada por um morador do sexo masculino, conhecido por adotar posturas autoritárias e por se sentir no direito de “comandar” e “influenciar”. Esses termos foram utilizados tanto por mulheres da própria comunidade quanto por visitantes ou profissionais que realizam algum trabalho no local, sempre do sexo feminino, evidenciando um padrão de comportamento direcionado às mulheres. Descreveram o indivíduo como alguém de comportamento explosivo e afirmaram que ele “não é bom da cabeça, não”. Comentaram ainda que foi positivo a pesquisadora ter vindo acompanhada dessa vez, pois “esse valente não se atreve a confrontar homens”. Em comunidades, são comuns dinâmicas de poder marcadas por figuras autoritárias e comportamentos agressivos, dirigidos principalmente às mulheres.

Tais conflitos podem aprofundar as desigualdades de poder já existentes, quando a violência de gênero é utilizada para reforçar a dominação e silenciar vozes femininas, intensificando a vulnerabilidade das mulheres em contextos de crise ambiental (ROCHELEAU et al., 2013). Segundo Shiva & Mies (1993), em comunidades tradicionais e ribeirinhas, essa intersecção se revela na forma como as mulheres são marginalizadas e oprimidas, enquanto a degradação ambiental impacta de modo desproporcional suas vidas. Assim, a dinâmica de controle exercida por alguns homens reflete a sobreposição entre opressão de gênero e impactos ambientais.

A presença de conflitos por recursos naturais agrava as vulnerabilidades femininas, que já enfrentam desafios significativos decorrentes das desigualdades de gênero. O episódio relatado ilustra como a violência de gênero pode ser intensificada em cenários de instabilidade e degradação ambiental. Nessas circunstâncias, a violência tende a crescer, refletindo tensões sociais e econômicas subjacentes (KAIJSER; KRONSELL, 2014).

É imprescindível, portanto, considerar a interseção entre questões ambientais e de gênero ao desenvolver políticas e programas de apoio para comunidades ribeirinhas, por meio de abordagens que promovam igualdade de gênero e segurança para as mulheres — aspectos essenciais para construir uma comunidade mais justa e resiliente. Shiva & Mies (1993) argumentam que a opressão de gênero e a exploração ambiental estão profundamente entrelaçadas, indicando que a emancipação feminina é um pilar central para alcançar sustentabilidade e justiça social.

Nos relatos seguintes, emergiram histórias de desentendimentos entre um morador e líderes de projetos desenvolvidos na comunidade. Segundo as narrativas, existe uma divisão entre duas áreas conhecidas como “Arião” e “Porto”, resultado de conflitos de relacionamento entre moradores. A região do Arião, que concentra a maioria das famílias, fica mais afastada do Porto — ponto de chegada da balsa que transporta cargas, veículos, compradores de iscas vivas e turistas que contratam barcos de pesca.

Esses desentendimentos são recorrentes e têm múltiplas causas, sendo a principal delas a desigualdade percebida na distribuição de recursos e oportunidades econômicas entre as duas áreas. Moradores próximos ao Porto têm maior facilidade para vender iscas vivas, enquanto os do Arião se sentem prejudicados por essa disparidade. Além disso, a concentração de projetos no Porto intensifica ainda mais as tensões internas. Desigualdades dentro de uma comunidade podem gerar divisões significativas, sobretudo quando

associadas ao acesso a recursos econômicos. Putnam (2007) destaca que a alocação desigual de oportunidades e recursos pode fragmentar o tecido social, alimentar ressentimentos e comprometer a colaboração necessária para o desenvolvimento sustentável.

A área do Arião abriga cerca de vinte famílias, enquanto o Porto é formado por apenas seis a oito famílias. Essa disparidade numérica e a distribuição desigual de oportunidades econômicas alimentam disputas internas. Tais conflitos exemplificam como diferenças na distribuição de benefícios podem comprometer a coesão social e minar a eficácia de iniciativas comunitárias. Para superar essas barreiras, uma abordagem equitativa e inclusiva é fundamental, promovendo harmonia social e fortalecendo a ação coletiva (PUTNAM, 2000, p. 177).

A análise de Schein (2010) destaca a relevância de uma liderança atenta à realidade cultural e social de cada território, capaz de intermediar disputas de forma equilibrada e respeitosa. Pessoas que conseguem compreender as complexidades simbólicas de suas comunidades ocupam uma posição estratégica para promover coesão e avanços concretos. Nesse sentido, entender as causas dos desentendimentos entre Arião e Porto torna-se essencial para fortalecer vínculos coletivos e garantir o êxito de iniciativas locais. Assim, a solidez de uma liderança comunitária repousa na habilidade de dialogar com valores locais, mediar tensões de forma justa e cultivar confiança — condição indispensável para “fortalecer os laços comunitários e assegurar o sucesso das iniciativas de desenvolvimento” (SCHEIN, 2010, p. 128).

Ao ouvir o termo “iscas vivas”, a pesquisadora quis compreender como se estruturava o cotidiano das moradoras. Elas explicaram que essa forma de trabalho passou a representar sua principal fonte de renda após as intensas queimadas de 2020, que devastaram os pés de Laranjinha-de-Pacu — um fruto típico, também usado na produção de polpas e geleias. A destruição dessas plantas reduziu

drasticamente outras opções de sustento, levando o grupo a direcionar mais esforços para a extração e comercialização de iscas. A perda de recursos naturais em desastres ambientais extremos pode obrigar populações a reorganizar suas atividades econômicas, como ocorreu em Porto da Manga (ADGER, 2006, p. 273).

Tradicionalmente, esse trabalho era realizado majoritariamente por homens. Porém, diante das transformações climáticas e da necessidade de gerar renda, muitas mulheres assumiram essa tarefa, o que revela mudanças significativas na divisão social do trabalho. Essa substituição de funções mostra a capacidade de resposta frente às pressões ambientais, garantindo o sustento das famílias em meio à escassez.

A redistribuição de responsabilidades produtivas, em situações como essa, ilustra a resiliência de comunidades que se reorganizam para enfrentar adversidades. Para Yadav et al. (2021), tais ajustes confirmam a força de grupos locais em tempos de crise, com as mulheres frequentemente à frente dessas soluções, mobilizando saberes tradicionais e estratégias inovadoras para assegurar a sobrevivência coletiva.

Essa realidade pode ser analisada à luz de diversas correntes teóricas que exploram como as tarefas produtivas são socialmente definidas e podem ser revistas ao longo do tempo. A Teoria de Gênero e Trabalho, por exemplo, explica de que forma normas culturais moldam quem exerce determinadas funções — seja no ambiente doméstico ou fora dele — e como essas regras são revistas conforme se reconfiguram contextos sociais e econômicos (CONNELL, 2009).

Em Porto da Manga, a presença ativa das mulheres na atividade de extração de iscas garante não apenas a manutenção da economia local, mas também impulsiona uma reconfiguração de normas de gênero, promovendo relações de trabalho mais equitativas. Essa transformação revela a força de adaptação feminina,

que articula conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis para assegurar a renovação dos recursos naturais e a subsistência coletiva. O redesenho dos papéis sociais em resposta a pressões econômicas e ambientais demonstra como as moradoras aplicam saberes herdados de forma criativa, fortalecendo a sustentabilidade comunitária (SHIVA; MIES, 1993, p. 45).

Por outro lado, a migração de muitos homens para ocupações ligadas ao turismo — como piloteiros de barcos de pesca — abriu espaço para que as famílias redistribuíssem responsabilidades. Essa reorganização não apenas modificou fronteiras de gênero, mas também expôs a flexibilidade das funções produtivas diante de novos cenários socioeconômicos. A forma como essas fronteiras se deslocam evidencia que as divisões de trabalho, construídas socialmente, podem ser revisadas quando as condições exigem, possibilitando a renegociação de tarefas antes restritas a um único grupo (RISMAN, 2004).

A Teoria da Flexibilidade de Gênero apoia essa leitura, mostrando que funções tradicionalmente masculinas podem ser assumidas por mulheres em contextos de transformação econômica e social. Essa perspectiva reforça a ideia de que os papéis não são rígidos, mas se adaptam conforme as demandas familiares e comunitárias, revelando uma resiliência notável diante das mudanças (MOEN, 2015). No caso de Porto da Manga, a apropriação dessa nova frente produtiva demonstra não apenas a manutenção da renda local, mas também um avanço simbólico rumo à justiça de gênero no trabalho.

A análise ecofeminista de Shiva e Mies (1993) complementa essa compreensão, ao apontar que a mudança de funções também pode ser interpretada como uma forma de resistência à exploração conjunta de mulheres e natureza. Ao assumir protagonismo na gestão dos recursos, as moradoras desafiam estruturas patriarcais e reafirmam um modelo de desenvolvimento que integra equidade de gênero e conservação ambiental.

Assim, o envolvimento feminino na captura de iscas não é apenas uma resposta pragmática às pressões externas, mas também uma estratégia de afirmação por justiça social e equilíbrio ecológico. Esse fenômeno reforça a urgência de políticas que estimulem o fortalecimento das mulheres em comunidades ribeirinhas, reconhecendo o valor do conhecimento local e da gestão responsável dos bens naturais (SHIVA; MIES, 1993, p. 18).

Nos relatos sobre o dia a dia, as pescadoras relataram que o trabalho começa ao amanhecer, por volta das cinco horas. Ao longo do dia, dedicam-se à coleta de caramujos e, à noite, concentram esforços na captura de tuviras. Não há locais fixos: dependem de informações compartilhadas informalmente para localizar as melhores áreas, organizando rapidamente a logística — embarcações, combustível, deslocamento — sempre a partir dessas pistas orais. Essa rotina revela a capacidade de adaptação em cenários marcados por incerteza e a importância das redes de informação como suporte à sobrevivência (SILVA, 2015, p. 112).

Figura 10 – Comunidade Porto da Manga, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

No entanto, as participantes também denunciaram situações em que moradores do Arião propagam informações falsas, desviando concorrentes para pontos improdutivos. Essas armadilhas geram prejuízos financeiros, alimentam desconfiança e corroem a confiança entre grupos, fragilizando a coesão interna de Porto da Manga. Em contextos comunitários, “conflitos internos e a propagação de desinformação podem ter efeitos profundos, comprometendo relações de confiança, ampliando perdas econômicas e deteriorando a eficácia das ações coletivas” (SMITH; ANDERSON, 2018).

No aspecto técnico, a atividade de extração é realizada tanto em duplas quanto individualmente. Quando sozinhas, as pescadoras utilizam uma tela arredondada, semelhante a uma antena parabólica, equipada com flutuadores nas extremidades. Presa ao pé da pescadora, a tela permanece submersa até o momento oportuno: ao perceber a presença das iscas, a trabalhadora libera a tela, que ao flutuar, retém as iscas capturadas. Essa técnica, simples mas engenhosa, demonstra a habilidade em adaptar instrumentos locais à realidade do ecossistema — um conhecimento passado de geração em geração e essencial para o sucesso da prática (RIBEIRO, 2018, p. 84).

Existem três principais métodos de captura de iscas vivas utilizados na região: “quebra”, “chama” e “pesca com vara” durante as cheias.

O método de “quebra” é realizado durante o dia e serve para capturar diferentes tipos de iscas, como peixes e caranguejos. O procedimento consiste em submergir uma tela nos pontos de coleta e erguê-la rapidamente, retendo porções da vegetação aquática que abrigam as iscas. As espécies de interesse são armazenadas em galões plásticos, enquanto as não aproveitáveis são devolvidas ao rio. Apesar de eficaz, essa prática provoca danos significativos às plantas aquáticas, principalmente por romper raízes e pecíolos, evidenciando o conflito entre garantir o sustento da comunidade e conservar os ecossistemas (BERKES et al., 2000, p. 146).

Já o método de “chama”, aplicado à noite, visa capturar tuviras (*Gymnotus carapo*). Para isso, abre-se uma clareira no camalote, posiciona-se a tela submersa e recoloca-se a vegetação por cima, onde se depositam cupins para atrair os peixes. Para intensificar o atrativo, os pescadores estalam os dedos na água, simulando a queda de alimento. Quando percebem a aproximação das tuviras, erguem a tela de forma rápida. Essa técnica combina precisão, conhecimento ecológico local e criatividade no uso dos recursos naturais, maximizando a eficiência da captura (JOHANNES, 1998, p. 91).

Durante o período de cheias, o método adaptado para capturar o jejum (*Hoplerthrinus unitaeniatus*) é o mais utilizado. Nessa fase, a profundidade elevada inviabiliza o uso das telas, sendo substituídas por vara de bambu e anzol. Essa adaptação ilustra a flexibilidade das comunidades para manter a atividade mesmo sob condições ambientais variáveis (BERKES; FOLKE, 1998, p. 124).

As mulheres detalharam como se organizam para as coletas noturnas. Nessas incursões, precisam descansar em alguns momentos. Quando possível, abrigam-se em barracas improvisadas; caso contrário, recorrem a quintais ou até áreas de mata para repousar. Fora d'água, outros riscos surgem: cobras e onças são presenças constantes. A exposição a esses perigos evidencia a resiliência e a coragem necessárias para exercer uma atividade essencial à renda familiar. Para comunidades ribeirinhas, a capacidade de enfrentar condições adversas está diretamente ligada à sobrevivência (FOLKE et al., 2010).

A falta de abrigos seguros aumenta a vulnerabilidade dessas trabalhadoras, reforçando a necessidade de estratégias de proteção e suporte comunitário. O modo como essas mulheres enfrentam as adversidades, aliando conhecimento tradicional e estratégias de autocuidado, mostra a força coletiva necessária para garantir a continuidade dessa prática.

Um relato específico ilustra bem essa força. Certa madrugada, três pescadoras estavam no barco quando avistaram, do outro lado do rio, uma onça-pintada imóvel, observando-as. A mais calma pediu silêncio, orientou as companheiras a evitar movimentos bruscos e recolher o material devagar, para ligar o motor discretamente. Uma das isqueiras, porém, tomada pelo medo, desequilibrou-se e caiu na água. O pânico foi imediato, pois sabiam que a onça poderia nadar com facilidade. Enquanto ajudavam a amiga a retornar ao barco, mantinham os olhos fixos no animal. Ao lembrar o episódio, todas riram, comentando que "a sorte foi a onça estar de barriga cheia".

O humor, ao relatar situações de risco, atua como válvula de escape emocional, permitindo processar o medo e fortalecendo os vínculos de solidariedade no grupo (MORAN, 2019).

Esse episódio reforça a resiliência e o espírito de solidariedade entre as mulheres da comunidade, que enfrentam situações adversas com coragem e humor. A narrativa evidencia não apenas os desafios diários vividos por essas mulheres, mas também a forma como transformam o medo e a incerteza em relatos de superação e união. Assim, como observa Gordon (2008), situações de adversidade frequentemente revelam a força coletiva de grupos sociais, em que a camaradagem e o riso desempenham papéis fundamentais na ressignificação de experiências difíceis.

Dando continuidade aos relatos, uma das mulheres contou que carrega pequenas cicatrizes de picadas de cobra espalhadas pelo corpo, tantas que já perdeu a conta — resultado de mais de trinta incidentes, em sua maioria dentro dos rios, provocados principalmente por cobras-d'água, que não são venenosas. Ela explicou que não sente medo, pois esse risco é parte do cotidiano local: quase todos, em algum momento, já foram picados. Para comunidades que convivem intimamente com a natureza, a familiaridade com tais perigos transforma experiências potencialmente traumáticas em aspectos rotineiros, fortalecendo a resiliência dos moradores (INGOLD, 2000, p. 48).

Para tratar picadas e outros ferimentos, a comunidade recorre amplamente a plantas medicinais. Um dos recursos mais utilizados é a casca do barbatimão, aplicada para tratar feridas, conter sangramentos e resolver problemas de pele. Esse saber tradicional, transmitido entre gerações, reforça a autonomia comunitária em situações emergenciais e evidencia a importância da flora local no cuidado à saúde.

O uso da casca do barbatimão demonstra como o conhecimento tradicional é crucial para a proteção e o bem-estar das mulheres ribeirinhas. Esse saber, aliado a resiliência coletiva, permite enfrentar desafios impostos tanto pelo ambiente natural quanto pela carência de assistência médica formal. Conforme Albuquerque et al. (2017), "o uso de plantas medicinais, como o barbatimão, revela a continuidade dos conhecimentos tradicionais, garantindo autonomia no cuidado com a saúde e fortalecendo a conexão da comunidade com o território".

O barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*), planta nativa do Brasil, é valorizado na medicina popular por suas propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias e cicatrizantes. Segundo Corrêa (1984), a casca é empregada para reduzir inflamações internas e externas. Rodrigues e Carlini (2005) destacam ainda seu uso tradicional no tratamento de infecções ginecológicas e problemas como corrimentos e inflamações vaginais.

Enquanto as mulheres enfrentam riscos nos rios, os maridos costumam trabalhar como piloteiros de barcos de pesca turística. A coleta de iscas vivas exige que as mulheres entrem em águas turvas, expondo-se a correntes fortes, jacarés, cobras e arraías, além de enfrentar as intempéries climáticas. Realizar essa atividade significa conviver com riscos permanentes à saúde e à segurança.

Essa prática, frequentemente exercida em jornadas de até dez horas, exige que as mulheres permaneçam imersas por longos períodos, sem proteção física adequada. Durante o período da decoada — quando as águas apodrecem, proliferando fungos — os riscos se agravam, aumentando a incidência de doenças ginecológicas graves. Sen e Ostlin (2008) apontam que condições insalubres de trabalho em ambientes contaminados afetam diretamente a saúde feminina, agravadas pela exposição prolongada à água poluída.

Além dos problemas ginecológicos, muitas mulheres relataram casos de artrite, artrose, dores na coluna e problemas nas articulações, decorrentes da coleta de iscas vivas. Tais condições não recebem acompanhamento adequado devido à ausência de políticas públicas de saúde na região. Gripes, febres e diarreias também são comuns, tratadas, em sua maioria, com remédios caseiros feitos a partir da flora local — uma prática que demonstra o valor do conhecimento tradicional, mas também denuncia a falta de acesso a cuidados médicos formais.

A dependência de remédios caseiros evidencia, por um lado, a riqueza dos saberes locais e, por outro, as desigualdades no acesso à saúde, reforçando a urgência de políticas públicas que integrem práticas tradicionais e serviços médicos formais (WEMRELL et al., 2016). Berkes (2008) salienta que os remédios baseados na flora regional são um exemplo de como o conhecimento tradicional pode contribuir para o bem-estar, devendo ser valorizado em articulação com a ciência moderna.

Figura 11 – Comunidade Porto da Manga, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

Assim, compreender o trabalho das mulheres na coleta de iscas vivas revela a intersecção complexa entre trabalho, saúde e saberes tradicionais. Essas práticas mostram as condições desafiadoras enfrentadas no dia a dia e também a força coletiva que resiste e se reinventa. Como Kirmayer (2004) observa, a articulação entre trabalho, saúde e saber local evidencia a relevância das práticas comunitárias de cuidado, que emergem como resposta à precariedade de serviços formais.

Desde 2012, buscando reduzir os riscos associados à coleta, o Ministério Público do Trabalho, em parceria com organizações não governamentais, distribui macacões impermeáveis a mulheres ribeirinhas do Pantanal sul-mato-grossense (ECOIA, 2022). Esses equipamentos de proteção minimizam a exposição a águas turvas, correntes fortes e predadores, além de diminuir o contato com substâncias nocivas durante a decoada. A distribuição de EPI demonstra uma medida concreta de proteção às trabalhadoras, articulando proteção ambiental, saúde e dignidade no trabalho.

No entanto, conforme relataram as mulheres, a quantidade de macacões distribuídos ainda é insuficiente para atender todas as trabalhadoras. Muitas continuam realizando suas atividades sem qualquer proteção, expondo-se a riscos severos para a saúde e segurança física. Atualmente, a maioria das isqueiras atua sem equipamentos adequados, o que compromete sua saúde enquanto lutam para garantir o sustento de suas famílias.

Outro fator que agrava as condições de vida em Porto da Manga é a ausência de acesso a água potável. A falta de água limpa e segura representa um sério risco para a saúde pública, aumentando a vulnerabilidade da comunidade a doenças de veiculação hídrica e outros problemas associados à qualidade inadequada da água. Heller (2007) destaca que o acesso à água potável é um determinante essencial da saúde coletiva, e sua ausência compromete diretamente o bem-estar de populações em contextos vulneráveis, como as comunidades ribeirinhas.

A comunidade também enfrenta a ausência de um posto de saúde, farmácia ou qualquer forma de acesso local a medicamentos. Quando adoecem, os moradores precisam recorrer à cidade de Corumbá, que é o ponto mais próximo com infraestrutura de saúde disponível. Essa realidade expõe a comunidade a riscos ainda maiores, pois a distância e a precariedade do transporte dificultam o acesso a cuidados médicos essenciais, atrasando diagnósticos e

tratamentos. Paim (2009) discute como a falta de acesso a serviços básicos de saúde em áreas rurais e isoladas acentua as desigualdades, comprometendo o direito a um atendimento eficaz e contínuo.

Além disso, a comunidade de Porto da Manga não dispõe de escola própria, o que obriga as crianças a se deslocarem para instituições rurais em regiões vizinhas. Esse deslocamento não é apenas uma dificuldade logística, mas também um obstáculo ao acesso regular e de qualidade à educação. Cunha (2011) observa que a falta de infraestrutura educacional em áreas remotas amplia desigualdades no acesso ao ensino, impactando o desenvolvimento acadêmico e social das crianças e impondo sobrecarga adicional às famílias.

Antes das queimadas devastadoras de 2020, que destruíram as plantações de Laranjinha-de-Pacu (*Pouteria glomerata*), as mulheres se organizavam na Associação de Mulheres Extrativistas da Comunidade de Porto da Manga. Elas produziam polpas e geleias derivadas desse fruto, que representavam não apenas fonte de renda, mas também importante complemento alimentar para a comunidade. A Laranjinha-de-Pacu é rica em antioxidantes, vitamina C, ferro e cobre, nutrientes relevantes para prevenir anemia e retardar processos de envelhecimento (CARVALHO & NASCIMENTO, 2015). A destruição dessas plantações representou uma perda significativa para a economia local e a segurança alimentar, expondo a vulnerabilidade do extrativismo tradicional frente às mudanças ambientais e aos desastres ecológicos.


Nesse cenário marcado por chuvas intensas, enchentes, secas prolongadas e queimadas frequentes, as mulheres de Porto da Manga afirmaram que suas rotinas são profundamente impactadas. Terry (2009) enfatiza que “as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente comunidades vulneráveis, como as ribeirinhas, onde as mulheres são geralmente as mais atingidas”. Eventos climáticos extremos, como enchentes e estiagens, comprometem a subsistência, a saúde e a segurança das populações.

A Psicologia Ambiental examina as interações entre seres humanos e o ambiente físico, destacando como as condições climáticas afetam diretamente o bem-estar psicológico e social das mulheres, que muitas vezes assumem papéis centrais na adaptação e mitigação dos impactos ambientais. Nesse sentido, a Teoria do Comportamento Pró-Ambiental, um subcampo da Psicologia Ambiental, propõe que atitudes e práticas sustentáveis são moldadas pelas vivências diretas com o ambiente, fortalecendo o senso de responsabilidade e práticas de manejo consciente dos recursos (STEG & VLEK, 2009).

De forma direta, as mulheres relatam que “o pior em suas vidas acontece no período da seca, com as queimadas”. As variações nos níveis dos rios afetam drasticamente a reprodução e disponibilidade de peixes, provocando quedas na captura e, consequentemente, na renda das famílias que dependem da pesca como principal fonte de subsistência. Essas mudanças, associadas às alterações climáticas e a intervenções humanas, ameaçam os ciclos naturais dos ecossistemas aquáticos, afetando a segurança alimentar e econômica das comunidades ribeirinhas (JUNK et al., 2013). Alterações nos padrões de precipitação, por sua vez, podem gerar secas severas ou enchentes extremas, comprometendo a produção agrícola e a criação de animais, essenciais para a subsistência dessas comunidades (IPCC, 2014).

Nessa perspectiva, as condições climáticas extremas exigem que as mulheres desenvolvam estratégias de adaptação e resiliência para mitigar seus impactos. Muitas vezes, elas assumem a responsabilidade de gerir os recursos naturais de forma sustentável, implementando práticas que minimizem danos ambientais e assegurem a continuidade de suas atividades econômicas.

A análise das respostas relacionadas às crises ambientais revela a relevância de integrar a perspectiva das mulheres ribeirinhas em políticas públicas e programas de apoio voltados à adaptação



às mudanças climáticas. Promover o empoderamento feminino e valorizar o conhecimento tradicional são passos fundamentais para fortalecer a resiliência comunitária diante das adversidades impostas pelo clima. Assim, compreender as vivências das mulheres de Porto da Manga oferece insights preciosos para o desenvolvimento de soluções mais sustentáveis e inclusivas, beneficiando toda a comunidade. Como destaca Alston (2013), incluir as experiências e saberes das mulheres em políticas e programas de adaptação é essencial para promover estratégias eficazes que reforcem a resiliência e impulsionem o protagonismo feminino.

Na comunidade de Porto da Manga, ainda há pequenas plantações de mandioca e árvores frutíferas cultivadas em hortas improvisadas nos quintais. No entanto, essas práticas são insuficientes para compensar as perdas causadas pelos incêndios. A dependência dessas lavouras ressalta a vulnerabilidade econômica das mulheres e evidencia a necessidade de estratégias mais robustas para garantir a segurança alimentar e financeira da comunidade. Nesse sentido, desenvolver alternativas de renda e fortalecer sistemas de produção locais são medidas fundamentais para reduzir os riscos socioambientais (ADGER, 2006, p. 271).

Nesse cenário, as mulheres, ao perderem suas fontes tradicionais de renda, enfrentam maior insegurança alimentar e econômica. A fragilidade das atividades produtivas locais frente às mudanças climáticas e desastres ambientais torna urgente a adoção de estratégias diversificadas — como a formação de cooperativas, o incentivo a cultivos adaptados e a criação de atividades complementares de geração de renda. Capacitar as mulheres em práticas agrícolas sustentáveis e ampliar seu acesso a mercados são caminhos essenciais para fortalecer a resiliência das famílias e comunidades (MOSER, 2008, p. 242).

A experiência das mulheres de Porto da Manga revela a importância de uma abordagem integrada que considere, simultaneamente,

fatores ambientais e socioeconômicos na formulação de políticas de desenvolvimento rural. Fortalecer a segurança alimentar e econômica de comunidades ribeirinhas implica reconhecer e valorizar o papel estratégico das mulheres na gestão de recursos naturais e na sustentabilidade das atividades produtivas locais. Para Shiva (2016, p. 57), o fortalecimento da segurança comunitária depende, em grande medida, do reconhecimento do papel central das mulheres como guardiãs da sustentabilidade e da vida comunitária.

Em contrapartida, as moradoras relatam que “a vida fica boa no período das cheias, com rios cheios de peixes, mais iscas vivas e mais trabalho”, gerando fartura nos lares. Durante essa fase, a abundância de recursos naturais garante a subsistência e melhora a qualidade de vida das famílias ribeirinhas. A sazonalidade desses recursos provoca variações expressivas na qualidade de vida: nos períodos de fartura, como as cheias, as famílias têm mais segurança alimentar e econômica, o que repercute positivamente em seu bem-estar. A disponibilidade de peixes e de outros recursos alimentares favorece a nutrição e amplia as possibilidades de renda, contribuindo para a estabilidade comunitária e reforçando a capacidade de enfrentar períodos de escassez (TOMASELLA et al., 2018).

Contudo, essa prosperidade trazida pelas cheias também impõe desafios significativos. A maior frequência de eventos extremos, como enchentes severas, aumenta a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, favorece a proliferação de mosquitos e outros vetores e pode contaminar fontes de água potável (CONFALONIERI et al., 2007). Esses fatores representam ameaças constantes à saúde pública local.

Além disso, as enchentes podem danificar a infraestrutura comunitária, destruindo cultivos, moradias e sistemas de abastecimento de água. As mulheres, frequentemente responsáveis pela gestão do lar e pela coleta de recursos, veem sua carga de trabalho aumentar substancialmente nesses períodos. Tais eventos exigem alta resiliência e estratégias adaptativas para mitigar seus impactos.

As comunidades afetadas precisam reorganizar suas práticas, fortalecer redes de apoio e implementar medidas de prevenção e mitigação de danos (ADGER et al., 2005). A capacidade de adaptação torna-se, assim, um elemento essencial para reduzir a vulnerabilidade e garantir a continuidade da vida comunitária frente às flutuações ambientais.

Durante o período da Piracema, quando a pesca é restrita para permitir a reprodução das espécies aquáticas, as famílias cadastradas recebem benefícios que visam garantir sua segurança alimentar e compensar a perda de renda. Entre esses auxílios estão a Cesta Básica e o Auxílio-Defeso. A Cesta Básica consiste em um conjunto de alimentos essenciais fornecido pelo governo, com o objetivo de assegurar a nutrição das famílias ribeirinhas durante a restrição da pesca. Já o Auxílio-Defeso é um benefício financeiro temporário concedido aos pescadores, destinado a mitigar a perda de renda, garantindo assim a manutenção de sua subsistência durante o período de defeso (MMA, 2017).

No Brasil, as famílias ribeirinhas encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica especialmente durante a Piracema, quando suas principais fontes de renda são interrompidas em prol da conservação ambiental. Para reduzir os impactos econômicos dessas restrições, o governo implementa programas como o Seguro-Defeso, considerado fundamental para manter a subsistência dessas comunidades. Esse suporte financeiro é essencial para assegurar a segurança alimentar e a estabilidade econômica de famílias que dependem diretamente da pesca (DIEGUES, 2008, p. 44).

Ao longo das conversas, as mulheres da comunidade expressaram o desejo de ampliar as alternativas de geração de renda, como forma de enfrentar as adversidades ambientais. Elas relataram que, quando sua principal matéria-prima natural é afetada, como ocorreu durante as queimadas, torna-se extremamente difícil encontrar novas oportunidades para manter a renda familiar na comunidade.

Segundo Ellis (2000), a diversificação de fontes de renda é crucial para aumentar a resiliência econômica de comunidades vulneráveis, especialmente em contextos onde os recursos naturais sofrem impactos frequentes de desastres ambientais. Políticas que fomentem alternativas econômicas são, portanto, fundamentais para reduzir a vulnerabilidade social dessas populações.

Após quase três horas de caminhada e diálogo na comunidade, o primeiro contato da pesquisadora com as mulheres de Porto da Manga e suas histórias de vida se encerrou de forma significativa. A pesquisadora, que havia chegado disposta a acolher as participantes, percebeu-se acolhida por elas. O encontro foi concluído com um gesto de confiança e abertura: uma das mulheres, espontaneamente, foi até sua casa buscar fotografias antigas de seus filhos e familiares, compartilhando parte de sua intimidade. Segundo Hammersley e Atkinson (2007), momentos assim são decisivos para a construção de laços de confiança entre pesquisador e participantes, aspecto essencial em estudos de campo em contextos comunitários, nos quais o acolhimento mútuo e a partilha de memórias fortalecem os vínculos e enriquecem o processo investigativo.

Em complemento às informações observadas nessa primeira visita, foi constatado que as condições de moradia em Porto da Manga são bastante precárias. As casas são construídas de forma improvisada, e serviços públicos básicos — como saneamento, fornecimento de água potável, transporte regular e coleta de lixo — são inexistentes. Historicamente formada por descendentes de pescadores, a comunidade ainda tem na pesca sua atividade predominante, sendo a coleta de iscas vivas um suporte essencial para o turismo, que sustenta a economia local.

A agricultura, por sua vez, é escassa e carece de estratégias que favoreçam seu desenvolvimento de forma sustentável.

Como aponta Brondízio et al. (2009), a precariedade habitacional e a ausência de serviços públicos são características comuns em comunidades ribeirinhas, nas quais atividades econômicas tradicionais, como a pesca, persistem. Entretanto, a carência de infraestrutura e de alternativas sustentáveis limita o potencial de desenvolvimento dessas regiões.

De modo geral, esse primeiro contato com a Comunidade Ribeirinha de Porto da Manga já revelou uma riqueza de informações, tanto individuais quanto coletivas, de grande relevância para esta pesquisa. Assim que as barreiras iniciais foram superadas e uma relação de confiança foi estabelecida, as respostas surgiram de forma espontânea e autêntica. As mulheres de Porto da Manga exemplificam uma resiliência notável diante dos desafios ambientais e estruturais que enfrentam.

Nesse sentido, as moradoras demonstram não apenas uma notável capacidade de adaptação e superação, mas também um profundo orgulho de suas atividades comunitárias. Esse sentimento de realização e valorização do trabalho ressalta não apenas a força individual de cada mulher, mas também a relevância coletiva de seu papel dentro da comunidade. Por meio de suas práticas e atitudes, evidenciam a importância de sua contribuição para a sustentabilidade e o bem-estar local, sublinhando sua essencialidade na manutenção e fortalecimento de seu modo de vida.

A COMUNIDADE DA APA BAÍA NEGRA

Figura 12 – APA Baía Negra, Ladário-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

A Comunidade Ribeirinha da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía Negra está localizada na Rodovia Estadual MS-480, no município de Ladário, Mato Grosso do Sul. Partindo de Campo Grande – MS, o acesso principal se dá pela Rodovia BR-262, sentido oeste, chegando-se ao entroncamento do Portal de entrada das cidades de

Corumbá e Ladário, a cerca de 10 km da comunidade (ECOIA, 2021). Atualmente, vivem na APA Baía Negra cerca de 47 famílias.

A APA Baía Negra é uma Unidade de Conservação que exerce papel essencial na proteção dos ecossistemas do Pantanal, buscando articular conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico das populações locais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2014), as Áreas de Proteção Ambiental, na condição de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, permitem o manejo equilibrado dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio ecológico e promovendo a convivência harmoniosa entre atividades humanas e preservação.

Sua importância decorre da proteção de uma área de elevada biodiversidade, aliada à regulação do uso de recursos naturais para evitar a degradação. Para Diegues (2008), o manejo sustentável é fundamental para conservar os ecossistemas e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento econômico das comunidades tradicionais, mediante práticas que respeitem as características naturais da região.

O Plano de Manejo da APA Baía Negra é uma ferramenta estratégica de gestão, pois orienta as atividades permitidas na Unidade, assegurando a continuidade dos serviços ecossistêmicos, a conservação da biodiversidade e o incentivo a práticas sustentáveis. De acordo com o IBAMA (2007), o Plano de Manejo é um documento técnico imprescindível, pois define diretrizes para o uso racional dos recursos e estabelece ações de proteção e manejo sustentável da área.

Entre as atividades sustentáveis promovidas na APA destacam-se o ecoturismo, a agricultura de baixo impacto e a pesca artesanal, que são exemplos de como a conservação ambiental pode gerar renda para as comunidades locais. Primack e Rodrigues (2001) ressaltam que integrar conservação e desenvolvimento econômico fortalece o papel das Unidades de Conservação como motores de desenvolvimento sustentável, beneficiando o meio ambiente e a população.

A Baía Negra foi a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada no Pantanal, combinando proteção ambiental e manutenção da sobrevivência das populações tradicionais. Atualmente, entre 40 a 50 famílias contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade e para o fortalecimento de práticas de desenvolvimento sustentável na região (ECO A, 2021).

A sede da APA funciona em um antigo hotel desativado, cedido pela prefeitura, situado dentro da área protegida. O local preserva uma paisagem singular, com um braço largo do Rio Paraguai, vegetação exuberante, organização e limpeza que refletem o cuidado comunitário com a área.

O grupo produtivo de mulheres da comunidade está formalmente organizado desde 11 de dezembro de 2018, constituindo a Associação de Mulheres Produtoras da APA Baía Negra — entidade de direito privado e sem fins lucrativos. Seu objetivo é reunir mulheres envolvidas em atividades econômicas baseadas no extrativismo não madeireiro, como a exploração de frutos nativos, pesca artesanal, turismo, gastronomia e artesanato. O espaço também promove ações de capacitação técnica e articulação política para garantir direitos às moradoras e moradores de uma Área de Proteção Ambiental (ECO A, 2021).

Entre os principais produtos elaborados pela associação destacam-se os derivados do Jaracatiá — fruto rico em vitaminas A, C e, antioxidantes e fibras que auxiliam na digestão e fortalecem o sistema imunológico, além de contribuir para retardar o envelhecimento. Sua polpa, de textura semelhante à do mamão, lhe rendeu o apelido de “mamãozinho do mato”. Os produtos da comunidade incluem rapaduras, doces em calda, bombons, casadinhos, geleias, produtos com Laranjinha-de-Pacu e artesanato com aguapé (ECO A, 2021).

Figura 13 – Laranjinha-de-Pacu na APA Baía Negra, Pantanal – MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Consolidada para resguardar a biodiversidade, os recursos hídricos e os modos de vida tradicionais das famílias ribeirinhas, a APA Baía Negra exemplifica iniciativas que buscam harmonizar conservação ambiental e as necessidades socioeconômicas de quem habita essa região do Pantanal.

A gestão atual da APA Baía Negra é liderada por uma mulher, refletindo a crescente valorização da liderança feminina em questões socioambientais. Esse exemplo demonstra como as mulheres podem exercer papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável. Uma gestão inclusiva e participativa potencializa práticas de manejo que consideram as necessidades locais, promovendo uma conservação socialmente justa e ambientalmente eficaz (SHIVA, 2005).

Historicamente, antes da criação da APA, a região abrigava um número maior de famílias, muitas das quais se dedicavam à pecuária extensiva. A restrição dessas práticas, em função das normas de proteção, levou algumas famílias a migrarem para outras áreas. Tal processo evidencia as interações complexas entre conservação e desenvolvimento socioeconômico. É essencial que políticas de gestão de Unidades de Conservação considerem as demandas locais e ofereçam alternativas sustentáveis que viabilizem a permanência das populações tradicionais, em sintonia com os objetivos de conservação (DIEGUES, 1998; PRETTY, 2011).

Para fortalecer a sustentabilidade econômica e cultural da comunidade, as mulheres da APA se organizaram na Associação de Mulheres Produtoras da APA Baía Negra, focada na produção de derivados do Jaracatiá (*Jaracatia spinosa*), fruto nativo de alto valor nutricional. Essa organização não apenas gera renda para as famílias, mas também conserva saberes tradicionais e contribui para a preservação da biodiversidade, alinhando-se aos princípios do Ecofeminismo, que valorizam práticas sustentáveis e a participação ativa das mulheres na conservação e no desenvolvimento comunitário (SHIVA, 2005).

Além da produção de derivados do Jaracatiá, as mulheres atuam em múltiplas frentes: são pescadoras, piloteiras de barcos de turismo, guias turísticas e coletoras de iscas vivas. Essa diversidade de papéis mostra sua capacidade de adaptação e resiliência, ao mesmo tempo em que fortalece a economia local e a conservação

ambiental. A pesca artesanal, realizada de forma sustentável, é vital para a segurança alimentar e para a manutenção da diversidade aquática, evidenciando o compromisso dessas mulheres com a sustentabilidade (BARLETTA et al., 2010).

A coleta de iscas vivas, por sua vez, sustenta o turismo de pesca na região, combinando conservação de recursos naturais com geração de renda (HONEY, 2008). A versatilidade das mulheres da APA Baía Negra demonstra a relevância de políticas públicas que reconheçam suas múltiplas contribuições para a economia local e para a conservação (SACHS, 2010).

Muitas mulheres da comunidade também mantêm vínculos de trabalho formal fora da APA, o que evidencia uma estratégia de diversificação de renda fundamental para a estabilidade econômica. Essa realidade revela a habilidade dessas mulheres em equilibrar papéis comunitários e profissionais, gerenciando múltiplas responsabilidades. Pimentel et al. (2012) destacam que políticas públicas voltadas para populações ribeirinhas devem integrar essas dimensões, garantindo direitos trabalhistas e condições dignas, reconhecendo tanto a importância das práticas tradicionais quanto a necessidade de emprego formal.

Durante a visita de campo, uma das mulheres convidou a pesquisadora para uma caminhada pela área de proteção. O primeiro local apresentado, após a sede da APA, foi o espaço onde são armazenados os equipamentos utilizados pelas brigadistas no combate às queimadas. Esse ambiente simboliza o compromisso e a organização das mulheres da comunidade na defesa do Pantanal.

A visita a esse local destacou não apenas a relevância desse trabalho, mas também a forma como essas mulheres enfrentam desafios cotidianos e se preparam para emergências ambientais. A organização e o cuidado com os equipamentos refletem o profissionalismo e a seriedade com que encaram suas responsabilidades

como guardiãs do território. Além disso, o espaço funciona como ponto de encontro e fortalecimento das redes de apoio entre as brigadistas, que se articulam em torno de um objetivo comum: proteger a APA Baía Negra e suas riquezas naturais.

De acordo com as impressões coletadas, a decisão de apresentar esse espaço logo no início da caminhada evidencia o orgulho e a importância atribuídos ao trabalho de brigadista. Esse gesto reforça a centralidade dessa função na identidade coletiva das mulheres da comunidade e ressalta a conexão entre proteção ambiental e protagonismo feminino.

As participantes relataram que estão constantemente envolvidas em diversas iniciativas, muitas das quais têm alcance internacional. Esse engajamento reflete não apenas a vitalidade da comunidade, mas também a capacidade de estabelecer parcerias globais. Mencionaram, por exemplo, um projeto em colaboração com pesquisadores da França, que busca desenvolver materiais de construção utilizando matérias-primas locais, com foco na sustentabilidade e na autossuficiência habitacional.

Essa interação entre conhecimentos locais e globais pode ser compreendida à luz da Psicologia Ambiental, que investiga como as pessoas interagem com o ambiente físico e como essas interações moldam comportamentos e influenciam o bem-estar. Nesse sentido, as mulheres da APA Baía Negra não são apenas beneficiárias de projetos externos, mas também atuam como agentes ativas, contribuindo com saberes ecológicos e culturais para soluções inovadoras (BONNES; SECCHIAROLI, 1995).

Sob a perspectiva da Psicologia Comunitária, o envolvimento em projetos internacionais demonstra a força da organização comunitária e o papel central das mulheres na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável. A participação ativa fortalece a coesão social, amplia o empoderamento feminino e posiciona essas

mulheres como protagonistas na gestão de recursos naturais e na promoção do bem-estar coletivo (MONTERO, 2004).

Além disso, as mulheres da APA relataram seu papel na conscientização ambiental de turistas, especialmente no manejo adequado dos resíduos durante a pesca. Esse trabalho educativo é essencial para manter a integridade ambiental da região e assegurar que o turismo se desenvolva de forma sustentável e respeitosa com o ecossistema local.

Sob o enfoque da Psicologia Ambiental, essa iniciativa é uma estratégia eficaz para incentivar comportamentos pró-ambientais entre os visitantes. Ao sensibilizar turistas sobre o impacto dos resíduos, as mulheres promovem práticas mais responsáveis, que contribuem para a conservação dos recursos naturais e para a qualidade dos habitats (GIFFORD, 2014).

Na ótica da Psicologia Comunitária, esse papel educativo reflete o engajamento ativo na proteção do território e no fortalecimento do senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, tanto entre moradores quanto entre visitantes. Essa rede de apoio reforça a sustentabilidade e o bem-estar comunitário (MONTERO, 2004).

No contexto do Ecofeminismo, a conscientização promovida pelas mulheres evidencia a intersecção entre gênero, meio ambiente e justiça social. Seu trabalho não se limita à proteção ambiental: envolve também a defesa do direito coletivo a um ambiente limpo e saudável, promovendo uma ética de cuidado — princípio central no pensamento ecofeminista (SHIVA, 2005). Ao “educar” os turistas, essas mulheres reafirmam o valor do território como bem comum e garantem a transmissão de práticas de respeito ambiental às gerações futuras.

Por fim, no que diz respeito às crises ambientais, as mulheres da APA relataram impactos diretos em suas rotinas, moldando escolhas e estratégias de sobrevivência. Eventos como queimadas e

degradação dos recursos naturais exigem ajustes constantes e decisões difíceis para garantir a subsistência e proteger suas famílias. Essa interação com um ambiente em transformação evidencia que o meio ambiente é determinante na formação de comportamentos e estilos de vida (GIFFORD, 2014).

Do ponto de vista da Psicologia Comunitária, as respostas coletivas a essas crises revelam a resiliência comunitária e a capacidade de adaptação diante das adversidades. A mobilização em torno de estratégias de enfrentamento fortalece a coesão social e sustenta o bem-estar coletivo, mesmo em cenários de grande instabilidade (MONTERO, 2004).

Conforme as narrativas coletadas, o regime das cheias e secas do Pantanal exerce grande influência sobre o fluxo de turistas na região, impactando diretamente a economia local. As variações climáticas extremas, características desse bioma, podem alterar drasticamente a paisagem e as condições de acesso, muitas vezes resultando na queda do número de visitantes. Essa redução tem consequências significativas para a comunidade, que depende fortemente do turismo para sua subsistência. Além de desestimular a visita, essas mudanças climáticas impõem desafios às atividades turísticas operadas pela comunidade, como passeios de barco e serviços de guias locais, fundamentais para a renda regional (GIFFORD, 2014).

Durante a caminhada, emergiram temas sensíveis, entre eles a presença de uma figura masculina opressora na comunidade. Segundo relataram, esse homem costuma dirigir ataques verbais e atitudes hostis exclusivamente às mulheres, criando um ambiente de tensão e insegurança. Uma das mulheres relatou acreditar que sua vulnerabilidade se acentuou após a morte do marido, sugerindo que a ausência de uma figura masculina protetora facilita a postura agressiva do opressor. Elas concluíram que tais atitudes são moti-

vadas pelo desejo desse homem de enfraquecer a coesão feminina e assumir a liderança da comunidade, espalhando mentiras para minar a força do grupo de mulheres.

Essa situação pode ser compreendida sob a ótica da Psicologia Comunitária, que destaca como comportamentos opressores podem fragmentar a coesão social, minar a solidariedade e enfraquecer a capacidade de mobilização coletiva para enfrentar desafios comuns (MONTERO, 2004).

Na perspectiva ecofeminista, a opressão enfrentada por essas mulheres se insere em uma estrutura patriarcal mais ampla, que busca marginalizar lideranças femininas e concentrar o poder em figuras masculinas. A tentativa de desarticular a liderança comunitária representa uma forma de controle que ameaça práticas sustentáveis e equitativas promovidas pelas mulheres. Essa dinâmica evidencia a urgência de fortalecer redes de apoio, solidariedade e resistência coletiva (SHIVA, 2005).

Percebe-se também que esse ambiente de opressão contribuiu para enfraquecer os laços de solidariedade e cooperação entre as mulheres, gerando desunião que ainda persiste, segundo seus relatos. Tais tensões podem ser compreendidas como consequência direta da “dinâmica de poder e controle” imposta por essa figura masculina, que exerce violência simbólica e psicológica para consolidar sua influência (BOURDIEU, 2001).

Ao final desse relato, as mulheres lembraram com carinho e admiração de “Dona Julinha”, uma liderança comunitária marcante da APA Baía Negra, que também enfrentou figuras opressoras enquanto exercia seu papel. Referida com afeto e profundo respeito, “ela foi o coração da comunidade”, cuja liderança deixou uma marca indelével na memória coletiva.

Figura 14 – Dona Julinha, APA Baía Negra, Ladário-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

De acordo com o Portal G1, Júlia Gonçalves, nascida em 12 de abril de 1959, dedicou sua vida à defesa de causas sociais e ambientais no Pantanal de Mato Grosso do Sul. No dia de sua morte, a comunidade rompeu o silêncio da dor para exaltar o legado de luta dessa notável ativista. Ao longo de seis décadas, Dona Júlia esteve na linha de frente de lutas por moradia digna, combate à fome e defesa dos direitos das comunidades tradicionais de Corumbá-MS.

No início dos anos 2000, mudou-se para Ladário, onde desempenhou papel fundamental na criação da Área de Proteção Ambiental Baía Negra, a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável do Pantanal. Esteve presente em ações de combate ao grande incêndio que atingiu o bioma em 2020, mesmo em meio aos desafios da pandemia de Covid-19 — sendo, inclusive, uma das primeiras a receber a vacina, que ela considerou um presente de aniversário.

Dona Júlia conquistou reconhecimento nacional, participando de programas de televisão que mostraram seu orgulho pela terra e pelo povo pantaneiro. Em 2019, junto de uma vizinha, apresentou o doce de jaracatiá, conhecido como mamão bravo, que encantou a apresentadora Ana Maria Braga. Em outra ocasião, no programa *Caldeirão do Huck*, compartilhou sua história de vida, ocasião em que sua comunidade recebeu uma cozinha comunitária para reforçar a renda das famílias.

Conhecida por sua coragem e amor ao Pantanal, Dona Júlia deixa um legado de resistência, luta e cuidado, cuja memória continua a inspirar todos aqueles comprometidos com a preservação ambiental e a justiça social. Sua história segue como farol de esperança para as gerações futuras.

As narrativas revelam o impacto transformador de Dona Julinha como liderança capaz de unir, inspirar e guiar a comunidade frente a adversidades. Sua sabedoria e coragem moldaram a identidade da APA Baía Negra e seguem como exemplo de liderança feminina resiliente e afetuosa, que ainda hoje orienta as mulheres na busca por justiça ambiental e fortalecimento coletivo.

Dando continuidade à visita, a pesquisadora foi convidada pelas mulheres da comunidade a realizar um passeio de barco para conhecer mais profundamente o entorno da APA Baía Negra. Esse passeio, denominado “ronda” pelas próprias mulheres,

consiste em uma inspeção periódica que elas organizam com o intuito de verificar as condições gerais do território e assegurar que tudo esteja em ordem.

Durante essa incursão pelo rio Paraguai, a pesquisadora conheceu a piloteira do barco, uma mulher acolhedora e comunicativa, que gostava de narrar histórias e estabelecer conversas significativas. Ao longo do trajeto, em um gesto de afeto e hospitalidade, a piloteira colheu delicadamente uma flor de camalote das águas e a ofereceu à pesquisadora. Esse gesto simbólico traduziu a generosidade com que partilham seu mundo com aqueles que demonstram interesse por sua terra e por sua cultura. A flor, retirada das águas do Pantanal, não apenas representou para a pesquisadora a exuberância do ambiente local, mas também expressou a essência do acolhimento caloroso e do espírito comunitário que marcam a vida na APA Baía Negra.

No início do percurso, as mulheres iam identificando, com atenção, pontos específicos onde turistas haviam deixado resíduos. Sempre vigilantes e comprometidas com a preservação ambiental, elas paravam o barco sempre que necessário para recolher o lixo das águas ou do leito do rio. Essas ações evidenciam o compromisso constante com a proteção da natureza, o que é essencial para a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. Por meio de suas práticas cotidianas, elas ensinam, na prática, o valor de resguardar o ambiente dos impactos negativos provocados pela ação humana, em consonância com os pressupostos da Psicologia Ambiental, campo que investiga como os comportamentos podem ser orientados para a conservação e o cuidado com os ecossistemas (GIFFORD, 2014).

Figura 15: Ronda e coleta de resíduos, Rio Paraguai-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon, 2023.

Após esse momento, as mulheres perguntaram à pesquisadora se ela gostaria de conhecer algumas *isqueiras* — mulheres responsáveis pela coleta de iscas vivas — que estariam, naquele instante, em um trecho do rio. Prontamente, a pesquisadora aceitou o convite, e o grupo seguiu para uma área mais afastada, onde essas trabalhadoras realizavam suas atividades. Essa visita configurou-se como uma oportunidade valiosa para a pesquisadora observar de perto o trabalho das mulheres coletoras de iscas vivas, compreender o processo de coleta e testemunhar a interação dessas mulheres entre si e com o ambiente natural do Pantanal.

Durante a coleta, notou-se uma profunda conexão das *isqueiras* com o ambiente. A atividade não se limita a uma prática econômica: trata-se de um saber ecológico tradicional, transmitido de geração em geração. As mulheres que desempenham essa função conhecem intimamente os ciclos naturais do rio, os pontos onde as iscas são mais abundantes e as técnicas mais adequadas para capturá-las sem prejudicar o ecossistema. Esse saber, essencialmente empírico e situado, reflete o que Berkes (2012) denomina Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), destacando a relevância das práticas locais para a sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, observa-se que a coleta de iscas exige destreza, paciência e uma compreensão refinada dos ecossistemas aquáticos. As *isqueiras* aplicam técnicas cuidadosamente ajustadas para capturar as iscas sem esgotar as populações, o que demonstra um compromisso implícito com a conservação. Essa prática sustentável é vital para garantir que a pesca — um dos pilares da economia local — possa se manter viável a longo prazo. Nesse sentido, evidencia-se o conceito de “capital natural”, que abrange a utilização dos recursos naturais de forma a não comprometer sua disponibilidade para as futuras gerações (COSTANZA et al., 1997).

Em seguida, o barco prosseguiu pelo rio Paraguai em direção oposta, com o objetivo de encontrar alguma “ilha” — uma porção de terra que se mantém emergida em meio às águas —, já que era período de cheias e muitas áreas encontravam-se submersas. O intuito dessa busca era coletar as Laranjinhas-de-Pacu, fruto nativo de grande relevância para as práticas tradicionais e para a subsistência das comunidades ribeirinhas.

Após algum tempo de navegação, as mulheres localizaram um ponto propício, onde a terra permanecia acima do nível da água, permitindo o acesso às árvores de *Laranjinha-de-Pacu*. No local, a pesquisadora foi apresentada ao fruto, uma pequena iguaria da flora



pantaneira, reconhecida por seu valor nutricional e por suas propriedades valorizadas pelas comunidades locais. As mulheres detalharam as características do fruto, sua importância cultural e alimentar, além de explicarem como ele se integra às práticas de sustentabilidade da comunidade. Essa atividade de coleta exemplifica a aplicação do Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), conceito que descreve como o saber local — sobre o período adequado e os modos apropriados de extrair recursos naturais — contribui para a conservação ambiental e a continuidade das espécies nativas (BERKES, 2012).

Na sequência, as mulheres expressaram o desejo de apresentar à pesquisadora um morador local cuja casa estava, circunstancialmente, “ilhada”, cercada pelas águas que haviam inundado grande parte da fazenda onde ele vive e trabalha. Esse morador recusou-se a abandonar sua residência e os animais que cria, mesmo diante do receio de que o nível das águas pudesse subir ainda mais durante o período de cheias.

A recepção foi calorosa, refletindo a hospitalidade característica das comunidades ribeirinhas do Pantanal. Ao adentrar a casa do morador, a pesquisadora encontrou um ambiente simples e rústico, com o piso de terra batida. A casa estava repleta de vida: gatos, cachorros, porcos, galinhas e até um jacaré circulavam ao redor, aparentemente convivendo de forma harmoniosa.

Essa cena de convivência entre humanos e animais revela a profunda integração das pessoas da região com o ambiente natural e sua fauna. A decisão do morador de permanecer em sua casa, apesar dos riscos, ilustra o forte vínculo que os pantaneiros mantêm com a terra e com os animais sob seus cuidados, mesmo diante das adversidades impostas pelas cheias. Essa postura de resistência evidencia um elo cultural e emocional em que o lugar e o modo de vida se entrelaçam de forma indissociável à identidade e à sobrevivência (INGOLD, 2000).

A presença de jacarés e outros animais ao redor da casa, em uma convivência pacífica, ressalta o conhecimento e o respeito pelos ciclos naturais e pela fauna local — elementos fundamentais da vida no Pantanal. Sob a ótica da Psicologia Ambiental, essa interação exemplifica como os ambientes naturais moldam as práticas humanas e, reciprocamente, como as práticas moldam o ambiente, estabelecendo uma relação simbiótica essencial para a sobrevivência em contextos extremos (GIFFORD, 2014).

Ao término do passeio de barco, a pesquisadora manifestou o desejo de conhecer a Baía Negra, área de grande importância ecológica e cultural dentro da APA. Uma das mulheres explicou que, embora fosse possível chegar bem próximo à Baía por uma trilha, em determinado ponto a vegetação estava muito alta, dificultando o acesso direto. Acrescentou ainda que as mulheres da comunidade pretendiam abrir caminho somente quando o nível das águas baixasse um pouco mais, facilitando o trabalho.

Durante o trajeto pela trilha, a pesquisadora teve a oportunidade de observar a rica biodiversidade do Pantanal e de passar por algumas casas mais afastadas da sede da APA, imersas na serenidade e no silêncio característicos da paisagem pantaneira. Além de contemplar a natureza exuberante, ela pôde vivenciar a conexão íntima que as mulheres da comunidade mantêm com o ambiente ao seu redor.

Enquanto caminhavam, as mulheres compartilharam histórias e lendas que envolvem a Baía Negra, revelando uma espécie de misticismo que atravessa a vida comunitária. Contaram que a Baía é considerada “viva” e que “não gosta de barulho”. De acordo com a tradição local, é necessário pedir permissão antes de se aproximar dela, respeitando sua natureza sensível e seu poder.

Uma das histórias mais marcantes relatadas foi sobre um casal que, anos atrás, ancorou seu barco na Baía Negra e começou a beber e a tocar música alta. De repente, o barco virou nas águas





calmas, e os moradores acreditam que a Baía os expulsou como forma de retribuição pela falta de respeito ao local. Essas narrativas expressam a profunda reverência que a comunidade tem pela Baía Negra, compreendida não apenas como um espaço físico, mas como uma entidade dotada de vontade e energia próprias.

A história da Baía que “expulsou” o casal também pode ser interpretada sob a perspectiva que enfatiza a interconexão entre a natureza e as culturas que a protegem. A mensagem funciona como um alerta sobre os riscos de desrespeitar o ambiente, reforçando a concepção de que a natureza possui força própria e deve ser tratada com reverência. Essa narrativa demonstra como as comunidades ribeirinhas do Pantanal compreendem o equilíbrio necessário para viver em harmonia com a natureza, transmitindo esses valores por meio de histórias que educam e perpetuam o respeito ao meio ambiente.

Ao final da trilha, a pesquisadora teve a oportunidade de avistar, ainda que à distância, a Baía Negra e, mesmo de longe, após as conversas anteriores, pediu intimamente permissão para estar ali, em respeito às tradições locais.

Toda a experiência de aproximadamente cinco horas de imersão na rotina das mulheres da APA Baía Negra revelou-se enriquecedora sob diversos aspectos, já destacados, mas sobretudo no que concerne à compreensão aprofundada da interconexão entre essas mulheres, suas práticas culturais e o ambiente natural do Pantanal.

Essa vivência permitiu à pesquisadora acompanhar de perto o cotidiano de mulheres cuja vida está intrinsecamente vinculada ao ritmo da natureza e às demandas do ambiente que as cerca. O envolvimento ativo em atividades como a coleta de iscas vivas, a colheita das Laranjinhas-de-Pacu e a manutenção das trilhas que conduzem à Baía Negra revelou a sabedoria ecológica que fundamenta suas práticas diárias.

Mais do que simples observadoras, as mulheres da APA Baía Negra são verdadeiras guardiãs de saberes que preservam o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a conservação do ecossistema. Essa experiência evidenciou o papel central feminino na manutenção dos cuidados com o meio ambiente, aspecto essencial para o equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e o bem-estar coletivo. Além disso, a conexão cultural e espiritual que mantêm com a Baía Negra — e com o Pantanal como um todo — reforça a compreensão de que suas vidas e identidades estão profundamente enraizadas no território que habitam.

A COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

A Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) está localizada na borda oeste do Pantanal, a aproximadamente 45 km da área urbana de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Segundo relatos de moradores, o local teria sido palco da retomada de Corumbá, ocasião em que o Major Antônio Maria Coelho teria se refugiado na região — fato que originou o nome da comunidade (REIS et al., 2013).

Fundada em 1890, Antônio Maria Coelho situa-se na Morraria do Urucum, a cerca de 400 km da capital, Campo Grande (MS). O acesso à comunidade pode ser realizado pela rodovia BR-262 ou pela Estrada Parque Pantanal. Trata-se de uma comunidade centenária, estabelecida há mais de um século, que abriga atualmente cerca de trinta e cinco famílias. De acordo com informações dos Cadernos de Agroecologia (2013), a comunidade formou-se no final do século XIX, sendo as lápides encontradas no cemitério local indicativas dessa antiguidade (COSTA, 2014; REIS et al., 2013).

Figura 16 – Comunidade Antônio Maria Coelho, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Conforme os relatos coletados, alguns autores atestam que a comunidade existe há mais de 80 a 100 anos; no entanto, até recentemente, não figurava nos registros oficiais, constando apenas a Estação Ferroviária de Antônio Maria Coelho, inaugurada em 1952 (COSTA, 2014).

De acordo com os poucos registros disponíveis, a organização da comunidade começou na década de 1950, inicialmente composta por trabalhadores de fazendas locais — em sua maioria peões e capatazes —, além de migrantes de diferentes regiões do Brasil, atraídos para prestar serviços nas fazendas da redondeza e na antiga Rede Ferroviária (FEIDEN et al., 2007). O crescimento demográfico resultou da instalação da empresa Rede Ferroviária S/A – Noroeste do Brasil e, atualmente, sua expansão decorre da intensa atuação mineradora e siderúrgica na região.

A partir de 2006, com a implantação de uma usina siderúrgica e a ampliação dos projetos de mineração, a Comunidade de Antônio Maria Coelho passou a enfrentar graves conflitos relacionados à posse da terra e ao uso da água. Costa (2014) revisa que o conhecimento sobre a existência de minérios na Morraria Urucum remonta a 1870, com a primeira outorga de exploração registrada em 1876. Contudo, a exploração em grande escala somente se consolidou na década de 1940, em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial.

A organização socioespacial da comunidade foi se alterando ao longo do tempo, tendo suas características rurais e identitárias modificadas pela inserção das mineradoras na região. Assim, o povoado passou a apresentar novas dinâmicas sociais, impulsionadas pela presença crescente de trabalhadores assalariados contratados pelas empresas mineradoras (CADERNOS DE AGROECOLOGIA, 2013).

A comunidade localiza-se próxima à Morraria Santa Cruz, formada por reservas de ferro e manganês, exploradas por grandes mineradoras. É também atravessada pelo córrego Piraputangas, que por muitos anos forneceu água de boa qualidade (ECOIA, 2021), mas que atualmente encontra-se assoreado em função dos impactos da mineração predatória. Geograficamente, Antônio Maria Coelho está espalhada abaixo da Morraria Urucum e hoje se divide em pequenas chácaras. Ao chegar à comunidade, observa-se uma densa poeira vermelha de minério e intenso fluxo de caminhões carregando e transportando minério, atividade que prossegue inclusive durante a madrugada, quando o tráfego de trens se intensifica.

Figura 17 – Trem da mineradora - Antônio Maria Coelho, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

A Morraria do Urucum, situada na região do Pantanal de Corumbá, possui grande relevância geológica e econômica, especialmente pela exploração de ferro e manganês. Segundo Silva (2007), trata-se de uma das principais reservas minerais do Brasil, cujas atividades de extração impactam significativamente a economia local e nacional. No entanto, essas atividades também acarretam desafios ambientais e sociais, sobretudo para as comunidades tradicionais e ribeirinhas da região.

Na comunidade, a área coletiva, que anteriormente pertencia a apenas dez herdeiros, foi progressivamente subdividida em pequenos lotes para atender à demanda habitacional das famílias que se multiplicaram ao longo de várias gerações. Com essa fragmentação, a prática da agricultura familiar tornou-se restrita aos quintais, limitando a capacidade produtiva local. Como consequência, a subsistência passou a depender majoritariamente de trabalho externo aos lotes, aposentadorias e benefícios de assistência social (CAMPOLIN et al., 2009).

A exploração mineral na Morraria do Urucum afeta diretamente a paisagem e o ecossistema do Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do planeta e um dos biomas mais ricos em biodiversidade. Ribas et al. (2011) discutem os impactos da mineração na região, destacando a degradação do solo, a contaminação da água e a perda de habitat para diversas espécies. Além disso, a dispersão de partículas de minério, gerada pelo transporte e processamento, traz sérias implicações para a saúde dos moradores e para a qualidade de vida nas comunidades adjacentes.

No âmbito socioeconômico, Pinto (2013) analisa como a mineração na Morraria do Urucum influencia a economia local, gerando empregos e fomentando o desenvolvimento econômico. Contudo, o autor ressalta a urgência de políticas públicas que conciliem a exploração de recursos com a proteção ambiental e o bem-estar das populações locais, uma vez que o transporte intensivo de minério, como ocorre em Antônio Maria Coelho, pode deteriorar significativamente as condições de vida das comunidades afetadas.

De acordo com relatos de moradores, o avanço industrial ocasionou a remoção e indenização de aproximadamente dez famílias, que ocupavam áreas posteriormente incorporadas pelas empresas mineradoras e migraram, em sua maioria, para a área urbana de Corumbá. Atualmente, a comunidade abriga cerca de quarenta famílias. A estrutura local também se modificou: a terra passou a ser dividida em



pequenos lotes para suprir a necessidade de moradia das famílias que se multiplicaram ao longo de gerações. Com a fragmentação fundiária, a prática da agricultura familiar ficou restrita aos quintais. Assim, a sobrevivência passou a depender do trabalho externo, de aposentadorias ou de benefícios de assistência social (CAMPOLIN et al., 2009).

Para Costa (2014), a situação fundiária da comunidade permanece confusa, sustentada por posse baseada em concessões, doações, heranças e compras, mas sem registro formal. Nesse contexto, as empresas mineradoras e carboníferas se aproveitaram dessa fragilidade, ameaçando os moradores com processos de expulsão e induzindo muitos a aceitarem as indenizações oferecidas, como estratégia para evitar perdas ainda maiores (COSTA, 2014).

A Associação de Moradores foi criada em 2006 (CAMPOLIN et al., 2009). Desde então, a população local tem contado com o apoio do Ministério Público Federal, de instituições de pesquisa (Embrapa Pantanal), de órgãos de extensão rural (AGRAER), de ONGs (CASA e ECOA) e, eventualmente, de mineradoras, por meio de editais e projetos de responsabilidade social (OLIVEIRA et al., 2014).

Desde então, essa realidade se mantém, e os representantes sociais da comunidade seguem buscando parcerias com diferentes instituições, ONGs e políticas públicas governamentais, visando fomentar ações que gerem trabalho e renda, garantindo um bem viver digno e a permanência das famílias na região. Destaca-se, nesse contexto, a atuação do grupo de mulheres extrativistas da bocaiuva, que produzem e comercializam diversos produtos derivados dessa palmeira, sendo a polpa e a farinha bastante apreciadas na região.

Na primeira visita realizada em 2023, a Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) era composta por aproximadamente trinta e cinco famílias, distribuídas ao longo das encostas da Morraria Urucum, no Pantanal de Corumbá. Essa disposição geográfica reflete a adaptação das famílias ao relevo e às condições ambientais da região, evidenciando a interação entre ocupação humana e paisagem natural.

As mulheres da comunidade organizam-se no Centro de Processamento de Derivados da Bocaiúva, atuando como produtoras e extrativistas na elaboração de uma ampla variedade de alimentos, como chips de bocaiuva, amêndoas torradas, salgadas e in natura, rapaduras, geleias, pães, bolos e barras de cereal. A floração para produção ocorre geralmente de dezembro a março, enquanto a frutificação estende-se de setembro a janeiro. A comunidade distingue-se por reunir um conhecimento tradicional vasto sobre o aproveitamento da bocaiuva (*Acrocomia aculeata*), palmeira nativa cujo fruto é transformado em farinha artesanal, produto típico e valorizado localmente (ECOIA, 2021).

As mulheres integrantes do Centro de Processamento de Derivados da Bocaiúva de Antônio Maria Coelho, produzem derivados dessa palmeira, cuja polpa é rica em betacaroteno, fonte natural de vitamina A e minerais como cobre, potássio e zinco. Além disso, apresenta ação antioxidante, é rica em ômega 3, 6 e 9, vitaminas C e, e contém cálcio, que contribui para a saúde óssea, e magnésio, importante para o relaxamento muscular (CATÁLOGO CERRAPAN - ECOIA, 2021).

Nesse cenário, conforme relato das mulheres, durante os períodos em que não podem contar com o fruto como fonte de sustento, elas se dedicam prioritariamente aos cuidados domésticos e familiares, enquanto seus maridos frequentemente realizam “bicos” ou trabalham com carteira assinada nas mineradoras. Esse contexto ilustra uma economia instável, marcada pela dependência de recursos naturais sazonais e da atividade extrativista, uma vez que a comunidade não possui tradição na pesca, no turismo ou na coleta de iscas vivas.

A limitação das atividades agrícolas e o consequente impacto econômico motivaram os representantes sociais de Antônio Maria Coelho a buscarem parcerias com instituições diversas. Essas colaborações têm como objetivo desenvolver iniciativas que gerem trabalho e renda, assegurando melhores condições de

vida e a permanência das famílias na região, como ocorre com a produção de derivados da bocaiuva.

O caso de AMC ilustra a complexa relação entre estrutura fundiária, organização comunitária e economia local, ressaltando a relevância de estratégias que fortaleçam a resiliência de comunidades rurais frente às adversidades econômicas e sociais. A mobilização dos atores locais em busca de alternativas sustentáveis evidencia a capacidade de adaptação e a busca por autonomia — elementos fundamentais para o desenvolvimento rural no Brasil (SILVA & LEITE, 2017).

Segundo uma moradora, um dos impactos mais severos dessa reconfiguração territorial recaiu sobre as mulheres coletoras de bocaiuva. Nas áreas incorporadas pelas empresas, as palmeiras foram eliminadas ou o acesso a elas foi restrito, rompendo com uma prática tradicionalmente respeitada pelos antigos proprietários de terra. Esse bloqueio de acesso aos recursos naturais comprometeu de forma significativa a economia local, especialmente para as mulheres, que dependiam da coleta da bocaiuva para a produção e comercialização de produtos essenciais à subsistência familiar.

De acordo com o relato, além dos conflitos territoriais, a instalação da siderurgia e a expansão da mineração resultaram em uma drástica redução das fontes de água na região. Vários mananciais da comunidade secaram, obrigando o abastecimento por meio de caminhões-pipa, cuja água apresenta qualidade extremamente baixa. Esse cenário de crise hídrica, agravado pela exploração industrial, evidenciou a vulnerabilidade da comunidade frente ao avanço de atividades econômicas predatórias. Esse quadro ressalta a fragilidade das populações tradicionais diante de interesses econômicos e a necessidade de políticas públicas que assegurem direitos territoriais e modos de vida, conforme defende Acselrad (2010), ao enfatizar a relevância da justiça ambiental e da regularização fundiária para a sustentabilidade das comunidades rurais.

Dentre as condições insalubres que afetam gravemente a saúde e o bem viver em AMC, uma das mais impactantes é a ausência de água potável. A falta de acesso a água limpa e segura representa um risco significativo para a saúde pública, exacerbando a vulnerabilidade da comunidade a doenças de veiculação hídrica e a outros problemas de saúde associados à má qualidade da água. Heller (2007) destaca que o acesso à água potável é um determinante crucial da saúde, e sua ausência compromete gravemente as condições mínimas de vida das populações, especialmente em comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Esse problema tem exercido forte influência na vida social, cultural, ambiental e produtiva das famílias que residem na Comunidade de Antônio Maria Coelho (CAMPOLIN et al., 2009; COSTA, 2014). As conversas informais realizadas com os moradores revelam uma preocupação crescente com as constantes transformações socioespaciais impulsionadas pela intensificação das atividades industriais na região. Essas transformações, muitas vezes justificadas em nome do progresso, têm trazido uma série de impactos negativos para a comunidade, que vão desde a remoção forçada de moradores até a degradação dos recursos naturais.

Segundo os relatos, a remoção de moradores é outro aspecto crítico que emerge desse contexto. A pressão exercida pelas empresas para a instalação de novos empreendimentos industriais tem levado ao deslocamento forçado de famílias, muitas das quais não possuem alternativas viáveis para onde ir. Esse deslocamento, além de desarraigar os moradores de suas terras e tradições, contribui para a fragmentação das redes sociais e para o enfraquecimento das formas tradicionais de organização comunitária.

Figura 18 – Comunidade Antônio Maria Coelho, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Uma moradora relatou que os integrantes da comunidade frequentemente enfrentam pressões psicológicas para abandonarem suas casas por parte das mineradoras. Segundo seu depoimento, representantes das empresas envolvidas no desenvolvimento industrial da região visitam as residências dos moradores de forma insistente, tentando convencê-los a aceitar propostas de indenização para deixarem o local. Essas abordagens intensificam o estresse e a vulnerabilidade dessas famílias.

Essa prática de assédio psicológico reflete a disparidade de poder entre as corporações e os moradores locais, que se veem forçados a tomar decisões sob pressão extrema. A situação compromete não apenas a segurança e a estabilidade emocional, mas também amplia o sentimento de incerteza quanto ao futuro da comunidade. Tais ações, em muitos casos, violam direitos humanos fundamentais e os princípios de dignidade e respeito, ao tentar forçar os moradores a cederem suas terras e abandonarem modos de vida construídos ao longo de gerações (ACSELRAD, 2010).

No que se refere à saúde, a ausência de um posto de atendimento médico é uma das questões mais urgentes enfrentadas pelos moradores. Atualmente, a comunidade carece de uma unidade de saúde local, não dispondo de acesso a medicamentos ou a atendimento médico básico. Em casos mais graves, os residentes precisam se deslocar até Corumbá, cidade mais próxima, para buscar tratamento.

As narrativas espontâneas coletadas entre as mulheres durante o primeiro encontro revelam que muitas delas, inclusive algumas relativamente jovens, sofrem de condições crônicas, como artrite, artrose e reumatismos. De acordo com os relatos, a população associa esses problemas de saúde à exposição contínua à poeira de minério.

Problemas físicos como artrite e artrose são particularmente debilitantes para mulheres de comunidades rurais, que desempenham papéis centrais na economia doméstica e no cuidado com a família. Tais condições comprometem significativamente a mobilidade e a capacidade de trabalho dessas mulheres, ampliando a vulnerabilidade econômica e social da comunidade (MINAYO, 2014).

A poeira gerada pelas atividades de mineração contém partículas finas, conhecidas como material particulado, que, quando inaladas, podem penetrar profundamente no sistema respiratório.

A exposição prolongada a essas partículas pode provocar danos significativos aos pulmões, resultando no desenvolvimento de doenças como bronquite, asma e outras condições respiratórias crônicas (POPE et al., 2009, p. 715).

Durante as conversas sobre saúde, emergiu um relato particularmente sensível envolvendo o acolhimento individual de uma mulher pela psicóloga, que estava em luto pela perda de seu filho ainda jovem. A mulher atribuiu a morte do filho à negligência médica, apontando um erro de diagnóstico como causa principal do falecimento. Essa situação aprofundou a dor do luto e gerou um sentimento de injustiça e desamparo em relação ao sistema de saúde.

Tanto a mulher quanto seu marido expressaram o desejo de receber atendimento psicológico para lidar com a perda; contudo, relataram enfrentar barreiras significativas para acessar esse tipo de cuidado. A primeira dificuldade refere-se à demora para conseguir uma consulta em Corumbá, cidade mais próxima onde tais serviços estão disponíveis. Além disso, mesmo que conseguissem marcar sessões de acompanhamento, enfrentariam limitações financeiras e logísticas que tornariam difícil, senão inviável, a frequência regular às consultas.

Esse relato evidencia a lacuna crítica nos serviços de saúde mental disponíveis para comunidades rurais e periféricas, como Antônio Maria Coelho. A falta de acesso a cuidados psicológicos adequados em momentos de crise, como o luto, pode exacerbar o sofrimento emocional e favorecer o desenvolvimento de transtornos mentais mais graves. A precariedade do transporte e a insuficiência de recursos financeiros tornam o acesso a esses serviços ainda mais difícil. Esse caso ilustra a necessidade urgente de políticas públicas que ampliem o acesso a cuidados de saúde mental em áreas rurais, garantindo que populações vulneráveis recebam o suporte necessário em momentos críticos (DIMENSTEIN, 2011, p. 738).

Tais condições de saúde não apenas impactam o bem viver das mulheres, mas também comprometem sua capacidade de trabalhar e de cuidar de suas famílias, ampliando a vulnerabilidade socioeconômica da comunidade. A relação entre exposição ambiental e saúde pública é amplamente documentada na literatura, e autores como Frumkin (2010) destacam como a degradação ambiental pode gerar efeitos diretos e duradouros sobre a saúde das populações, especialmente em contextos marcados por pobreza e marginalização.

Conforme relataram as moradoras, essa realidade expõe a comunidade a riscos consideráveis, pois a distância e a ausência de transporte adequado dificultam o acesso rápido a cuidados médicos. A inexistência de infraestrutura de saúde local não apenas compromete o bem-estar físico dos moradores, mas também agrava a ansiedade e o estresse, especialmente em situações de urgência.

Diante desse cenário, uma das moradoras que recebeu a psicóloga contou que a comunidade tem solicitado, junto ao poder público, a construção de uma unidade de saúde que possa atender suas necessidades. A presença de profissionais de saúde na comunidade é considerada essencial para melhorar o bem viver e assegurar que os moradores tenham acesso a cuidados médicos preventivos e emergenciais. Essa demanda reflete a luta por condições básicas de saúde e pela garantia de direitos fundamentais, frequentemente negligenciados em áreas rurais e periféricas (PAIM, 2009; BREILH, 2013).

A linha férrea que transporta minério continuamente, durante o dia e também à noite, é uma fonte constante de barulho e perturbação para os moradores de Antônio Maria Coelho (AMC). Esse problema é especialmente severo para as mulheres da comunidade, que relatam dificuldades em manter um sono regular devido ao ruído incessante dos trens que passam ao lado de muitas casas. O impacto do barulho na qualidade do sono constitui um fator de estresse significativo, pois o descanso inadequado e interrompido está associado a

uma série de problemas de saúde, incluindo fadiga crônica, aumento do risco de doenças cardiovasculares e transtornos de humor, como ansiedade e depressão (BASNER et al., 2014).

Figura 19 – Trem carregado de minério de ferro, Antônio Maria Coelho, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

A privação de sono afeta diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres, que já acumulam uma pesada carga de responsabilidades familiares e econômicas. O sono irregular e a interrupção frequente do descanso noturno podem comprometer a capacidade dessas mulheres de desempenhar suas atividades diárias,



aprofundando a vulnerabilidade física e mental. Além disso, o ruído constante interfere não apenas na qualidade do sono, mas também contribui para uma sensação geral de desconforto e insegurança, intensificando os impactos psicológicos do ambiente industrial em que vivem (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011). A exposição prolongada a níveis excessivos de ruído, como o causado pela linha férrea, exemplifica como fatores ambientais podem gerar consequências diretas e adversas para a saúde pública, especialmente em comunidades vulneráveis que contam com pouca ou nenhuma proteção contra essas perturbações.

Outro aspecto preocupante relacionado ao transporte de minério na Comunidade de Antônio Maria Coelho é o impacto físico que o trânsito intenso provoca nas estruturas das residências locais. O constante tráfego pesado de trens, aliado às vibrações e ao peso das cargas transportadas, tem causado rachaduras nas casas, obrigando os moradores a realizar reparos frequentes para manter suas moradias habitáveis. Essas fissuras comprometem a integridade estrutural das residências e representam riscos à segurança dos habitantes, que vivem sob a ameaça constante de danos mais severos.

De acordo com as narrativas e conforme constatado pela pesquisadora em diversas residências, além das rachaduras, o transporte de minério também resulta em manchas vermelhas nas fachadas das casas, causadas pela poeira do minério que se deposita nas superfícies externas. Essa poeira, rica em óxido de ferro, é notoriamente difícil de remover e compromete permanentemente a pintura, reduzindo sua durabilidade. Como consequência, os moradores são obrigados a repintar suas casas com maior frequência, gerando custos adicionais e perpetuando uma sensação de descuido e degradação do ambiente doméstico (FRUMKIN, 2010).

Esses problemas não afetam apenas a estética e o conforto das moradias, mas também revelam o impacto mais amplo das atividades industriais sobre o bem viver dos moradores. A deterioração



física das casas, somada à necessidade constante de reparos e manutenção, impõe uma carga financeira e emocional adicional às famílias, muitas das quais já vivem em situação de vulnerabilidade. Esses danos evidenciam, ainda, a relação desequilibrada entre a comunidade e as atividades industriais circundantes, em que os custos sociais e ambientais são amplamente arcados pelos moradores locais, enquanto os benefícios econômicos dessas atividades são direcionados para fora da comunidade (ACSELRAD, 2010).

Outra questão delicada enfrentada pela Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) diz respeito ao acesso à educação. De acordo com os relatos dos moradores, a escola mais próxima apresenta sérios problemas relacionados à gestão do ensino. Um dos principais pontos identificados é o não cumprimento do calendário letivo por parte dos professores, o que compromete a continuidade e a qualidade do aprendizado dos alunos. Além disso, foi relatado que os docentes não respeitam a divisão por série e faixa etária, frequentemente reunindo estudantes de diferentes idades em uma mesma aula. A elevada taxa de faltas e a constante troca de professores agravam ainda mais a interrupção do processo educacional. Essa situação tem gerado grande insatisfação entre pais e responsáveis, que, em 2023, passaram a cobrar respostas da prefeitura para solucionar tais problemas.

A precariedade no acesso à educação reforça dinâmicas de exclusão social e limita as oportunidades de desenvolvimento de crianças e jovens da comunidade, perpetuando um ciclo de desigualdade e falta de perspectivas. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de intervenção por parte das autoridades educacionais, de modo a garantir que as crianças da Comunidade de Antônio Maria Coelho tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas particularidades e direitos. A educação é um direito fundamental e sua ausência ou oferta precária compromete o desenvolvimento integral dos alunos, além de impactar negativamente o futuro da comunidade como um todo (SAVIANI, 2008).

Além dos problemas estruturais mencionados, surgiu um relato preocupante de que o diretor da escola estaria apoiando as mineradoras, em detrimento dos interesses da comunidade. De acordo com narrativas locais, na semana anterior, a tensão atingiu um ponto crítico quando a comunidade, sentindo-se ameaçada pela possibilidade de fechamento da escola, cogitou bloquear a estrada como forma de protesto.

Essa situação evidencia um conflito latente entre a comunidade e as forças externas que operam na região, em especial as mineradoras. O suposto apoio do diretor da escola é percebido pelos moradores como uma afronta aos interesses educacionais e sociais da comunidade, além de minar a confiança entre a população e a instituição escolar. A ameaça de fechamento da escola agrava ainda mais o sentimento de insegurança e marginalização, já que a escola não é apenas um espaço de ensino, mas também um ponto central de coesão social e de resistência comunitária.

A tentativa de desativar a escola pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de desarticulação social, que busca enfraquecer a capacidade de organização e resistência da comunidade diante das pressões impostas pelas mineradoras. Essa estratégia de desestruturação de instituições comunitárias é uma tática recorrente em contextos de conflitos territoriais, nos quais interesses econômicos procuram desmobilizar populações locais para facilitar a implementação de projetos de exploração de recursos (ACSELRAD, 2010).

As mulheres da Comunidade de Antônio Maria Coelho enfrentam os impactos negativos de questões ambientais, tanto de ordem climática quanto decorrentes da ação humana, por meio de estratégias de adaptação que revelam a complexidade de suas negociações para a sobrevivência. Diante de eventos como secas e alterações nos padrões de precipitação, que afetam diretamente atividades de subsistência como a agricultura familiar e a coleta de recursos naturais,



essas mulheres têm demonstrado resiliência, buscando alternativas como a produção de artesanato para complementar a renda.

O Ecofeminismo, como discutido por autoras como Vandana Shiva e Maria Mies, argumenta que as mulheres, sobretudo aquelas inseridas em comunidades rurais e tradicionais, estão na linha de frente dos impactos ambientais, dada sua atuação central na gestão dos recursos naturais e na manutenção da economia doméstica (SHIVA, 2005). As mudanças climáticas, caracterizadas por eventos extremos como secas prolongadas e alterações nos padrões de chuva, comprometem diretamente as atividades de subsistência das mulheres, que dependem da agricultura familiar e da coleta de produtos naturais para garantir a alimentação e a renda de suas famílias. Assim, a degradação ambiental não apenas amplia a carga de trabalho dessas mulheres, mas também ameaça sua segurança alimentar e econômica.

Além disso, o conceito de Justiça Ambiental evidencia a distribuição desigual de riscos e benefícios ambientais, na qual comunidades marginalizadas, como a de Antônio Maria Coelho, sofrem de forma desproporcional os impactos negativos das mudanças climáticas e da degradação ambiental provocada por atividades humanas, como a mineração e a expansão industrial (ACSELRAD, 2010). Essa desigualdade ambiental se agrava pelo fato de essas comunidades frequentemente carecerem de infraestrutura adequada e de apoio institucional para mitigar os efeitos adversos dessas transformações.

As mulheres, em particular, enfrentam uma dupla vulnerabilidade: como principais cuidadoras de suas famílias e gestoras dos recursos naturais, elas são diretamente impactadas tanto pela escassez de recursos quanto pelas pressões sociais e econômicas decorrentes das mudanças ambientais. Esse cenário resulta na erosão de práticas tradicionais e do conhecimento ecológico local, ambos fundamentais para a resiliência comunitária (ACSELRAD, 2010).

A análise dos impactos combinados das mudanças climáticas e das atividades humanas — como a mineração e a indústria — na Comunidade de Antônio Maria Coelho pode ser ancorada em conceitos da Ecologia Política e do Ecofeminismo, que permitem compreender as dinâmicas de poder e as injustiças ambientais que emergem nesses contextos. A degradação ambiental provocada pela exploração intensiva dos recursos naturais, especialmente em regiões com forte presença de atividades mineradoras e industriais, compromete gravemente a qualidade do solo e da água. Essa questão torna-se ainda mais crítica em comunidades como a de Antônio Maria Coelho, onde as mulheres desempenham papel central na coleta e uso de plantas nativas, essenciais para a alimentação e a economia local.

A redução da disponibilidade de recursos naturais, resultante da contaminação do solo e da escassez de água, impacta diretamente a segurança alimentar e a saúde das famílias, aumentando a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades. Essas condições afetam a produção agrícola e comprometem a capacidade das famílias de garantir sua subsistência (ALTIERI, 2018, p. 142).

O conceito de Ecologia Política, desenvolvido por autores como Joan Martinez-Alier, explora as interseções entre economia, poder e meio ambiente, evidenciando como comunidades marginalizadas costumam ser as mais afetadas pelos danos ambientais decorrentes de atividades econômicas intensivas (MARTINEZ-ALIER, 2014). A exploração de recursos naturais, justificada em nome do desenvolvimento econômico, frequentemente resulta em degradação ambiental que recai desproporcionalmente sobre as comunidades locais — especialmente sobre as mulheres, que mantêm uma relação direta com o ambiente para sustentar suas famílias.

Além disso, o Ecofeminismo, articulado por autoras como Vandana Shiva, oferece uma crítica contundente às práticas de exploração que ignoram as necessidades das comunidades locais



e desvalorizam os conhecimentos tradicionais de gestão de recursos naturais. Para Shiva (2005), tais práticas não apenas desrespeitam os direitos das comunidades, mas também comprometem a resiliência ecológica e social, gerando um ciclo de vulnerabilidade agravado pelas mudanças climáticas. A combinação de pressões climáticas e antrópicas cria um cenário em que a sustentabilidade econômica e a saúde das famílias da comunidade estão constantemente ameaçadas, resultando em um progressivo empobrecimento das condições de vida.

As mulheres, que desempenham papel central na gestão dos recursos naturais e na manutenção de práticas culturais, sentem de forma mais aguda os efeitos dessas transformações. Os relatos das moradoras evidenciam a interseção entre gênero e meio ambiente, destacando como as problemáticas ambientais intensificam desigualdades já existentes e impõem desafios adicionais às mulheres, que precisam constantemente adaptar suas estratégias de sobrevivência diante das adversidades (SHIVA, 2005).

De acordo com os relatos de moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho, os maiores problemas ocorrem durante períodos de chuvas intensas. Nessas ocasiões, as estradas — construídas com resíduos de cascalhos de minério — cedem e ficam submersas, tornando-se intransitáveis. Esse problema é especialmente grave, pois impede que os moradores se desloquem a pé ou de carro, isolando a comunidade e dificultando o acesso a serviços essenciais e a outras áreas da região. Há anos, os trens deixaram de transportar pessoas da comunidade, e as mulheres não relataram se, no período das enchentes, os trens deixam de trafegar. No entanto, durante as visitas às comunidades, observou-se um intenso fluxo de caminhões transportando minério pelas rodovias de Mato Grosso do Sul.

A vulnerabilidade da infraestrutura viária reflete a precariedade das condições em que a comunidade vive, agravada por práticas de construção que não consideram as necessidades locais

nem as condições climáticas adversas. Durante as chuvas, o cascalho de minério, já instável, torna-se ainda mais suscetível à erosão e ao deslocamento, resultando em estradas sem condições de segurança ou acessibilidade.

O isolamento forçado durante o período chuvoso não apenas compromete a mobilidade dos moradores, mas também amplia desafios já existentes, como o acesso a cuidados de saúde, educação e suprimentos básicos. Essa situação evidencia a falta de investimentos adequados em infraestrutura que considere as condições ambientais e a realidade socioeconômica da comunidade, mantendo os moradores em situação de extrema vulnerabilidade (ACSELRAD, 2010).

Em consequência da aparente negligência por parte das mineradoras, o principal rio que atravessa a Comunidade de Antônio Maria Coelho encontra-se gravemente assoreado. O assoreamento, caracterizado pelo acúmulo de sedimentos e detritos no leito do rio, resulta da erosão intensificada pelo desmatamento, pelas atividades de mineração e pela gestão inadequada dos resíduos gerados por essas operações. Esses sedimentos, frequentemente carregados pelo escoamento superficial das águas durante as chuvas, são depositados no rio, reduzindo sua profundidade e comprometendo seu fluxo natural.

A diminuição da capacidade de transporte de água nos rios traz sérias implicações ambientais e sociais para as comunidades ribeirinhas. Durante os períodos de chuvas intensas, o risco de inundações se eleva, enquanto na estação seca o fluxo de água pode ser drasticamente reduzido, afetando o abastecimento de água, a pesca e outras atividades econômicas dependentes do rio. Além disso, a degradação do curso d'água compromete a biodiversidade local, ameaçando a fauna e a flora aquáticas, que dependem de um ambiente saudável para se manterem (JUNK et al., 2013).

O assoreamento do rio em Antônio Maria Coelho gera impactos significativos não apenas no ecossistema local, mas também nos recursos alimentares da comunidade, especialmente pela redução drástica na disponibilidade de peixes. A deposição de sedimentos no leito modifica o habitat aquático, dificultando a sobrevivência e a reprodução de diversas espécies de peixes que são fundamentais para a dieta e a economia local. Com o declínio das populações de peixes, os moradores enfrentam a perda de uma fonte crucial de alimento, o que pode levar a uma maior vulnerabilidade nutricional e econômica (BARLETTA et al., 2010).

Em 2023, as mulheres da comunidade relataram a necessidade de formalizar denúncias ao Ministério Público quanto à precariedade do atendimento escolar oferecido pela única instituição de ensino da região. Relataram que tanto o diretor quanto os professores desempenhavam suas funções de forma irregular, não cumprindo o calendário letivo, e que, em algumas turmas, estudantes de diferentes idades eram agrupados na mesma sala, desconsiderando as etapas de desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Outro ponto de preocupação levantado pelas moradoras foi a proximidade do diretor da escola com os gestores das mineradoras locais. Elas expressaram a percepção de que havia uma convivência entre ambas as partes, resultando em uma forma de pressão velada para a remoção da Comunidade de Antônio Maria Coelho de sua localidade original. Para as mulheres, essa situação representa parte de uma estratégia que favorece os interesses das empresas mineradoras, ao mesmo tempo em que agrava a vulnerabilidade e a insegurança territorial da comunidade.

As mulheres da comunidade relatam que estão sujeitas a constantes “pressões psicológicas” exercidas pelas mineradoras locais, que buscam induzi-las a abandonar seus lares. Segundo

seus relatos, essas empresas frequentemente descumprem acordos previamente estabelecidos e desconsideram as regulamentações governamentais voltadas à proteção da população residente nas áreas de extração mineral. Conforme denunciado, as mineradoras demonstram interesse em remover a comunidade da região, considerando a presença dos moradores um obstáculo aos seus interesses econômicos.

Esse cenário motivou um número expressivo de denúncias junto ao Ministério Público, nas quais as mulheres buscam expor práticas abusivas e pressionar as empresas a cumprir as determinações legais. No entanto, segundo relataram, as mineradoras apenas se mostram dispostas a atender às exigências governamentais e aos direitos da comunidade mediante forte pressão e vigilância dos próprios moradores. Essa dinâmica tem gerado um ambiente de insegurança e desgaste emocional, evidenciando a vulnerabilidade da comunidade frente ao poder econômico dessas grandes empresas.

A situação do rio em AMC exemplifica os efeitos negativos que práticas irresponsáveis de exploração de recursos podem causar aos ecossistemas locais e às populações humanas que deles dependem. A ausência de medidas eficazes de mitigação por parte das mineradoras, somada à fiscalização insuficiente, intensifica o problema, deixando a comunidade em condição de vulnerabilidade e risco permanente (ACSELRAD, 2010).

Os desafios enfrentados pela Comunidade de Antônio Maria Coelho são ilustrativos das tensões que surgem na interface entre desenvolvimento industrial e os direitos das comunidades tradicionais. A busca por progresso econômico, frequentemente conduzida sem considerar adequadamente as consequências sociais e ambientais, resulta em um cenário de conflito e degradação que ameaça não apenas o meio ambiente, mas também a sobrevivência cultural e social dos povos que habitam essas regiões (ACSELRAD, 2010).

Historicamente, as mulheres desempenham um papel central nas atividades de subsistência e na gestão de recursos naturais em comunidades tradicionais. Elas são, com frequência, responsáveis pela agricultura familiar, pela coleta de alimentos e materiais da floresta, além do cuidado com a família e a comunidade. Assim, quando o ambiente natural é degradado — seja pela ação de empresas mineradoras, como ocorre em Antônio Maria Coelho, ou por fenômenos climáticos como secas e queimadas — as mulheres são diretamente afetadas, pois suas atividades diárias dependem dos recursos que o ambiente oferece.

As mulheres também são, majoritariamente, as principais cuidadoras em suas famílias, assumindo a responsabilidade pela saúde e pelo bem-estar dos membros da comunidade. Quando a saúde familiar é comprometida por impactos ambientais, como a poluição do ar e da água, essas mulheres enfrentam uma dupla carga: a de garantir a subsistência em condições ambientais adversas e a de cuidar de familiares acometidos por doenças relacionadas à poluição — como ocorre na Comunidade de Antônio Maria Coelho, onde a poeira gerada pela mineração afeta diretamente a saúde dos moradores.

Do ponto de vista cultural, muitas dessas comunidades valorizam profundamente o conhecimento tradicional, transmitido de geração em geração, sobretudo entre as mulheres, que são guardiãs de saberes relacionados à biodiversidade local, à agricultura sustentável e ao manejo de recursos naturais. Quando os ambientes são degradados, não apenas o sustento econômico é ameaçado, mas também os saberes e práticas culturais, que são intrinsecamente vinculados ao território.

Esse cenário de sobrecarga enfrentado pelas mulheres em comunidades tradicionais e ribeirinhas é agravado pela ausência de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero.

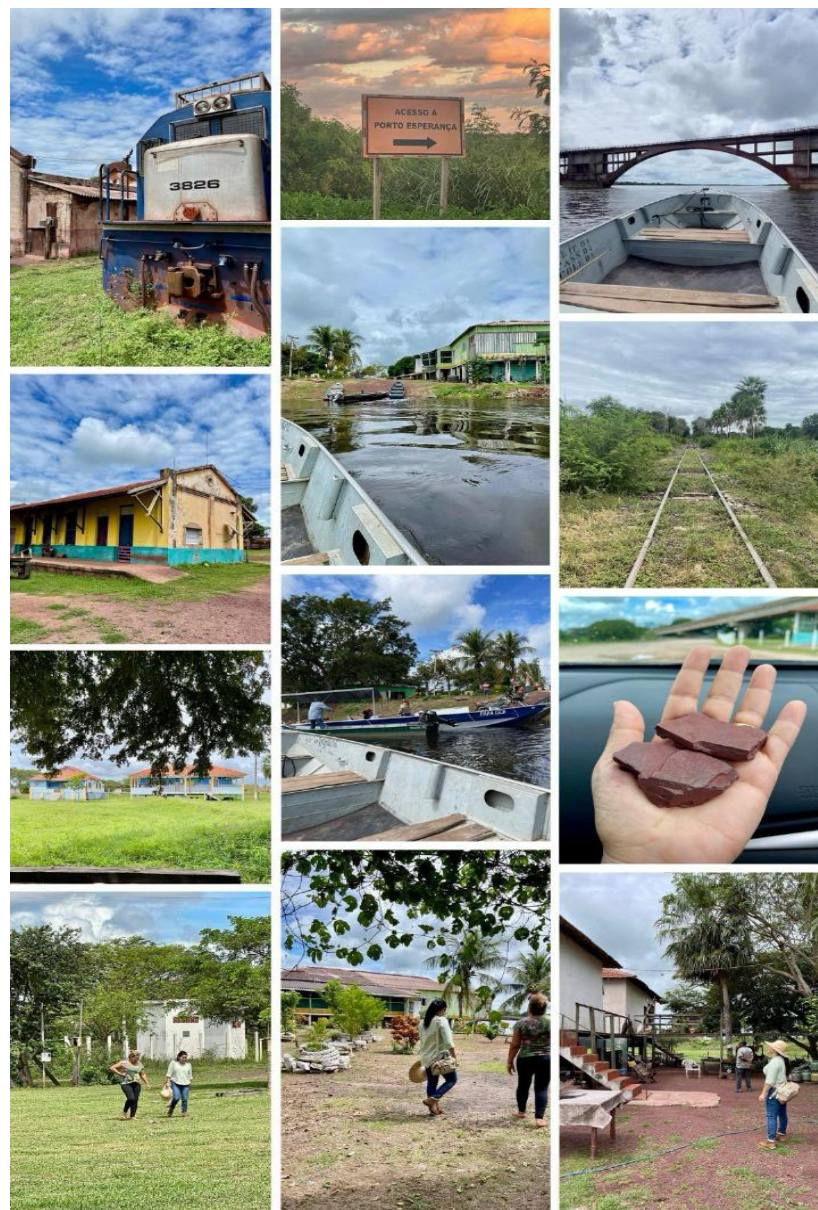
A falta de medidas que assegurem os direitos das mulheres e promovam sua participação em processos de tomada de decisão intensifica sua vulnerabilidade frente aos impactos socioambientais.

A COMUNIDADE RIBEIRINHA PORTO ESPERANÇA

Porto Esperança é um distrito localizado a cerca de 70 km de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, situado na margem esquerda do rio Paraguai. Antes da construção da Ponte Eurico Gaspar Dutra (inicialmente chamada de Ponte Rio Branco), o local teve grande importância regional, pois ali se encontrava o final da linha de trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, funcionando como um importante ponto de transbordo de cargas e passageiros com destino a Corumbá e adjacências (ECOIA, 2021). Atualmente, a comunidade reúne aproximadamente quarenta famílias.

A história da Comunidade Porto Esperança está intimamente ligada ao desenvolvimento urbano e econômico da região de Corumbá, especialmente a partir do final do século XIX. Em 1878, Corumbá foi elevada à condição de cidade, um marco fundamental no processo de urbanização e na integração dessa área ao cenário econômico nacional.

Figura 20 – Comunidade Porto Esperança, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Corumbá desempenha um papel estratégico no crescimento econômico do Centro-Oeste brasileiro, destacando-se como um ponto crucial para a expansão das rotas comerciais e de transporte. A cidade tornou-se um eixo logístico vital para o escoamento de produtos, conectando a produção agropecuária e mineral do interior aos mercados externos, por meio da hidrovia do rio Paraguai e das ferrovias regionais (CASTRO, 2010, p. 50).

A fundação do Distrito de Porto Esperança em 1912 e a conclusão das obras da ferrovia em 1914 consolidaram a importância da região como um eixo de transporte e comércio, facilitando a circulação de mercadorias e pessoas. A construção das ferrovias no Brasil modificou profundamente as dinâmicas econômicas e sociais das regiões em que foram implantadas, especialmente em áreas remotas como o Pantanal. Essas infraestruturas viabilizaram o transporte de produtos agrícolas e minerais, integrando regiões isoladas ao mercado nacional e internacional, o que transformou as economias locais e alterou as relações sociais nas áreas de influência ferroviária (MEIRELLES, 2006, p. 35).

A chegada da Urucum Mineração S/A e da Companhia Vale do Rio Doce em 1975 marcou uma nova fase no desenvolvimento econômico de Corumbá e de suas comunidades adjacentes, como Porto Esperança. Couto (2011) analisa a influência da mineração na reestruturação econômica e social da região, destacando tanto os benefícios quanto os desafios trazidos por essa atividade, especialmente em termos de impactos ambientais e transformações nos modos de vida das populações locais.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, ocorreu uma reorganização política e administrativa que afetou diretamente as comunidades tradicionais da região. A privatização da ferrovia em 1995 e a consequente extinção dos trens de passageiros da Malha Oeste, que passaram a operar apenas para transporte de cargas, deixaram Porto Esperança sem seu principal meio

de deslocamento, o que teve impacto profundo na mobilidade e no acesso a serviços essenciais pelos moradores. Santos (2008) discute a privatização das ferrovias no Brasil, analisando seus efeitos sobre comunidades que dependiam desse meio de transporte.

A fundação da Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Porto Esperança, em 2000, foi um marco para a organização comunitária local, sinalizando o início das lutas por melhorias nas condições de vida e por maior participação nas decisões que afetam a comunidade. Oliveira (2010) destaca a importância das associações comunitárias na mobilização social e na luta por direitos em comunidades rurais e tradicionais no Brasil.

Segundo Souza e Silva (2009), desde então, além da ausência de serviços de transporte e das dificuldades de acesso a saúde, educação, saneamento básico, entre outros, Porto Esperança passou a funcionar como uma espécie de porto para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que realiza a extração e o embarque de minério de ferro da região, atividade que permanece até os dias atuais. De acordo com relatos mais recentes obtidos nesta pesquisa, o nome da empresa responsável pela extração mudou, mas continua pertencendo à Vale do Rio Doce.

O aumento do interesse econômico pela região de Porto Esperança e a chegada de novas empresas que adquiriram terras na localidade promoveram conflitos com a comunidade ribeirinha. Conforme noticiado pelo jornal Capital do Pantanal (19/11/2013), a partir de setembro de 2013, "os moradores denunciaram à Câmara Municipal de Vereadores de Corumbá a invasão de terras da União e a devastação da mata nativa local por fazendeiros, além dos constantes assédios para que se desfizessem de suas benfeitorias. De acordo com os ribeirinhos, ao recusarem vender as benfeitorias, sofriam invasões e danos. Uma moradora de Porto Esperança declarou à reportagem: 'Estão fazendo de tudo para que a gente venda nossas casas, e quem se recusa vem sendo coagido; estão danificando nossas propriedades e derrubando nossas plantações'".

Atualmente, em 2023, o acesso à comunidade, dependendo da época do ano, pode ser feito apenas por barco, pois durante as cheias do Pantanal, somadas à falta de infraestrutura, as estradas ficam submersas e a comunidade torna-se “ilhada” — como ocorreu em 2013, ano de início desta pesquisa.

Na primeira visita à Comunidade de Porto Esperança, realizada em 7 de abril de 2023, o acesso à localidade estava bloqueado, pois a estrada principal encontrava-se submersa devido aos altos volumes de precipitação. Esse fenômeno, característico do período das cheias no Pantanal, ocorre quando a intensidade das chuvas faz rios e corixos transbordarem, inundando as áreas adjacentes. Segundo Ab’Sáber (2006), as cheias no Pantanal são eventos cíclicos essenciais para a dinâmica ecológica da região, mas também representam desafios significativos para a mobilidade das comunidades locais.

Diante da impossibilidade de utilizar as vias terrestres, a única alternativa viável para alcançar a comunidade foi o aluguel de um barco com piloto, ao custo de R\$ 200,00 por pessoa, ida e volta. Lima e Silva (2015) destacam que o transporte fluvial é frequentemente a única opção durante os períodos de cheia no Pantanal, refletindo a adaptação das comunidades locais às condições ambientais extremas.

Figura 21 – Acesso a Comunidade Porto Esperança de barco, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Após aproximadamente vinte e cinco minutos de navegação pelo rio Paraguai, na companhia de ariranhas, a chegada à Comunidade Porto Esperança revelou um cenário marcado pela coexistência de palafitas e casas de alvenaria e madeira, atualmente habitadas por cerca de quarenta famílias. Essa comunidade, situada no coração do Pantanal, conta com uma infraestrutura básica que inclui uma escola, três igrejas evangélicas e uma católica, refletindo

a diversidade religiosa local. Além disso, uma linha de trem ativa, utilizada para o transporte de minério, atravessa a comunidade, passando ao lado da base de uma mineradora que realiza o processamento do minério extraído.

De acordo com Ab'Sáber (2006), as comunidades ribeirinhas do Pantanal convivem com a integração de atividades econômicas tradicionais e modernas, como a mineração, o que molda suas dinâmicas sociais e espaciais. A presença da linha férrea e da mineradora é indicativa da intensa exploração mineral na região, que influencia diretamente o cotidiano e a organização territorial da comunidade (COUTO, 2011).

A recepção na Comunidade Porto Esperança foi marcada por calorosa hospitalidade, evidenciando a coesão e a organização comunitária. Assim que a pesquisadora se identificou ao desembarcar do barco, uma pessoa já a aguardava para conduzi-la até a residência de uma das mulheres da comunidade, demonstrando prontidão e cuidado no acolhimento de visitantes e na facilitação do contato com quem se interessa pela realidade local. Lima e Silva (2015) argumentam que essa hospitalidade é uma característica das comunidades tradicionais do Pantanal, onde os laços sociais e o apoio mútuo desempenham um papel central na dinâmica comunitária.

A pesquisadora foi então recebida na casa de uma das moradoras, com quem pôde conversar por aproximadamente duas horas. De forma espontânea, iniciou a visita apresentando-se e explicando detalhadamente o propósito de sua pesquisa. Durante o diálogo, a moradora ressaltou que, embora a comunidade já tenha recebido outros pesquisadores, esta foi a primeira vez que acolheram uma psicóloga. Silva e Rocha (2012) apontam que o ineditismo de determinadas disciplinas em contextos comunitários pode influenciar a receptividade e o engajamento dos participantes, especialmente em comunidades tradicionais, onde práticas acadêmicas são menos frequentes.

Figura 22 – Chegada em Porto Esperança Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Durante a conversa, a moradora relatou que a população local enfrenta impactos significativos decorrentes da mineração, da seca e das queimadas, que devastaram as árvores de Acuri, recurso importante como alternativa de subsistência para as famílias. Atualmente, a mandioca é o único cultivo que ainda conseguem manter na terra, evidenciando a severidade das alterações ambientais que moldam as práticas agrícolas locais. Bezerra e Santos (2018) destacam que as rotinas de vida das comunidades tradicionais no

Pantanal são fortemente condicionadas pelas variações climáticas, que determinam não apenas a disponibilidade de recursos naturais, mas também a organização social e econômica das populações. A destruição da vegetação nativa e a pressão da mineração exacerbam essas vulnerabilidades, comprometendo a segurança alimentar e a resiliência comunitária frente às adversidades ambientais.

Conforme o relato, a comunidade enfrenta sérios problemas respiratórios devido à inalação constante da poeira de minério, que se dispersa no ar diariamente. A intensidade da poeira é tão alta que, em alguns momentos, a moradora se vê obrigada a contatar a responsável pela mineradora, solicitando a interrupção temporária das atividades e a aplicação de água para minimizar a poeira. Essa medida, no entanto, é apenas paliativa, pois a poeira continua a afetar negativamente a saúde dos residentes, causando desconfortos respiratórios e outras complicações.

Além disso, a poeira do minério, como observado pela pesquisadora, prejudica as plantas, que ficam cobertas por uma película semelhante a óleo. A limpeza das residências também é comprometida, manchando a pintura das casas, os móveis internos e até mesmo as roupas estendidas nos varais. Freitas e Gomes (2014) discutem os impactos da atividade mineradora sobre a saúde pública, ressaltando que a exposição prolongada à poeira de minério pode resultar em doenças respiratórias crônicas, além de afetar o bem viver das comunidades vizinhas às áreas de extração.

Antes das queimadas devastadoras de 2020, que destruíram as plantações de Acuri (*Attalea phalerata* Mart. ex Spreng.), uma das espécies vegetais mais importantes para as comunidades do Pantanal, as mulheres de Porto Esperança se organizavam na "Associação de Mulheres Ribeirinhas de Porto Esperança" para trabalhar com produtos derivados do fruto, como polpas desidratadas, farinhas e amêndoas, que não apenas geravam renda, mas também eram fundamentais para a alimentação e a saúde da comunidade.

A polpa do Acuri é rica em vitamina A, cobre, magnésio e potássio, nutrientes que desempenham papéis essenciais na regulação da pressão arterial e na prevenção de doenças cardíacas (LORENZI et al., 2006). A perda dessas plantações representou um golpe severo para a economia local e para a segurança alimentar das famílias, destacando a vulnerabilidade das comunidades tradicionais frente às mudanças ambientais e à degradação dos recursos naturais.

De acordo com as narrativas, as mulheres da Comunidade Porto Esperança assumem diversos papéis essenciais para a sustentabilidade econômica e social da região. Elas se envolvem na coleta de iscas vivas, participam do turismo e desempenham uma série de atividades domésticas e comunitárias, como a limpeza dos peixes. Além disso, muitas mantêm empregos fora da comunidade, evidenciando sua capacidade de adaptação e reinvenção constantes frente às condições adversas. Siliprandi (2011) argumenta que essa multifuncionalidade é característica das mulheres em comunidades tradicionais, onde a flexibilidade e a resiliência são fundamentais para enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais. A habilidade de desempenhar múltiplos papéis permite que essas mulheres conciliem suas responsabilidades domésticas e comunitárias com a necessidade de garantir a subsistência e o bem viver de suas famílias.

Ainda sobre as articulações coletivas, uma moradora relatou que a “Associação de Mulheres Ribeirinhas de Porto Esperança”, fundada em 2016, desempenha um papel importante na defesa dos direitos sociais das mulheres e das comunidades ribeirinhas da região. Caracterizada como uma organização voltada para “Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais”, a associação tem se dedicado a promover o reconhecimento e a valorização das identidades culturais e sociais das mulheres locais, a luta por direitos essenciais e a participação em decisões que envolvem a administração dos recursos naturais.

Atualmente, um dos principais objetivos da comunidade é obter o reconhecimento legal de Porto Esperança como uma “comunidade tradicional”, título que garantiria maior proteção e direitos às práticas culturais e territoriais locais. Arruti (2006) discute que o processo de reconhecimento legal de comunidades tradicionais no Brasil envolve complexas negociações políticas e jurídicas, sendo fundamental para assegurar a manutenção dos modos de vida e os direitos dessas populações.

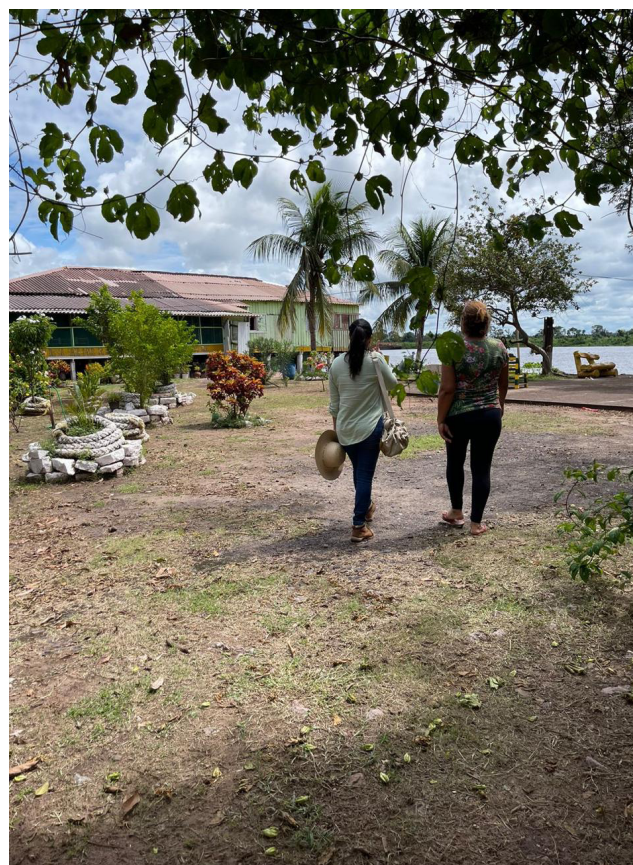
Outro aspecto frequentemente citado refere-se às mudanças climáticas e às alterações ambientais provocadas pela atividade mineradora, que têm impactado diretamente os modos de vida dessas mulheres, afetando sua saúde e bem viver. Siliprandi (2011) aponta que as mulheres em comunidades tradicionais, especialmente aquelas que dependem de recursos naturais, estão entre as mais afetadas pelas mudanças ambientais, precisando ajustar constantemente suas práticas e estratégias de subsistência. Novamente, evidencia-se a capacidade de resiliência dessas mulheres, mas também se revela a complexidade de sua luta pela sobrevivência e bem-estar em um contexto de desafios socioambientais crescentes.

De acordo com o relato colhido, um dos problemas que mais afligem a comunidade de Porto Esperança diz respeito à concessão de terras e à regularização das moradias. A insegurança fundiária gera incertezas entre os moradores, que temem perder suas casas e ver a comunidade desestabilizada. Almeida (2013) argumenta que a regularização fundiária é essencial para proteger os direitos das comunidades tradicionais, pois assegura a posse da terra e proporciona segurança jurídica, evitando conflitos e promovendo o desenvolvimento social e econômico local.

Segundo a ECOA (2015), desde 2013, instaurou-se um cenário de conflitos na comunidade ribeirinha de Porto Esperança, quando uma empresa agropecuária adquiriu 750 hectares na área onde viviam 62 famílias. “A empresa passou a cercear o direito das pessoas de ir

e vir e pressionava os moradores a venderem suas terras de forma irregular por preços irrisórios”, relatou o diretor-presidente da ECOA, André Siqueira. Depois de um trabalho intensivo de análise das áreas griladas, que envolveu o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF), a Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul (SPU-MS) e a ONG ECOA, 19 ribeirinhos receberam seus Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Contudo, outros moradores ainda não possuem suas residências regularizadas.

Figura 23 – Caminhada em Porto Esperança, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Em um determinado momento da conversa, a pesquisadora foi convidada a realizar uma caminhada pela comunidade, durante a qual teve a oportunidade de conhecer a antiga estação de trem desativada, a escola, as igrejas, o comércio local e as residências vizinhas. A caminhada incluiu também uma visita ao cemitério da comunidade, cujas lápides centenárias narram a história local, além de uma aproximação da área da mineradora. Essa experiência permitiu à pesquisadora uma inserção mais próxima da realidade cotidiana da comunidade, possibilitando uma compreensão mais profunda da dinâmica local e das interações entre as pessoas e o ambiente.

Durante a caminhada, ao ser questionada sobre as relações entre as mulheres da comunidade, a moradora relatou que há uma notável falta de união entre elas, marcada por sentimentos de inveja e competição: “para as mulheres aqui, a liderança é rica”. Esse cenário sugere a existência de tensões sociais internas que podem afetar a coesão comunitária e a capacidade de organização coletiva. Sarti (2004) observa que, em contextos de comunidades tradicionais, as dinâmicas de poder e as relações interpessoais entre mulheres podem ser influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e históricos, que, por sua vez, fomentam rivalidades e impõem desafios à solidariedade grupal.

O relato também abordou questões relacionadas a conflitos internos semelhantes aos observados em Porto da Manga, especificamente entre as pessoas que residem próximas ao Porto e, por essa razão, “desfrutam” de mais facilidades e benefícios. Em Porto Esperança, ouviu-se a expressão: “quem mora no Porto é rico”. Esses conflitos evidenciam as desigualdades intracomunitárias que podem surgir em contextos onde o acesso a recursos e oportunidades não é distribuído de forma equitativa. Tavares (2010) argumenta que, em comunidades ribeirinhas, a proximidade a pontos estratégicos, como portos, pode gerar disparidades significativas nas condições de vida e no acesso a serviços, exacerbando tensões sociais e influenciando as dinâmicas de poder e conflito dentro da comunidade.

De forma espontânea, a moradora compartilhou com a pesquisadora e psicóloga a situação de algumas mulheres da comunidade que enfrentam desafios significativos relacionados à saúde mental. Uma delas está sob suspeita de diagnóstico de Síndrome do Pânico, sofrendo enquanto aguarda a conclusão do acompanhamento psicológico em Corumbá, mas tudo ocorre de forma muito lenta. Outra mulher, por sua vez, apresenta transtornos mentais não diagnosticados e tem crises frequentes na comunidade. Minayo (2014) ressalta que a saúde mental em comunidades tradicionais e ribeirinhas é frequentemente subdiagnosticada e subtratada devido ao acesso limitado a serviços especializados, o que agrava o sofrimento psíquico e aumenta a vulnerabilidade das pessoas afetadas.

Conforme observado, a pesquisadora notou que questões pessoais em comunidades tradicionais e ribeirinhas frequentemente se tornam de conhecimento coletivo. Devido à proximidade e à forte interdependência social, eventos privados tendem a ser compartilhados e discutidos entre os membros da comunidade, intensificando as dinâmicas sociais e as relações de poder. Essa coletivização das questões pessoais pode influenciar a coesão social, ao mesmo tempo em que gera pressões adicionais sobre os indivíduos envolvidos (STEPHENS, 2020).

Outro aspecto insalubre que afeta gravemente as condições de saúde em Porto Esperança é a ausência de água potável. A falta de acesso a água limpa e segura representa um risco significativo para a saúde pública, ampliando a vulnerabilidade da comunidade a doenças transmitidas pela água e a outros problemas relacionados à má qualidade da água. Heller (2007) destaca que o acesso à água potável é um determinante crucial da saúde, e sua ausência pode comprometer gravemente o bem-estar das populações, especialmente em comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Outro problema sério enfrentado pela comunidade de Porto Esperança é a ausência de um posto de saúde, farmácia ou qualquer forma de disponibilidade local de medicamentos. Quando adoecem, os moradores são obrigados a buscar atendimento médico em Corumbá, cidade mais próxima com infraestrutura de saúde disponível. Essa realidade expõe a comunidade a riscos significativos, uma vez que a distância e a falta de transporte adequado podem atrasar o acesso a cuidados médicos essenciais, agravando problemas de saúde e aumentando a vulnerabilidade da população local. Paim (2009) discute como a falta de acesso a serviços básicos de saúde em áreas rurais e isoladas intensifica as desigualdades em saúde, comprometendo a capacidade das populações de obter atendimento contínuo e eficaz.

Em contrapartida às dificuldades, quando questionada pela psicóloga sobre “o que torna a vida melhor aqui”, a moradora respondeu prontamente: “temos a natureza”, “natureza é tudo”, “acordar com os passarinhos cantando não tem preço”. Essas respostas refletem uma profunda conexão com o ambiente natural e destacam a importância da natureza como fator central para o bem viver. Nas comunidades tradicionais, a relação com a natureza transcende o aspecto meramente utilitário, sendo compreendida como parte integrante da identidade cultural e espiritual. A natureza confere significado ao cotidiano e estrutura uma visão de mundo que integra os seres humanos e o ambiente em uma rede interdependente de pertencimento e harmonia. Isso proporciona um sentido profundo de felicidade e continuidade que transcende as adversidades materiais (DESCOLA, 2013).

Figura 24 – Escola de Porto Esperança, Pantanal-MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023).

Durante a imersão em Porto Esperança, a pesquisadora observou aspectos que compõem a vida cotidiana da comunidade. A tranquilidade emerge como elemento central em um dia de feriado como aquele, evidenciada por crianças brincando livremente em frente às casas, idosos sentados diante das residências e outros moradores reunidos para tomar bebidas e engajar-se em conversas em um bar local, que funciona como ponto de encontro para um número considerável de pessoas.

Sobre este último cenário, as declarações obtidas revelaram um problema persistente na comunidade ribeirinha envolvendo tanto mulheres quanto homens: o abuso de álcool. De acordo com Silva e Santos (2021), o consumo excessivo de álcool pode estar associado a diversos fatores, como condições socioeconômicas precárias, isolamento geográfico, falta de acesso a serviços de saúde e apoio psicológico, além de fatores culturais que podem normalizar ou perpetuar esse padrão de consumo.

A dinâmica de vida aparentemente tranquila em Porto Esperança é contrastada pela presença constante da linha de trem que atravessa a comunidade — uma infraestrutura que, embora vital para a economia regional, impõe desafios significativos aos moradores, ainda que muitos encontrem oportunidades de trabalho nas mineradoras. Santos (2019) argumenta que, em comunidades ribeirinhas, a coexistência entre a serenidade do ambiente natural e as intervenções industriais, como ferrovias, gera uma tensão permanente que afeta a vida dos residentes.

Nesse contexto, a serenidade comunitária é contrastada pela atividade incessante da mineradora, que domina o entorno. O ar torna-se denso, saturado pela poeira do minério, que se deposita visivelmente sobre carros, plantas e superfícies, criando uma tensão entre a tranquilidade da vida comunitária e o impacto ambiental das operações industriais. Silva (2013) discute como as atividades mineradoras frequentemente impõem desafios severos às comunidades tradicionais e ribeirinhas, afetando não apenas a saúde pública, mas também a percepção de bem-estar e a relação dos moradores com seu território.

Apesar dessas adversidades, de acordo com os relatos, o amor dos moradores pela terra e por seu lugar de origem é evidente, sustentado por um vínculo profundo com a natureza, que eles cui-

dam e da qual dependem. Nas comunidades tradicionais, a relação com a terra e o ambiente natural transcende o aspecto material, representando uma dimensão identitária fundamental. Esse vínculo confere às pessoas um sentido profundo de pertencimento e funciona como fonte de resistência frente às adversidades, preservando sua identidade coletiva e sua autonomia diante das transformações impostas pelo mundo externo (ESCOBAR, 2018, p. 144).

Dessa forma, ao reunir aspectos históricos, territoriais, ambientais e sociais das comunidades de Porto Esperança, Porto da Manga, Antônio Maria Coelho e APA Baía Negra, torna-se evidente que cada uma manifesta especificidades em sua trajetória de luta, mas também partilha vulnerabilidades comuns diante da pressão econômica, das transformações climáticas extremas e das disputas por direitos territoriais. Em todas elas, as mulheres emergem como protagonistas — articuladoras de estratégias de cuidado, resistência e continuidade cultural, mesmo em cenários marcados por conflitos internos e desigualdades.

É nesse contexto, tecido por vínculos entre território, saberes, trabalho e natureza, que esta pesquisa avança para a produção dos dados e sua discussão crítica. Mais do que registrar informações, trata-se de escutar vozes, captar práticas cotidianas e valorizar sentidos que sustentam essas comunidades, reconhecendo que compreender suas narrativas é essencial para ampliar o debate sobre justiça socioambiental e bem viver no coração do Pantanal.

A hand holding a purple flower against a blue sky and water background. The flower is a tall, slender spike with many small, light purple blossoms. The hand is positioned at the bottom left, holding the green stem. The background is a deep blue sky with some lighter blue and yellowish clouds, and a body of water below it. The overall style is painterly.

3

A PRODUÇÃO
DOS DADOS
E DISCUSSÃO

A produção dos dados desta pesquisa teve início em março de 2024, quando a pesquisadora retornou às comunidades. Nos meses que antecederam esse retorno, o contato foi mantido por meio de mensagens mensais via WhatsApp, utilizado como principal canal de comunicação. O objetivo central era preservar o vínculo já estabelecido com as mulheres das comunidades, assegurando que o distanciamento físico não comprometesse a confiança e a relação construídas desde a fase inicial do trabalho de campo. É fundamental destacar um aspecto relevante para este segundo momento da pesquisa: o panorama climático do Pantanal apresentou uma mudança radical entre 2023 e 2024, como vivenciado pela pesquisadora e amplamente divulgado nos meios de comunicação.

Durante a imersão realizada em 2023, a região das comunidades encontrava-se alagada, em consonância com o ciclo natural do Pantanal, em que as cheias desempenham um papel essencial na renovação dos ecossistemas e na subsistência das populações locais. Entretanto, em 2024, o cenário mostrou-se drasticamente alterado, com a área severamente afetada por uma seca extrema e por queimadas que se alastraram, transformando extensas porções do bioma em uma paisagem desolada e incendiada.

Esse contraste climático evidencia não apenas a vulnerabilidade da região às mudanças ambientais, mas também o impacto direto dessas variações sobre o cotidiano das comunidades ribeirinhas, cujas dinâmicas econômicas e sociais estão intimamente relacionadas ao ciclo das águas. A dependência de recursos hídricos para garantir a subsistência coloca essas populações em situação de risco quando ocorrem alterações nos padrões de inundação e estiagem (POFF et al., 2016). Assim, a organização comunitária para enfrentar a seca e conter os incêndios tornou-se, atualmente, um aspecto central de suas estratégias de resistência e sobrevivência.

Figura 25 - Pantanal Alagado (2023) e Pantanal das Queimadas (2024)



Fonte: Simone Príncipe Rondon, Pantanal alagado (2023).

Fonte: Ecoa – Queimadas Pantanal (2024).

NOVOS CAMINHOS DA PESQUISA

Para esta segunda etapa do estudo, é interessante notar que as duas comunidades que manifestaram interesse em dar continuidade a pesquisa apresentaram perfis bastante semelhantes: Antônio Maria Coelho e Porto Esperança. Ambas são profundamente impactadas por problemas ambientais, intensificados não apenas por fatores naturais, mas também pela exploração indiscriminada de recursos, como minério de ferro e carvão.

Essas comunidades centenárias, autodefinidas como tradicionais, mantêm um vínculo histórico e cultural com o território, mas enfrentam desafios persistentes relacionados à saúde pública, em grande parte devido à poluição atmosférica causada pela mineração e pelas queimadas frequentes. As doenças respiratórias são recorrentes, agravadas pela exposição contínua à poeira de minério e à fumaça. Além disso, ambas compartilham uma luta constante pelo acesso a direitos básicos como água potável, saúde e saneamento, direitos frequentemente negligenciados pelas autoridades e por grandes empreendimentos que exploram os recursos minerais da região.

Apesar dos esforços realizados, a meta inicial de alcançar pelo menos metade das mulheres residentes não pôde ser concretizada. Fatores como dificuldades de contato, distâncias geográficas e condições climáticas extremas — secas severas e queimadas — limitaram a possibilidade de uma adesão mais ampla ao estudo. Contudo, ao observar o envolvimento das mulheres em associações e projetos sociais locais, nota-se que o número de participantes é proporcional ao contingente de mulheres ativamente engajadas em atividades comunitárias. Na Comunidade Antônio Maria Coelho (AMC), por exemplo, existe uma cooperativa formada por cerca de cinco mulheres que produzem derivados de Bocaiúva, fruto nativo do Pantanal — número semelhante ao de participantes da pesquisa. Em Porto Esperança (PE), o cenário se repete: cerca de cinco mulheres participam de projetos comunitários, de acordo com relatos na pesquisa.

Ainda que o quantitativo de participantes seja modesto, suas vozes revelam vivências e padrões relevantes que podem fundamentar futuras intervenções e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à promoção de equidade. A extração mineral, conduzida de forma intensiva e com poucos cuidados ambientais, tem causado diversas consequências deletérias ao ecossistema local, incluindo degradação do solo, poluição da água e perda de biodiversidade. Tais atividades impactam significativamente o equilíbrio ambiental, afetando diretamente o bem viver dos moradores, que lidam cotidianamente com a deterioração dos recursos naturais e problemas de saúde (SONTER et al., 2018, p. 285).

Os dados apresentados a seguir foram produzidos a partir do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde, instrumento essencial para traçar o perfil das mulheres e compreender suas condições de vida e trabalho. A Entrevista Semiestruturada complementou esse mapeamento ao captar percepções sobre gênero, relações de poder com os homens e os impactos dos desastres ambientais e climáticos do Pantanal sobre o bem viver. Por fim, a Roda de Conversa constituiu mais uma estratégia de coleta, viabilizando uma participação coletiva na discussão das temáticas propostas e de outras que emergiram espontaneamente. Nesse espaço, priorizou-se o diálogo, a escuta sensível e o exercício reflexivo, permitindo que cada mulher expressasse suas percepções e experiências pessoais, enriquecendo os conteúdos abordados nos instrumentos anteriores.

A hand holding a purple flower against a blue sky and water background. The flower is a tall, slender spike with many small, light purple blossoms. The hand is positioned at the bottom left, holding the green stem. The background is a deep blue sky with some lighter blue and white clouds, and a body of water in the distance.

4

**QUESTIONÁRIO
SOCIODEMOGRÁFICO
OCUPACIONAL
E DE SAÚDE**

A utilização de questionários sociodemográficos, ocupacionais e de saúde em pesquisas qualitativas é uma estratégia metodológica válida para contextualizar os dados e traçar o perfil dos participantes. Longe de descaracterizar o caráter qualitativo, essa combinação de métodos contribui para uma compreensão mais ampla e integrada do contexto social e econômico em que os sujeitos estão inseridos, enriquecendo a análise (CRESWELL, 2014, p. 234).

As comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança compartilham várias similaridades que justificam, em alguns momentos, uma abordagem comparativa, ainda que os dados sejam trabalhados de forma geral. Ambas se autodefinem como comunidades tradicionais, uma categoria que implica identidade cultural, práticas sustentáveis e direitos territoriais específicos. Além disso, enfrentam pressões constantes para deixarem suas terras, ameaças que se intensificam com as atividades mineradoras.

SOBRE A FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPANTES

A análise dos dados obtidos a partir da participação de 11 mulheres — seis em Antônio Maria Coelho e cinco em Porto Esperança —, ainda que modesta em representatividade, oferece insights importantes sobre o perfil dessas populações femininas. Em Antônio Maria Coelho, as idades variaram entre 37 e 61 anos; em Porto Esperança, entre 22 e 50 anos.

As participantes de Antônio Maria Coelho, em sua maioria com mais anos de vida, oferecem perspectivas valiosas sobre a continuidade e as transformações nas práticas comunitárias, assim como nas pressões ambientais ao longo do tempo. Já as mulheres mais jovens de Porto Esperança podem trazer percepções

diferentes, relacionadas a mudanças mais recentes no ambiente e nas dinâmicas sociais. As interações dentro dessas comunidades refletem um processo constante de adaptação às transformações socioambientais, especialmente em contextos de pressões externas — como mudanças climáticas e intervenções econômicas —, onde as práticas coletivas se reorganizam para garantir sobrevivência e bem-estar (TRICKETT, 2019).

DADOS SOBRE A ESCOLARIDADE

A análise da escolaridade das participantes revelou diferenças marcantes entre as comunidades. Em Antônio Maria Coelho, a maioria (quatro mulheres) possui ensino fundamental incompleto, uma concluiu o ensino fundamental, e apenas uma tem ensino médio completo. Em Porto Esperança, três mulheres possuem nível superior e duas têm ensino médio incompleto. Essa discrepância sugere não apenas diferenças de acesso à educação, mas também variações nas oportunidades socioeconômicas e na capacidade de engajamento com processos mais amplos de desenvolvimento comunitário e ambiental.

No caso de Antônio Maria Coelho, o menor nível de escolaridade pode refletir barreiras históricas de acesso a recursos que promovam maior autonomia e participação nos processos decisórios, tanto internamente quanto na relação com atores externos, como mineradoras e órgãos governamentais. A educação é elemento central para capacitar as mulheres a se envolverem de forma significativa em decisões que impactam suas vidas e suas comunidades. Em contextos de baixa escolaridade, essas mulheres podem enfrentar obstáculos adicionais para acessar recursos, dialogar com autoridades e superar desigualdades de poder, o que limita suas possibilidades de resistência e organização (GAARD, 2015).

Em contrapartida, a presença de mulheres com nível superior em Porto Esperança pode indicar uma maior capacidade de articulação e potencial de liderança em processos de resistência comunitária. A educação potencializa o engajamento ativo na defesa de direitos coletivos, permitindo que indivíduos com maior escolaridade assumam posições de liderança, articulem demandas comunitárias e dialoguem de forma mais assertiva com governos e corporações (GIFFORD, 2014). Nesse cenário, as mulheres de Porto Esperança podem estar potencialmente mais preparadas para liderar ou participar de iniciativas voltadas à proteção de seus modos de vida tradicionais frente às pressões socioambientais.

Sob a perspectiva ecofeminista, a educação pode ser compreendida como um fator de empoderamento que permite às mulheres compreenderem melhor os impactos das atividades extrativistas em suas comunidades e mobilizarem recursos e redes de apoio para resistir a essas pressões. O acesso à educação amplia significativamente a capacidade de articular demandas por justiça ambiental e social, fortalecendo suas vozes na defesa dos direitos territoriais. Assim, a escolaridade confere maior legitimidade e poder de negociação frente aos desafios socioambientais, consolidando a identidade dessas comunidades como tradicionais (AGARWAL, 2010, p. 119).

As informações obtidas sobre faixa etária e escolaridade, portanto, delineiam o contexto em que as demais análises qualitativas foram desenvolvidas, fortalecendo o entendimento das dinâmicas sociais dessas comunidades.

SITUAÇÃO CONJUGAL E ESTRUTURA FAMILIAR

Em Antônio Maria Coelho, todas as mulheres participantes da pesquisa são casadas, enquanto em Porto Esperança três são casadas e duas não. A predominância de mulheres casadas em Antônio Maria Coelho pode refletir uma estrutura familiar mais tradicional e consolidada, na qual as responsabilidades domésticas e comunitárias tendem a ser claramente divididas e moldadas pelo casamento. Segundo Nelson e Prilleltensky (2010), as estruturas familiares influenciam significativamente a coesão social e a organização comunitária, especialmente em contextos onde as tradições e os papéis de gênero são fortemente valorizados.

A condição conjugal pode afetar diretamente o nível de participação feminina em atividades comunitárias e o engajamento em questões ambientais. Em comunidades tradicionais, mulheres casadas frequentemente enfrentam barreiras culturais que limitam sua atuação pública. Tais barreiras são reforçadas por expectativas sociais que priorizam o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares, restringindo a disponibilidade de tempo e energia para se envolverem em ações coletivas (SHIVA, 2016).

Em Porto Esperança, a diversidade na situação conjugal — com três mulheres casadas e duas não casadas — pode favorecer maior variação na autonomia e nas formas de engajamento com as questões comunitárias. Segundo Nelson e Prilleltensky (2010), mulheres solteiras ou não casadas muitas vezes possuem mais autonomia para se engajar em atividades públicas e liderar iniciativas comunitárias, pois não estão vinculadas às mesmas responsabilidades e expectativas familiares que frequentemente limitam as mulheres casadas.

Em Antônio Maria Coelho, todas as participantes possuem filhos, enquanto em Porto Esperança três mulheres têm filhos e duas não. A presença de filhos é um fator relevante que molda as rotinas diárias, amplia as responsabilidades e, muitas vezes, influencia a possibilidade de participação ativa na vida comunitária. A organização social dessas comunidades é fortemente influenciada pela estrutura familiar, na qual a parentalidade atua como elemento-chave de coesão social e resiliência. O conceito de família e comunidade está profundamente interligado, abrangendo a construção de laços de apoio, identidade e pertencimento que extrapolam as relações biológicas ou de parentesco estrito. Para Trickett (2019), “famílias coesas constituem a base para o desenvolvimento de redes sociais robustas, essenciais à superação de desafios externos”. Esse conceito reforça a família como primeira instância de apoio emocional e material.

Dependendo da dinâmica comunitária, a maternidade pode aumentar as demandas sobre as mulheres, limitando tempo e energia disponíveis para engajamento comunitário ou para lutas por direitos e justiça ambiental. Em comunidades como Antônio Maria Coelho, onde todas as participantes são mães, essas responsabilidades podem ser especialmente desafiadoras, sobretudo em contextos marcados pela escassez de serviços de apoio, como creches e escolas. Trickett (2019) observa que essa situação tende a se agravar em comunidades onde valores culturais reforçam o papel da mulher como principal cuidadora.

Em Porto Esperança, a maior diversidade na condição parental — com três mulheres com filhos e duas sem — permite observar variações na forma de engajamento comunitário e no enfrentamento das pressões ambientais. McGinn e Oh (2017) argumentam que a ausência de responsabilidades parentais confere às mulheres sem filhos maior flexibilidade de tempo e energia para se envolverem em atividades comunitárias.

Sob a ótica do Ecofeminismo contemporâneo, a maternidade em comunidades tradicionais pode ser vista simultaneamente como fonte de poder e de vulnerabilidade. Embora as mulheres assumam a responsabilidade de cuidar da família e da comunidade, essa posição as coloca na linha de frente das lutas por recursos e pela sobrevivência em cenários de degradação ambiental. Assim, em comunidades como Antônio Maria Coelho, onde todas são mães, a maternidade pode ampliar as dificuldades enfrentadas, mas também pode fortalecer a solidariedade comunitária em torno de demandas que impactam diretamente suas famílias (SHIVA, 2016, p. 85).

Na comunidade de Antônio Maria Coelho, as mulheres participantes relataram ter entre 1 e 5 filhos: uma mulher tem 5 filhos, outra tem 4, uma tem 3, duas têm 2 cada, e uma tem 1 filho. Essa distribuição sugere variações significativas no tamanho das famílias, o que pode indicar diferentes estágios de vida, níveis de acesso a recursos e estratégias de planejamento familiar. Trickett (2019) enfatiza que o tamanho da família influencia diretamente a carga de trabalho doméstico e as demandas de cuidado, especialmente em contextos onde as redes de apoio são restritas. Em AMC, onde muitas mulheres não possuem renda própria e enfrentam dificuldades de acesso a benefícios sociais, cuidar de famílias numerosas pode representar um fardo substancial, impactando sua capacidade de participação externa, seja em trabalho remunerado ou em iniciativas comunitárias.

Em Porto Esperança, o número de filhos também varia: uma mulher relatou ter 7 filhos, outra 3 e uma 2 filhos. O caso da participante com 7 filhos é especialmente significativo, pois sugere uma família extensa, exigindo mais tempo e recursos para cuidado e sustento. Essa situação, combinada com a diversidade de perfis familiares, indica diferentes estratégias de sobrevivência e de participação na comunidade.

Em Antônio Maria Coelho, entre as seis mulheres com filhos, três têm filhos do mesmo pai, enquanto as outras três têm filhos de

pais diferentes. Em Porto Esperança, entre as três mulheres com filhos, uma tem filhos de um mesmo pai e duas têm filhos de pais distintos. A presença de filhos de pais diferentes pode demandar maior resiliência e flexibilidade por parte das mulheres, que muitas vezes gerenciam relações complexas e múltiplas responsabilidades. As redes de apoio familiar são fundamentais para o bem-estar em contextos comunitários, sobretudo onde os recursos são limitados. Mulheres com filhos de pais diferentes frequentemente dependem de redes informais de apoio, como parentes e amigos, para dar conta das demandas diárias e garantir estabilidade emocional e financeira (EDIN & KEFALAS, 2005, p. 56).

Essas informações aprofundam a compreensão sobre as dinâmicas familiares e conjugais, fundamentais para interpretar as condições de vida, trabalho e engajamento comunitário das mulheres entrevistadas.

DADOS OCUPACIONAIS

Em Antônio Maria Coelho, a maioria das mulheres participantes (cinco) se define como “do lar”, ainda que algumas busquem realizar outras atividades complementares, enquanto uma se identifica como empreendedora. Em Porto Esperança, observa-se uma ocupação mais diversificada: três mulheres são professoras contratadas, uma é funcionária pública e uma atua como ajudante em uma pousada. Essa diversidade ocupacional reflete diferenças nas oportunidades e trajetórias de vida das mulheres em cada comunidade.

A predominância de mulheres “do lar” em Antônio Maria Coelho pode indicar uma forte conexão com a esfera doméstica, onde as responsabilidades familiares e de cuidado ocupam grande parte do tempo e da energia dessas mulheres. Joan Tronto, em *Caring Democracy* (2013), amplia essa discussão ao analisar como a função de cuidadoras primárias pode restringir a participação das



mulheres em espaços públicos e políticos, incluindo processos de resistência comunitária e engajamento em lutas por justiça social e ambiental. Para Tronto (2013), a divisão sexual do trabalho de cuidado frequentemente mantém as mulheres em papéis que limitam seu acesso pleno à cidadania ativa e ao ativismo político. Assim, a autoidentificação como “do lar” também evidencia a escassez de oportunidades econômicas e o baixo acesso ao mercado de trabalho formal, fatores que aprofundam a vulnerabilidade dessas mulheres em contextos de pressão ambiental.

Por outro lado, a presença de uma mulher que se declara empreendedora em Antônio Maria Coelho aponta para uma forma alternativa de inserção econômica, que pode representar tanto uma estratégia de sobrevivência quanto uma busca por maior autonomia financeira. O empreendedorismo pode abrir caminhos para o empoderamento econômico, proporcionando às mulheres a independência necessária para melhorar suas condições de vida e as de suas famílias. Essa autonomia é especialmente relevante em comunidades onde as mulheres dependem historicamente de recursos externos ou do suporte de parceiros para sustentar o lar. Estudos indicam que, ao controlarem suas próprias fontes de renda, as mulheres ganham maior poder de decisão dentro das famílias e nas comunidades (KABEER, 2012, p. 18).

Em Porto Esperança, a presença de três professoras contratadas, uma funcionária pública e uma ajudante de pousada pode demonstrar maior inserção no mercado formal, especialmente em setores como educação e serviço público, que podem oferecer maior estabilidade econômica e social. O acesso ao mercado de trabalho formal, sobretudo em áreas como educação, amplia as redes sociais das mulheres, cria oportunidades de interação e fomenta o desenvolvimento de parcerias dentro e fora da comunidade. Essas redes de apoio são fundamentais para consolidar laços de confiança e solidariedade, elementos centrais para a coesão comunitária (PUTNAM, 2020).

Em Antônio Maria Coelho, nenhuma das seis mulheres possui Carteira de Trabalho assinada atualmente, sendo que cinco nunca tiveram vínculo formal. Apenas uma relatou ter acumulado entre 10 e 20 anos de registro formal no passado. Em Porto Esperança, três mulheres também não possuem Carteira de Trabalho assinada e nunca tiveram, enquanto duas informaram ter entre 5 e 10 anos de vínculo formal.

A ausência de emprego formal em AMC e a baixa incidência de registro em PE evidenciam a precariedade das condições de trabalho enfrentadas por essas mulheres. O trabalho formal é essencial para a inclusão no sistema de proteção social: sem um contrato, os trabalhadores ficam desamparados em situações de desemprego, doença ou aposentadoria, colocando em risco sua segurança econômica (STANDING, 2011).

Benach et al. (2014) destacam que a ausência de emprego formal não compromete apenas a segurança financeira, mas impacta negativamente a saúde física e mental. A insegurança econômica e a falta de acesso a direitos trabalhistas contribuem para altos níveis de estresse, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores informais.

A realidade de Antônio Maria Coelho, onde cinco das seis mulheres nunca tiveram registro formal, evidencia um contexto de extrema informalidade. O trabalho informal implica vínculos precários, sem garantias de continuidade, frequentemente em condições onde os direitos trabalhistas são ignorados. Isso expõe as mulheres a maiores riscos ocupacionais e à instabilidade financeira (STANDING, 2011). Tal cenário está diretamente relacionado à escassez de oportunidades de emprego na região, forçando essas mulheres a depender de trabalhos informais, de atividades domésticas ou de empregos pontuais em mineradoras — o que se reflete na predominância de mulheres “do lar” na comunidade.

Em Porto Esperança, embora persista a presença de mulheres sem vínculo formal (três nunca tiveram Carteira assinada), observa-se uma inserção ligeiramente maior no mercado formal, com duas mulheres relatando experiência entre 5 e 10 anos de registro. Ainda assim, a prevalência da informalidade permanece uma realidade importante, revelando as limitações estruturais enfrentadas por essas mulheres para acessar oportunidades de emprego formal estáveis.

Assim, o panorama ocupacional expõe as limitações estruturais e as estratégias adaptativas que marcam o cotidiano das mulheres dessas comunidades, iluminando dimensões essenciais para a análise das condições de trabalho, renda e autonomia

RENDA PESSOAL

A análise da renda mensal das mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela disparidades significativas nas condições econômicas, com impactos diretos sobre qualidade de vida, autonomia e capacidade de enfrentamento das pressões socioambientais. Esses dados são fundamentais para compreender a vulnerabilidade econômica e as estratégias de sobrevivência utilizadas por essas mulheres em contextos de precariedade.

Em Antônio Maria Coelho, apenas uma mulher declarou ter uma renda mensal entre um e dois salários mínimos, enquanto as outras cinco afirmaram não possuir renda própria. Em contraste, em Porto Esperança, três mulheres relataram receber entre dois e três salários mínimos, e uma declarou ter rendimento inferior a um salário mínimo. Essa diferença nas rendas aponta para uma disparidade nas oportunidades econômicas e na inserção no mercado de trabalho, refletindo a precariedade e a falta de recursos em AMC em comparação a PE.

A ausência de renda está diretamente relacionada à exclusão social e à dependência de redes informais de apoio, como família e comunidade. Em contextos como AMC, onde a maioria das mulheres não dispõe de renda própria, essa situação limita severamente a autonomia financeira, restringindo ainda mais a capacidade de engajamento em atividades que demandam recursos — como educação, cuidados de saúde e participação em processos de resistência comunitária. A única mulher em AMC que declarou ter renda regular representa uma exceção em um cenário marcado por extrema precariedade, mas seu rendimento limitado ainda a coloca em situação de vulnerabilidade.

Em Porto Esperança, a condição econômica das participantes é relativamente mais favorável: três mulheres recebem entre dois e três salários mínimos e uma recebe menos de um salário mínimo. Mesmo uma renda modesta pode representar maior segurança econômica, ampliando possibilidades de participação comunitária e de acesso a serviços básicos. A estabilidade financeira, ainda que restrita, permite planejar despesas, investir em educação, cuidados de saúde e engajar-se em atividades sociais e políticas na comunidade. Para Kabeer (2005), uma renda estável, mesmo que modesta, fortalece a autonomia feminina, permitindo uma participação mais ativa nos processos decisórios familiares e comunitários.

Sob a perspectiva do Ecofeminismo Contemporâneo, a ausência de recursos financeiros está frequentemente ligada à exploração ambiental e à marginalização das mulheres em economias dependentes de recursos naturais. A falta de oportunidades econômicas em comunidades como AMC é agravada pela degradação ambiental e pela ausência de políticas de desenvolvimento sustentável que incluam as mulheres como protagonistas de mudança (MIES & SHIVA, 2014).

A diferença de renda também influencia as estratégias de sobrevivência. Mulheres sem renda, como a maioria em AMC,



tendem a depender mais de redes informais de apoio e de subsistência baseada em recursos naturais. Já em PE, uma renda um pouco mais estável amplia as opções disponíveis, permitindo maior flexibilidade para se adaptar às pressões ambientais. Aldrich e Meyer (2015) afirmam que uma base econômica sólida reforça as redes de apoio social, essenciais para a coesão comunitária e para a resiliência coletiva. Assim, em PE, onde a renda é relativamente mais estável, há potencialmente maior capacidade de resposta coletiva a ameaças externas, enquanto em AMC a ausência de renda limita essa força, aumentando a dependência de apoio comunitário e de recursos externos.

SOBRE BENEFÍCIOS

Em Antônio Maria Coelho, duas mulheres declararam receber o Bolsa Família, enquanto quatro relataram nunca ter conseguido acesso ao programa. A dificuldade de acesso ao Bolsa Família para a maioria das participantes em AMC revela barreiras estruturais que limitam a inclusão em políticas de assistência social, agravando a vulnerabilidade econômica. Pinto e Brito (2020) discutem como o acesso desigual a benefícios reflete e reforça desigualdades históricas, especialmente em comunidades remotas e marginalizadas. Essa exclusão pode estar relacionada a fatores como ausência de documentação, burocracia no processo de inscrição ou falta de informação, restringindo a capacidade dessas mulheres de garantir uma renda mínima para suas famílias.

Em Porto Esperança, duas mulheres recebem o Bolsa Família, uma é beneficiária do Seguro Defeso e outra recebe uma cesta básica fornecida pelo governo. A presença de múltiplas formas de apoio estatal em PE sugere uma maior diversificação de estratégias de sobrevivência e uma articulação mais eficaz com redes

de assistência social. Silva e Gentil (2016) destacam que o acesso a benefícios como o Seguro Defeso e cestas básicas pode representar uma importante fonte de segurança alimentar e econômica, sobretudo em períodos de instabilidade ou sazonalidade, como ocorre em comunidades dependentes da pesca e de outras atividades sazonais.

A exclusão de quatro das seis participantes em AMC do Bolsa Família aponta para uma realidade de maior insegurança econômica. Standing (2011) defende que a falta de acesso a redes formais de proteção social agrava a vulnerabilidade das populações mais pobres, obrigando-as a depender de redes informais, que, embora relevantes, costumam ser insuficientes para garantir estabilidade e segurança alimentar. A ausência do Bolsa Família — programa criado para assegurar um patamar mínimo de subsistência — coloca essas mulheres em situação ainda mais frágil, dificultando sua capacidade de se engajar em atividades comunitárias ou de buscar alternativas de geração de renda.

Segundo Gifford (2014), na perspectiva da Psicologia Ambiental, as respostas humanas ao ambiente são moldadas por fatores físicos e sociais, e comunidades ribeirinhas desenvolvem formas de adaptação e resistência a partir de sua interação com o meio natural e as políticas públicas disponíveis. Assim, a resiliência econômica das mulheres pode ser compreendida como estratégia adaptativa às condições socioambientais e às oscilações no acesso a recursos como o Bolsa Família e o Seguro Defeso.

A dependência de benefícios sociais como o Bolsa Família e o Seguro Defeso pode ser interpretada tanto como estratégia de sobrevivência quanto como forma de subordinação econômica. Mulheres em contextos de vulnerabilidade ambiental, como AMC e PE, frequentemente dependem desses programas para garantir o sustento familiar. No entanto, essa dependência também revela a ausência de oportunidades econômicas locais e a marginalização de saberes e práticas femininas em sistemas econômicos que ainda não



reconhecem plenamente sua contribuição para a comunidade. Por outro lado, a presença de benefícios pode, em certa medida, reduzir a exposição direta dessas mulheres às pressões de grandes empreendimentos minerários.

Assim, o quadro de acesso e exclusão aos benefícios evidencia as lacunas estruturais que moldam a autonomia, a resiliência e a capacidade de organização das mulheres ribeirinhas.

SOBRE RELIGIÃO

Em Antônio Maria Coelho, todas as seis mulheres participantes se identificam como evangélicas, evidenciando uma homogeneidade religiosa significativa na comunidade. A participação na religião evangélica contribui para a formação de uma identidade coletiva sólida, na qual as integrantes se percebem como parte de um grupo mais amplo, com missão e propósito comuns. Esse senso de pertencimento é reforçado por rituais, cultos e outras práticas que estreitam os laços internos e fortalecem o sentimento de coesão comunitária (AMMERMAN, 2005).

Em Porto Esperança, observa-se maior diversidade: três mulheres se declaram evangélicas, uma não segue religião e outra indicou “outra” afiliação religiosa. Essa pluralidade pode refletir uma maior abertura a distintas visões de mundo e práticas espirituais, influenciando a dinâmica social e a coesão da comunidade. Putnam e Campbell (2010) destacam que “a diversidade religiosa em uma comunidade pode gerar pluralidade de valores e práticas que, embora possam criar tensões, também enriquecem o diálogo e a colaboração em torno de questões coletivas”. A convivência entre diferentes tradições religiosas abre espaços de interação e aprendizado mútuo.

A homogeneidade religiosa em AMC pode fortalecer a solidariedade interna e a coesão social, mas também limitar a abertura a perspectivas distintas ou práticas culturais diversas. A predominância de uma única religião pode restringir o engajamento comunitário, ao estabelecer normas que definem quem tem voz e influência, potencialmente excluindo minorias religiosas ou aqueles que não seguem os preceitos predominantes. Woodhead e Catto (2012) apontam que normas religiosas rígidas podem inibir a inovação social e a diversidade de pensamento, ambos essenciais para a adaptação a novos desafios.

Por outro lado, a pluralidade em PE — com evangélicas, uma mulher sem religião e outra com “outra” crença — pode estimular um ambiente de diálogo, onde diferentes perspectivas são reconhecidas. Essa diversidade favorece a inovação cultural, permitindo que novas práticas e ideias surjam da interação entre diferentes grupos religiosos, enriquecendo o tecido social (AMMERMAN, 2013, p. 96).

Sob a ótica do Ecofeminismo Contemporâneo, religiosidade e espiritualidade podem ser compreendidas como fontes de poder e resistência diante das opressões socioeconômicas e ambientais. A espiritualidade coletiva serve como recurso vital, oferecendo apoio emocional e um referencial ético para resistência e ação conjunta (RUETHER, 2005, p. 78). Assim, em AMC, a coesão evangélica pode ser uma força de mobilização e resiliência comunitária; em PE, a diversidade pode abrir caminho para múltiplas formas de resistência e adaptação.

SOBRE BENS MATERIAIS

A análise dos bens materiais presentes nos lares das mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela aspectos importantes sobre padrão de vida, condições habitacionais

e acesso a recursos tecnológicos e eletrodomésticos. Esses bens sinalizam não apenas a qualidade de vida, mas também a inserção socioeconômica, com implicações diretas na capacidade de participação social e bem-estar geral.

Nas residências de AMC, observou-se que nenhuma das mulheres possui rádio, mas todas têm fogão, geladeira, TV e ventilador — indicativos de itens básicos para o cotidiano. Cinco das seis possuem máquina de lavar, duas têm ar-condicionado, uma possui computador e nenhuma relatou ter micro-ondas. Esses dados apontam para um acesso limitado a bens de consumo considerados mais sofisticados, como ar-condicionado, computadores e micro-ondas.

A ausência de itens como micro-ondas e a baixa presença de equipamentos como ar-condicionado e computador em AMC refletem restrições econômicas e limitações de acesso a bens que, em contextos mais favorecidos, são comuns.

Em Porto Esperança, nenhuma mulher possui rádio, mas todas dispõem de fogão, geladeira, TV e máquina de lavar. Quatro têm ventilador, quatro contam com ar-condicionado, duas possuem micro-ondas e duas relataram ter dois computadores em casa.

Comparativamente, as mulheres de PE têm maior acesso a bens de consumo duráveis e tecnologias que proporcionam conforto adicional — como ar-condicionado, micro-ondas e computadores — que são menos comuns em AMC. Nussbaum (2011) ressalta que “os bens materiais não são apenas fontes de satisfação, mas instrumentos para ampliar a liberdade”. Ter acesso a esses bens amplia as possibilidades de escolha, autonomia e bem-estar, fortalecendo capacidades humanas essenciais.

Assim, a maior presença de bens tecnológicos e de conforto em PE indica condições de vida relativamente melhores, com recursos que facilitam tarefas diárias e ampliam o conforto doméstico. O acesso a bens materiais impacta não apenas o conforto físico,



mas também a eficiência das atividades domésticas, a comunicação, o acesso à informação e o exercício de direitos sociais. Esses fatores podem empoderar as mulheres, ampliando oportunidades de educação, trabalho e participação comunitária.

A presença de computadores em dois lares de PE sugere um acesso mais amplo a conhecimento e capacitação, diferencial importante em relação a AMC. Com mais acesso à tecnologia de comunicação e aprendizado, essas mulheres podem expandir suas oportunidades educacionais e profissionais, elevando sua participação no mercado de trabalho e em espaços coletivos, o que fortalece sua autonomia e poder de decisão (HAFKIN & HUYER, 2007, p. 89).

Assim, o mapeamento dos bens materiais complementa a análise socioeconômica, evidenciando desigualdades que repercutem diretamente nas oportunidades, no conforto cotidiano e na autonomia das mulheres dessas comunidades

ACESSO À TECNOLOGIA DIGITAL

A análise do acesso à tecnologia digital e do uso de redes sociais pelas mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela informações cruciais sobre conectividade, comunicação e formas de engajamento social. O uso de celulares, internet e redes sociais desempenha papel central na forma como essas mulheres se conectam com o mundo exterior, acessam informações e participam de redes de apoio, influenciando diretamente sua organização, mobilização comunitária e acesso a oportunidades econômicas e educacionais. A conectividade por meio de telefones celulares e internet amplia o fluxo de informações, fortalece redes de suporte, facilita o acesso a vagas de trabalho e possibilita maior participação nos processos decisórios comunitários, promovendo autonomia e inclusão social (HEEKS & RENKEN, 2018, p. 94).

Em ambas as comunidades, todas as participantes possuem celular, o que indica alta penetração dessa tecnologia mesmo em áreas potencialmente isoladas. Entretanto, o acesso à internet varia: em AMC, cinco das seis mulheres têm internet; em PE, todas as participantes têm acesso. Essa diferença pode refletir desigualdades na infraestrutura digital local, com implicações diretas sobre a forma como as mulheres se informam e interagem com redes externas. Para Castells (2010), o acesso à internet é um fator determinante na participação em uma sociedade em rede, onde a conectividade digital se torna recurso essencial para o desenvolvimento social e econômico. A inclusão digital viabiliza interação, aprendizagem e engajamento em atividades econômicas, políticas e culturais, fortalecendo a coesão social em um contexto globalizado. Assim, em AMC, a menor taxa de acesso pode limitar a integração das mulheres em redes mais amplas de comunicação, isolando-as das dinâmicas contemporâneas de participação social.

O uso de redes sociais é uma prática comum entre as mulheres das duas comunidades, com o WhatsApp figurando como principal ferramenta de comunicação em ambos os contextos. Em AMC, cinco mulheres acessam redes sociais: todas utilizam o WhatsApp, duas usam Facebook e uma, YouTube. Em PE, todas as participantes acessam redes sociais com maior diversidade de plataformas: além de WhatsApp (todas), Facebook (todas), três mulheres utilizam Instagram, duas acessam YouTube e duas têm perfil no TikTok.

As redes sociais online são espaços estratégicos para construção de identidade, manutenção de vínculos e mobilização coletiva. Esses ambientes digitais possibilitam a formação de comunidades, o compartilhamento de experiências e a organização em torno de causas sociais, fortalecendo laços pessoais e coletivos (BOYD & ELLISON, 2017, p. 214). Em AMC, o predomínio do WhatsApp e a menor diversidade de plataformas podem indicar um uso restrito, focado na comunicação direta e imediata. Em contraste, em PE, a variedade de redes sugere uma imersão mais ampla no ecossistema

digital contemporâneo, permitindo desde o consumo de conteúdo até a expressão de identidade e engajamento em comunidades online.

Ferramentas como WhatsApp, Facebook e Instagram oferecem instrumentos poderosos para comunicação e mobilização, potencializando práticas participativas e construção de redes online que extrapolam fronteiras geográficas, ampliando a visibilidade de demandas coletivas (AL-SHAMI et al., 2019, p. 7). Em AMC, o foco no WhatsApp garante agilidade na comunicação local, mas a restrição de plataformas pode reduzir o alcance de interações mais amplas. Já em PE, a diversidade de redes amplia as possibilidades de inserção em comunidades locais, regionais e globais, reforçando o acesso a informações e recursos.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

Em Antônio Maria Coelho, três mulheres utilizam carro próprio ou contribuem com despesas de combustível para usar o carro emprestado de um vizinho, enquanto outras três dependem exclusivamente do transporte público — que é extremamente limitado, com circulação de um único ônibus, apenas uma vez por semana, às terças-feiras, às 7h30 e 16h30.

A dependência de carros particulares ou emprestados sugere certa flexibilidade, permitindo maior autonomia de deslocamento, especialmente diante da escassez do transporte coletivo. Entretanto, o fato de algumas mulheres precisarem pagar pela gasolina para usar o carro de terceiros também evidencia uma vulnerabilidade, em que o transporte depende de recursos financeiros e de redes de solidariedade local, como o apoio de vizinhos.

A mobilidade física influencia diretamente o acesso a emprego, educação e serviços básicos. Em contextos onde oportunidades



de trabalho e instituições educacionais concentram-se em centros urbanos ou regiões específicas, a liberdade de deslocamento torna-se essencial para aproveitar tais oportunidades. A restrição de mobilidade limita significativamente as possibilidades de ascensão econômica e inclusão social (LUCAS, 2012, p. 108). Em AMC, a limitação do transporte público reforça a desconexão com áreas urbanas, restringindo o acesso das mulheres a serviços, emprego e aumentando a dependência de soluções informais, como o uso de veículos emprestados.

Em Porto Esperança, a mobilidade apresenta cenário mais diversificado: três mulheres utilizam carro e duas fazem uso de barco como principal meio de transporte. O uso de automóveis sugere maior autonomia e flexibilidade, facilitando deslocamentos frequentes e o acesso a serviços externos. O uso de barcos, por sua vez, reflete a geografia ribeirinha de PE, onde o transporte aquático é essencial para integração entre áreas isoladas.

A infraestrutura de transporte relaciona-se diretamente à mobilidade social. Regiões com infraestrutura deficiente enfrentam barreiras mais severas para inserção econômica e educacional, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Investimentos em transporte podem reduzir desigualdades, abrir novas oportunidades e facilitar a inclusão social (BANISTER, 2018, p. 490). Em PE, a combinação de veículos e barcos representa uma adaptação às características geográficas, garantindo flexibilidade e resiliência frente a desafios ambientais e econômicos.

A dependência de um ônibus semanal em AMC é um indicativo claro de isolamento, limitando drasticamente a mobilidade de mulheres sem acesso a automóveis. A liberdade de circulação é componente fundamental da inclusão social, pois garante participação em atividades cívicas, acesso a serviços públicos, espaços culturais e eventos comunitários — aspectos essenciais para a construção de capital social e fortalecimento de redes internas (URRY, 2007).

Em PE, a disponibilidade de carros e barcos reforça a conectividade interna e externa, garantindo alternativas de locomoção. O transporte aquático proporciona flexibilidade para acessar regiões isoladas, transportar mercadorias e adaptar-se a variações do ambiente, como oscilações nos níveis dos rios. Essa mobilidade fortalece as redes sociais e econômicas, promovendo coesão e solidariedade comunitária (PÉREZ, 2017).

Assim, o panorama da mobilidade reforça como fatores estruturais de transporte moldam as possibilidades de inserção social, econômica e política das mulheres dessas comunidades.

SOBRE SAÚDE

A análise dos aspectos relacionados à saúde das mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela desafios significativos, sobretudo no manejo de condições crônicas, no uso de medicação controlada e no acesso restrito a serviços de saúde. Esses fatores são fundamentais para compreender as condições de vida dessas mulheres e as barreiras que enfrentam para cuidar da saúde física e mental, destacando vulnerabilidades específicas em contextos de isolamento e precariedade.

Em ambas as comunidades, nenhuma mulher se declarou portadora de deficiência física. Contudo, há ocorrência de doenças crônicas, como diabetes, artrite, artrose, problemas de coluna e distúrbios respiratórios. As condições crônicas de saúde estão frequentemente associadas a fatores socioeconômicos e ambientais, refletindo desigualdades no acesso a recursos e cuidados adequados. Essas desigualdades se manifestam em maiores taxas de doenças crônicas entre populações vulneráveis, que enfrentam barreiras para acessar serviços de saúde de qualidade, alimentação adequada e

ambientes saudáveis (MARMOT, 2005, p. 1101). Em comunidades como AMC e PE, onde a oferta de serviços de saúde é escassa, a presença de doenças crônicas amplia a vulnerabilidade, dificultando o manejo apropriado e aumentando o risco de complicações.

O uso de medicação controlada foi identificado em ambas as comunidades: em AMC, três das seis mulheres fazem uso desse tipo de medicamento, enquanto em PE, quatro relataram o mesmo. As principais razões incluem hipertensão arterial e problemas emocionais ou psicológicos. O uso de medicamentos para transtornos emocionais indica sofrimento psíquico, muitas vezes agravado por condições de vida adversas, isolamento e ausência de suporte social. Indivíduos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentam maior probabilidade de desenvolver transtornos mentais, evidenciando a correlação entre desigualdades estruturais e saúde mental (WILKINSON & PICKETT, 2010, p. 132).

A combinação de hipertensão com problemas emocionais ressalta o impacto do estresse crônico e das condições de vida precárias na saúde das mulheres. A hipertensão, em muitos casos, é entendida como resposta fisiológica ao estresse persistente. A exposição contínua a fatores estressores — como insegurança econômica e conflitos familiares — ativa de forma prolongada o sistema nervoso simpático, elevando a pressão arterial. Esse quadro é particularmente alarmante em mulheres que enfrentam múltiplas fontes de estresse, como responsabilidades familiares intensas, trabalho precário e pobreza (STEPTOE & KIVIMÄKI, 2012).

Um dos aspectos mais críticos revelados pela análise é a ausência total de postos de saúde ou hospitais para todas as mulheres das duas comunidades. Essa falta de infraestrutura é alarmante, sobretudo diante da presença de doenças crônicas e da necessidade de uso contínuo de medicamentos controlados. O acesso a serviços de saúde é um direito humano essencial, e sua ausência em comunidades isoladas perpetua ciclos de pobreza e desigualdade.

A falta de cuidados médicos regulares aumenta a dependência de autogestão da saúde e o uso de medicamentos de forma inadequada, o que pode agravar problemas preexistentes — especialmente no caso de doenças crônicas, que poderiam ser prevenidas ou controladas com acompanhamento médico sistemático (FARMER, 2005).

A carência de acesso a serviços de saúde qualificados pode ser compreendida como forma de violência estrutural, que atinge de forma desproporcional as mulheres, submetendo-as a políticas e práticas que não garantem condições básicas de cuidado para manter a saúde física e mental. O uso de medicação controlada para lidar com sofrimento psíquico reforça que essas mulheres carregam um peso emocional significativo, vinculado às pressões econômicas, ao isolamento e à ausência de suporte social (FARMER, 2005).

Esses achados revelam como a ausência de infraestrutura de saúde impacta diretamente a qualidade de vida, tornando ainda mais urgentes políticas públicas que garantam o direito à saúde integral para mulheres em contextos de vulnerabilidade.

SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS

A análise das condições ambientais enfrentadas pelas mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) evidencia a profundidade dos impactos ambientais e seus efeitos diretos sobre a saúde e a qualidade de vida dessas populações. Os relatos das mulheres sobre problemas ambientais e de saúde revelam uma realidade de vulnerabilidade extrema, em que atividades mineradoras, poluição e fenômenos climáticos intensificam as dificuldades de sobrevivência e comprometem diretamente a subsistência das famílias.

Todas as mulheres de ambas as comunidades relataram sofrer os efeitos dos impactos ambientais, destacando especialmente problemas respiratórios associados à poeira do minério e ao pó de carvão. A World Health Organization (2018) alerta que a exposição prolongada a partículas finas, como as geradas pela mineração, pode causar doenças pulmonares crônicas, asma e outras complicações respiratórias severas. A alta incidência de problemas respiratórios em AMC e PE indica como a poluição ambiental compromete a saúde das populações locais, configurando uma preocupação central na rotina dessas mulheres.

Elas também relataram que os principais impactos ambientais incluem a poluição do ar, das águas e do solo, além da poluição sonora causada pelo tráfego intenso de carregamentos de minério, que ocorre inclusive durante a madrugada. Em ambas as comunidades, as residências apresentam rachaduras provocadas por vibrações da linha férrea, localizada muito próxima às casas. Todas as mulheres mencionaram ainda problemas relacionados ao sono, como insônia, atribuindo esse distúrbio ao barulho constante do transporte de minério. Fonseca et al. (2021) destacam que a mineração é uma das atividades mais prejudiciais ao meio ambiente, contribuindo para a degradação da qualidade do ar, da água e do solo, além de gerar poluição sonora que impacta diretamente a qualidade de vida de comunidades vizinhas.

Em AMC e PE, essas formas de poluição comprometem não apenas a qualidade de vida, mas também destroem recursos naturais essenciais, como água potável e solo fértil, instaurando um ciclo de degradação que fragiliza profundamente essas comunidades. Capobianco (2017) aponta que “as queimadas não apenas devastam extensas áreas de floresta, mas também ameaçam a biodiversidade e os recursos naturais que sustentam a vida de comunidades dependentes de frutos nativos e de práticas tradicionais de manejo sustentável”.

Apesar da percepção ecofeminista de que as mulheres são desproporcionalmente impactadas pela degradação ambiental, segundo a filósofa e ativista Vandana Shiva, as entrevistadas afirmaram não se sentirem mais afetadas do que os homens em suas comunidades. Shiva (2016) destaca que “mulheres, especialmente em áreas rurais, suportam o maior peso da degradação ambiental e das mudanças climáticas. Seus papéis como provedoras de alimentos, água e combustível as tornam mais vulneráveis ao desmatamento, erosão do solo e escassez de água”. Esse contraste entre relato e teoria sugere especificidades socioculturais que merecem aprofundamento.

Em AMC, o assoreamento do principal rio local, causado pela mineração, resultou na diminuição dos peixes — um recurso vital para a subsistência. Essa degradação ambiental pode provocar a desintegração do tecido social e cultural de comunidades tradicionais, intimamente ligadas ao meio ambiente. Quando os recursos desaparecem ou se tornam inacessíveis, práticas culturais e modos de vida são interrompidos, gerando perda de identidade e maior vulnerabilidade social, especialmente entre os mais pobres (MARTINEZ-ALIER, 2014). Segundo relatos, o rio também era espaço de lazer coletivo para banhos e encontros familiares aos finais de semana.

As chuvas intensas agravam ainda mais a vulnerabilidade. Em AMC, as mulheres relataram que durante fortes chuvas a comunidade fica “ilhada” pela falta de estradas asfaltadas. Em PE, as vias ficam submersas, tornando o barco o único meio de transporte viável. Wisner et al. (2004) enfatizam que a carência de infraestrutura agrava riscos e aumenta a exposição de comunidades vulneráveis a desastres naturais, limitando sua capacidade de resposta e recuperação. A dependência de estradas de cascalho de minério, sem pavimentação adequada, evidencia a marginalização dessas comunidades, deixadas à mercê das condições climáticas sem suporte efetivo do poder público.

Além dos efeitos diretos da mineração e poluição, as queimadas comprometem a saúde pela inalação de fumaça e pela destruição de frutos nativos fundamentais para a segurança alimentar das famílias. Essas queimadas devastam áreas de floresta e terras agricultáveis, prejudicando a biodiversidade e recursos naturais essenciais à sobrevivência local. Shiva (2016) enfatiza que a destruição ambiental implica perda de recursos como água, madeira e alimentos, forçando comunidades vulneráveis a recorrer a alternativas mais precárias, o que agrava desigualdades socioeconômicas.

A perda de frutos nativos representa não apenas ameaça à segurança alimentar, mas também uma perda cultural e ecológica significativa. Esses frutos sustentam práticas tradicionais de subsistência e simbolizam a relação histórica entre as comunidades e o ambiente (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 152).

A abordagem ecofeminista evidencia como degradação ambiental e exploração das mulheres estão entrelaçadas. As queimadas são interpretadas como manifestação de uma lógica de dominação que impacta simultaneamente natureza e mulheres. A solução, segundo essa perspectiva, passa pela proteção dos recursos naturais e pelo fortalecimento do papel das mulheres na construção de sistemas mais justos e sustentáveis (SHIVA, 2014, p. 98).

Assim, a análise dos impactos ambientais em AMC e PE expõe uma realidade de alta vulnerabilidade, na qual as mulheres enfrentam desafios cotidianos relacionados à saúde, à subsistência e à infraestrutura precária. A poluição provocada pela mineração, somada aos efeitos das queimadas e à dificuldade de mobilidade em períodos de chuva intensa, coloca essas mulheres em situação de risco permanente, acentuando desigualdades de gênero e injustiças ambientais. Esses achados reforçam a urgência de intervenções que articulem soluções ambientais e de saúde, promovam a sustentabilidade e a resiliência comunitária e reconheçam o papel essencial das mulheres na preservação e na luta por justiça ambiental.

A hand holding a purple flower against a blue sky and water background. The flower is a tall, slender spike with many small, light purple blossoms. The hand is positioned at the bottom left, holding the green stem. The background is a deep blue sky with some lighter blue and white clouds, and a body of water below it. The overall style is painterly.

5

**A ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

A entrevista semiestruturada foi planejada com dez questões organizadas em quatro blocos temáticos, abordando aspectos centrais da vida das mulheres na comunidade: qualidade de vida, dinâmica de relações entre mulheres e homens, percepção sobre o feminino e experiências relacionadas a morar na comunidade. No entanto, durante a aplicação, a pesquisadora observou que as respostas foram, em sua maioria, superficiais ou inconsistentes, e algumas questões não chegaram a ser respondidas. Diante disso, optou-se por organizar uma Roda de Conversa, buscando verificar se, por meio do diálogo em grupo, as participantes se sentiriam mais à vontade para expor ideias e opiniões.

A interação coletiva, conforme observado durante a Roda de Conversa, favoreceu a expressão das mulheres, que se mostraram mais dispostas a compartilhar opiniões e vivências de forma aberta. A transição da entrevista individual para a conversa em grupo exemplifica uma adaptação metodológica fundamentada no respeito às formas de comunicação mais adequadas ao contexto sociocultural, conduzindo os procedimentos de forma mais participativa. Essa abordagem está alinhada a práticas que promovem a colaboração ativa entre pesquisador e participantes na construção do conhecimento (MASTEN, 2018).

Constatou-se, ao final, que, assim como na etapa anterior da pesquisa, as mulheres demonstraram maior conforto e fluidez ao se expressarem verbalmente, confirmando que o uso de técnicas de coleta de dados baseadas no diálogo é mais eficaz em contextos onde a escrita pode representar uma barreira.

PERCEPÇÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA: COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

A qualidade de vida das mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) é determinada por um conjunto complexo de fatores ambientais, sociais e culturais que moldam suas experiências cotidianas e influenciam diretamente seu bem-estar. As participantes de ambas as comunidades declararam, de forma unânime, que o meio ambiente impacta profundamente suas vidas.

De acordo com a Psicologia Ambiental, o ambiente físico e social exerce influência direta sobre a qualidade de vida das mulheres em contextos como AMC e PE. Segundo Clayton e Myers (2017), as mudanças ambientais, como a degradação de recursos naturais e a poluição decorrente da mineração, afetam significativamente o bem-estar de populações vulneráveis, especialmente em regiões como o Pantanal.

Em ambas as comunidades, a qualidade do ar comprometida pela poeira do minério e a escassez de água potável são exemplos claros de como o ambiente físico afeta a saúde física e mental. A falta de infraestrutura básica e de serviços de saúde agrava essas condições, tornando o cotidiano ainda mais desafiador (KIRMAYER; SEHDEV; WHITLEY, 2009).

A Psicologia Comunitária também contribui para a compreensão da qualidade de vida ao destacar a relevância do apoio social, da coesão comunitária e das redes de solidariedade como fatores protetores do bem-estar (GÓMEZ & YOSHIKAWA, 2021). Em AMC e PE, a organização social, baseada em fortes vínculos de interdependência, desempenha papel crucial na resiliência das mulheres frente às adversidades.

Contudo, a pesquisa revelou também desafios significativos relacionados à desunião entre as mulheres, como relataram participantes de Porto Esperança, que mencionaram inveja e competição como fatores que enfraquecem a coesão social. Por outro lado, a valorização da natureza e o senso de comunidade foram apontados como aspectos positivos, revelando um forte vínculo das mulheres com o ambiente natural, visto como fonte de paz e renovação.

As mulheres desempenham papel central na organização de eventos comunitários, criando espaços de apoio mútuo que ultrapassam suas responsabilidades domésticas e profissionais. Em contextos como AMC e PE, onde os recursos são escassos, essas práticas sociais ganham relevância para a promoção do bem viver coletivo, oferecendo propósito, pertencimento e resiliência, aspectos essenciais para enfrentar as dificuldades diárias (OLIVEIRA, 2010).

Apesar das adversidades, as mulheres ocupam posições estratégicas na gestão de recursos naturais e na luta por justiça ambiental (GAARD, 2017). Práticas tradicionais de manejo, trabalho na coleta de iscas vivas e resistência à degradação ambiental evidenciam que essas mulheres não apenas sofrem os impactos dos desastres ambientais e climáticos, mas também atuam como agentes de transformação. Por meio de seus saberes ecológicos, sustentam suas famílias e contribuem para a preservação do meio ambiente (AGARWAL, 2010, p. 152). A luta para sobreviver diante da destruição de plantações de frutos nativos, como o Acuri e a Laranjinha-de-Pacu, ilustra a resiliência feminina e sua capacidade de adaptação a um ambiente em constante mudança.

Nessa perspectiva, a análise das percepções das mulheres de Antônio Maria Coelho sobre sua qualidade de vida revela sentimentos que refletem a complexidade de suas experiências em um contexto de vulnerabilidade socioambiental. As respostas variam de avaliações neutras a expressões de esperança e resignação, destacando simultaneamente os desafios e as esperanças nutridas em relação ao bem-estar individual e coletivo.

Quatro das seis mulheres em AMC afirmaram que sua qualidade de vida não é “ruim nem boa”, percepção que sugere uma sensação de estagnação. Esse olhar pode refletir um sentimento de impotência ou falta de oportunidades para melhoria real das condições de vida. Outra participante declarou considerar sua qualidade de vida “estável, graças a Deus”, mas mencionou estar desempregada e com problemas de saúde. Essa resposta combina gratidão e resignação, revelando a complexidade emocional diante de uma realidade difícil. A capacidade de encontrar sentido ou propósito, mesmo em cenários adversos, é reconhecida como fator relevante para a resiliência psicológica, ajudando indivíduos a transformar sofrimento em força (FRANKL, 2006, p. 109).

A menção a Deus e à estabilidade, mesmo diante de adversidades, pode indicar uma força interna ou apoio espiritual que contribui para o enfrentamento. No entanto, a condição de desemprego e a saúde debilitada evidenciam a precariedade que ainda marca sua trajetória, indicando que essa estabilidade percebida é frágil e dependente de fatores externos, sujeitos a mudanças repentinas, especialmente em contextos com acesso restrito a emprego e cuidados médicos.

Outra participante declarou que sua qualidade de vida “vai melhorar quando as pessoas se relacionarem melhor”, evidenciando a importância das relações sociais e comunitárias para o bem-estar. Putnam (2010) discute a relevância do capital social — redes de relacionamento e confiança mútua — para a coesão comunitária e a melhoria da qualidade de vida. Essa resposta sinaliza que, para essa mulher, o bem viver está diretamente relacionado à qualidade das interações sociais na comunidade. Em um contexto como o de Antônio Maria Coelho, onde as dificuldades materiais são significativas, essa ênfase nas relações humanas sugere a busca por apoio e solidariedade como estratégia para superar as adversidades.

PERCEPÇÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA: COMUNIDADE PORTO ESPERANÇA

A maioria das mulheres de Porto Esperança avalia sua qualidade de vida como positiva, o que sugere que, em geral, elas encontram satisfação nas condições em que vivem. Uma participante mencionou, de forma específica, que “o salário atual possibilita fazer mais coisas e dá poder de compra”. Essa afirmação evidencia a relevância da estabilidade econômica como elemento central na percepção de bem-estar. A satisfação expressa por essa mulher pode indicar que o acesso a uma renda regular, mesmo que modesta, favorece maior autonomia e capacidade de suprir as necessidades pessoais e familiares.

Segundo Ahuvia (2015), o acesso a uma diversidade de bens e serviços por meio do poder aquisitivo está diretamente relacionado à qualidade de vida. O consumo não se restringe às necessidades básicas, mas também inclui itens e experiências que proporcionam conforto, lazer e desenvolvimento pessoal — como educação, cultura e entretenimento. A possibilidade de usufruir desses recursos amplia a satisfação individual e contribui para uma existência mais equilibrada.

Outra mulher reconheceu que sua qualidade de vida é boa, porém apontou que “falta lazer”. Essa observação evidencia uma dimensão importante da qualidade de vida que vai além dos aspectos econômicos e materiais: o acesso a atividades recreativas e culturais é fundamental para o relaxamento, o prazer e o crescimento subjetivo. Práticas como esportes, passeios ao ar livre e momentos de descanso exercem papel essencial no alívio do estresse, além de promoverem saúde física e mental. O envolvimento regular em atividades de lazer está associado à redução de sintomas de ansiedade e depressão, melhora na qualidade do sono e aumento do bem-estar geral (IWASAKI, 2016, p. 59).

A ausência de opções de lazer em Porto Esperança pode refletir deficiências na infraestrutura local ou na oferta de atividades culturais e recreativas. Essa limitação pode afetar negativamente a qualidade de vida, mesmo para aquelas que se percebem economicamente estáveis. Isso evidencia que, embora as demandas materiais possam estar sendo supridas, há um reconhecimento de que o bem-viver também depende de fatores emocionais e sociais.

Em contraste com os relatos positivos, uma das mulheres afirmou que “é difícil ter qualidade de vida aqui”, revelando as dificuldades e barreiras que limitam uma experiência satisfatória de vida na comunidade. Tal percepção pode estar relacionada a aspectos como o isolamento geográfico, a insuficiência de serviços públicos ou a escassez de oportunidades econômicas e sociais que garantam melhores condições de existência. Em contextos nos quais esses desafios são frequentes, a qualidade de vida tende a ser comprometida, mesmo quando algumas necessidades fundamentais são atendidas.

A RELAÇÃO COM OS HOMENS NA COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

A maioria das mulheres da comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) descreveu sua relação com os homens locais como “boa”, “normal” ou “igual para os dois”. Essa percepção, aparentemente positiva, pode refletir uma aceitação das normas sociais predominantes e uma internalização das expectativas de gênero que regulam comportamentos e interações entre homens e mulheres. Segundo a Psicologia Comunitária, tais percepções são frequentemente influenciadas por um forte senso de pertencimento coletivo e pela necessidade de manter a harmonia social, o que muitas vezes conduz à conformidade com normas tradicionais (KIRMAYER; SEHDEV; WHITLEY, 2009).

Contudo, a ideia de uma relação “igual para os dois” pode apontar para uma igualdade apenas aparente, que não reflete, de fato, a distribuição das cargas de trabalho e responsabilidades entre os gêneros. Embora as interações entre homens e mulheres possam ser vistas como equilibradas na superfície, abordagens ecofeministas alertam para desigualdades estruturais que permanecem encobertas, especialmente em contextos onde as normas patriarcais estão profundamente enraizadas (GAARD, 2017). Essas desigualdades podem se expressar na divisão do trabalho doméstico, no acesso a recursos e oportunidades e na distribuição de poder dentro da comunidade.

A tensão entre o discurso de igualdade e a experiência cotidiana revela a necessidade de uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de gênero e a organização comunitária em AMC. A Psicologia Ambiental também contribui para esse debate ao considerar como os contextos físicos e sociais moldam as interações de gênero e afetam o bem-estar das mulheres (CLAYTON; MYERS, 2017). A dependência das mulheres em relação aos recursos naturais para a subsistência e os impactos da degradação ambiental em suas rotinas podem acentuar desigualdades, mesmo quando estas não são imediatamente percebidas ou nomeadas pelas próprias mulheres.

Ainda que algumas falas revelem uma aparente igualdade, há indícios de uma divisão desigual de tarefas e responsabilidades no cotidiano da comunidade. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres permanecem como principais responsáveis pelos cuidados domésticos, assumindo, assim, uma dupla jornada. Essa configuração é frequentemente naturalizada e invisibilizada, sendo encarada como parte das atribuições “naturais” das mulheres, o que evidencia a persistência de uma distribuição desigual das tarefas cotidianas (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012, p. 32).

No contexto de AMC, marcado por desafios socioeconômicos, essa sobrecarga pode trazer consequências significativas para a saúde física e emocional das mulheres. O acúmulo de atividades

— que inclui o cuidado com a casa, com os filhos, com familiares adoecidos, além das tarefas produtivas — tende a elevar os níveis de estresse, contribuir para o desgaste físico e restringir o tempo disponível para o lazer, o descanso ou o desenvolvimento pessoal.

As percepções femininas sobre a convivência com os homens da comunidade expressam uma mescla entre a conformidade com normas sociais hegemônicas e uma consciência crítica sobre a sobrecarga de trabalho feminino. Enquanto muitas descrevem essas relações como “boas”, “normais” ou “iguais”, a observação recorrente de que “as mulheres trabalham mais” revela uma realidade de desigualdade de gênero que, apesar de velada, permeia a vida cotidiana.

Uma fala representativa desse cenário foi: “eles trabalham muito para trazer o alimento todos os dias; ele é o provedor da casa”. Essa declaração reflete uma concepção tradicional da divisão sexual do trabalho, na qual o homem é reconhecido como o principal responsável pelo sustento econômico, enquanto às mulheres são atribuídas funções predominantemente ligadas ao cuidado e à manutenção da vida doméstica. Tal visão reforça estruturas socioculturais que perpetuam a naturalização do papel masculino como provedor e do feminino como cuidador.

A valorização do papel masculino como pilar do sustento pode impactar negativamente as possibilidades de equidade de gênero dentro da comunidade. As estruturas de poder e os referenciais culturais que definem o que é considerado trabalho legítimo ou digno de reconhecimento acabam por invisibilizar as contribuições das mulheres — tanto no âmbito doméstico quanto em suas atividades extrativas, produtivas e comunitárias (RIDGEWAY, 2011).

Quando o trabalho masculino é encarado como a principal ou única forma de provisão, há uma tendência a desvalorizar os aportes econômicos, afetivos e sociais das mulheres. Essa perspectiva limita não apenas o reconhecimento simbólico de suas ações,



mas também suas oportunidades de participação em espaços coletivos, de decisão ou de geração de renda — o que compromete sua autonomia e qualidade de vida.

As teorias ecofeministas também fazem duras críticas à ideia de que os homens são os únicos provedores. Essa noção, fortemente ancorada em sistemas patriarcais, sustenta desigualdades históricas e marginaliza o papel das mulheres na manutenção e reprodução da vida. Ao problematizar essa concepção, o Ecofeminismo propõe uma revisão profunda das relações de gênero, reconhecendo que o trabalho das mulheres — produtivo e reprodutivo — é fundamental para a sustentabilidade das comunidades e para o equilíbrio socioambiental. Essa mudança de olhar é imprescindível para a construção de sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis (GAARD, 2015).

A RELAÇÃO COM OS HOMENS NA COMUNIDADE PORTO ESPERANÇA

As declarações das mulheres da comunidade de Porto Esperança (PE) revelam uma visão predominantemente crítica — e, em muitos casos, negativa — sobre suas relações com os homens locais. Tais percepções expõem tensões e desigualdades persistentes nas dinâmicas de gênero, refletindo as contradições presentes na convivência comunitária. As falas variam desde denúncias explícitas de machismo e preconceito até relatos mais amenos, que apontam relações marcadas por respeito mútuo. Essa diversidade de posicionamentos evidencia a complexidade e a ambiguidade das experiências femininas no território.

Uma das participantes afirmou: “infelizmente, é uma relação machista, os homens sempre se acham na razão”, enquanto outra descreveu: “é uma relação de preconceito em favor dos

homens”. Tais percepções revelam comportamentos marcadamente assimétricos, nos quais as normas sociais e culturais conferem privilégios aos homens em detrimento das mulheres. Esse desequilíbrio reforça estruturas de poder excludentes, que tendem a silenciar as vozes femininas e a desvalorizar suas contribuições à vida comunitária.

Quando os códigos sociais favorecem o masculino como padrão normativo, as mulheres enfrentam obstáculos significativos para o reconhecimento de seus direitos e para a livre expressão de suas opiniões. Muitas vezes, isso resulta em uma cultura de silêncio ou de acomodação forçada, na qual se espera que as mulheres aceitem posições subalternas. A declaração de que há “uma relação não respeitável” reforça essa percepção, evidenciando a ausência de consideração e legitimidade nas interações entre os gêneros, a partir do olhar das entrevistadas.

A falta de respeito pode se manifestar de diversas formas: na desvalorização das opiniões femininas, na exclusão de mulheres de decisões importantes ou na normalização de comportamentos abusivos. Tais práticas sustentam a hegemonia masculina, comprometem o diálogo entre os sexos e dificultam transformações em direção à equidade. Além disso, a recorrência desses comportamentos tende a impactar negativamente a autoestima e o bem-estar psicológico das mulheres, reafirmando sua subordinação social (CONNELL, 2009, p. 77).

Apesar das críticas predominantes, uma das mulheres relatou que a relação com os homens é “com respeito um pelo outro”, o que aponta para a coexistência, ainda que minoritária, de vínculos mais equitativos dentro da comunidade. Essa fala sugere que, embora o machismo e a desigualdade de gênero estejam presentes, há brechas e resistências possíveis — expressas por relações pautadas na reciprocidade e no reconhecimento mútuo.

Nesse sentido, a presença de relações baseadas no respeito pode ser interpretada como um sinal de resistência às normas patriarcais, além de representar a potência transformadora presente nas experiências cotidianas. Em contextos adversos, como o de PE, essas formas alternativas de relação entre homens e mulheres sinalizam possibilidades concretas de reorganização das relações sociais em direção à justiça de gênero.

A partir do referencial ecofeminista, conforme discutido por Mies e Shiva (2014), as desigualdades de gênero são indissociáveis das estruturas sociais e econômicas que oprimem simultaneamente as mulheres, as comunidades marginalizadas e o meio ambiente. Tais estruturas reproduzem um ciclo de dominação e exploração que afeta, de maneira desproporcional, os grupos historicamente vulnerabilizados e degrada os recursos naturais. Sob essa perspectiva, a luta das mulheres de PE por relações mais justas e respeitadas insere-se em um movimento mais amplo de resistência contra sistemas de opressão interligados.

Assim, o fortalecimento da equidade de gênero em Porto Esperança deve ser entendido não apenas como uma demanda individual ou relacional, mas como parte essencial de um projeto coletivo de justiça social e ambiental. O reconhecimento das contribuições femininas, o rompimento com lógicas patriarcais e a construção de vínculos baseados no respeito e na escuta são passos fundamentais para promover o bem-viver e a sustentabilidade comunitária.

A PERCEPÇÃO SOBRE O FEMININO: COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

As declarações das mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) sobre o que significa ser mulher revelam uma complexa articulação entre orgulho e sofrimento. Suas percepções evidenciam, de



um lado, a resiliência e a multifuncionalidade associadas à vivência do feminino na comunidade e, de outro, os desafios emocionais e psicológicos enfrentados em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Essa dualidade reflete as pressões sociais e culturais que moldam a experiência de ser mulher nesse território.

A maioria das entrevistadas expressou orgulho por serem mulheres, definindo a figura feminina como “quase uma super-heróina” — possivelmente em razão da habilidade de realizar múltiplas tarefas, como cuidar dos filhos, do lar, dos pais e do companheiro. Essa caracterização pode refletir uma valorização social do papel multifuncional desempenhado pelas mulheres, que são reconhecidas como centrais na organização da vida familiar e comunitária. Tal orgulho não necessariamente indica aceitação dos papéis tradicionais, mas pode ser interpretado como uma afirmação da força, da resistência e da importância das mulheres nesses espaços.

Ao reconhecerem suas contribuições cotidianas, essas mulheres constroem redes de solidariedade e apoio mútuo, fortalecendo os vínculos sociais da comunidade. Segundo Putnam (2010), o capital social gerado por laços de confiança, reciprocidade e engajamento cívico é fundamental para o fortalecimento das comunidades. O orgulho feminino, quando compartilhado e celebrado no espaço coletivo, contribui para essa coesão social, promovendo resiliência diante das adversidades.

Além disso, hooks (2000) argumenta que o orgulho de ser mulher pode funcionar como uma ferramenta de empoderamento político e afetivo. Ao reconhecerem o valor de suas trajetórias e de seus papéis, as mulheres não apenas sobrevivem a estruturas opressivas, mas também desafiam e transformam essas estruturas — ampliando seus horizontes de autonomia e agência.

Contudo, o orgulho não é unânime. Uma das mulheres entrevistadas afirmou: “ser mulher é maravilhoso, mas não me lembro mais disso”, completando: “hoje perdi minha autoestima e não me

cuido mais”. Essa declaração evidencia os impactos subjetivos das múltiplas exigências enfrentadas pelas mulheres, especialmente em contextos marcados por precariedade e ausência de suporte. Conforme Beauvoir (1949), as mulheres, ao internalizarem papéis sociais restritivos, podem se afastar de sua própria subjetividade e desejos, perdendo o contato com a autonomia existencial. No caso relatado, a perda de autoestima parece refletir o esgotamento emocional provocado pela sobrecarga de responsabilidades somada à desvalorização simbólica do trabalho feminino.

Esse quadro pode ser compreendido também à luz da teoria do burnout. Segundo Maslach e Leiter (2016, p. 103), a exaustão emocional decorrente da exposição contínua a demandas elevadas, sem os recursos adequados para enfrentá-las, pode resultar em despersonalização, perda de motivação e redução da realização pessoal — sobretudo entre mulheres que acumulam funções de cuidado e trabalho doméstico.

As falas das mulheres de AMC, portanto, revelam uma ambivalência: por um lado, o orgulho de ser mulher como fonte de identidade e força; por outro, os custos emocionais e subjetivos que esse papel social exige. A gestão emocional feminina, moldada por padrões de socialização de gênero, frequentemente orienta as mulheres a priorizarem o bem-estar dos outros em detrimento de si mesmas. Essa lógica pode levar à negligência das próprias necessidades e a um progressivo distanciamento da própria identidade (HOCHSCHILD, 2012, p. 149).

Esse padrão, quando internalizado, pode ter efeitos psicológicos significativos, como estresse crônico, sentimento de culpa ao priorizar o autocuidado e até quadros de depressão. Como aponta Brown (2015, p. 104), muitas mulheres vivenciam ansiedade ou vergonha quando tentam atender às suas próprias necessidades, por acreditarem que isso contradiz a expectativa de cuidado incondicional com os outros.

A noção de ser “quase uma super-heroína”, embora carregada de reconhecimento, também pode se tornar um peso simbólico. Em vez de representar apenas empoderamento, essa imagem pode reforçar a ideia de que a mulher deve suportar tudo, sem falhar, sem descansar, sem pedir ajuda. O desafio está, portanto, em equilibrar o reconhecimento da força feminina com a construção de espaços legítimos para o autocuidado, a escuta de si e a reinvenção dos papéis de gênero, dentro e fora do lar.

A PERCEPÇÃO SOBRE O FEMININO: COMUNIDADE PORTO ESPERANÇA

As percepções das mulheres de Porto Esperança sobre o que significa ser mulher revelam um conjunto de experiências marcadas tanto pelo orgulho e autovalorização quanto pelos desafios enfrentados diante de múltiplas pressões e responsabilidades. A declaração de que “ser mulher é desafiador, tanto pelo lado físico (dores ao longo do mês), quanto pela ocupação em emprego” explicita os obstáculos enfrentados no cotidiano — desde dores corporais cíclicas até as exigências do trabalho remunerado.

Ser mulher, nesse contexto, é vivenciar um desafio constante que envolve não apenas exigências físicas e profissionais, mas também uma profunda capacidade de resiliência, reinvenção e força. Em cenários de vulnerabilidade, como pobreza, violência de gênero ou exclusão social, as mulheres frequentemente assumem o papel de articuladoras da sobrevivência e do cuidado. Nesse sentido, a feminilidade pode ser compreendida como uma força adaptativa, moldada por experiências múltiplas e estratégias singulares de resistência (WALKER, 2013).

A menção às dificuldades ocupacionais reflete os entraves que muitas mulheres enfrentam ao tentar conciliar as demandas do trabalho com o cuidado familiar. Tal sobrecarga pode restringir oportunidades de crescimento profissional, além de gerar julgamentos sobre sua suposta “indisponibilidade” ou “menor comprometimento”, em comparação aos homens. Isso contribui para práticas discriminatórias como a desigualdade salarial e a sub-representação feminina em cargos de liderança (SANDBERG, 2013).

Por outro lado, a afirmação “me sinto maravilhosa como mulher” expressa um sentimento de orgulho e valorização da identidade feminina. Essa autopercepção positiva pode refletir o reconhecimento subjetivo das qualidades e capacidades que as mulheres desenvolvem em suas trajetórias. Em abordagens éticas do cuidado, considera-se que muitas mulheres encontram propósito e dignidade em suas habilidades relacionais e cuidadoras. Essas dimensões, ao serem socialmente valorizadas, promovem uma visão afirmativa da contribuição feminina para o tecido social (NODDINGS, 2003, p. 18).

Esse sentimento de maravilha pode também ser interpretado como uma forma de resistência frente às narrativas que subestimam ou silenciam as mulheres. Em contextos adversos, sentir-se “maravilhosa” constitui um gesto de afirmação identitária e de enfrentamento das estruturas que, historicamente, desvalorizam o feminino.

A fala “ser mulher é ser sempre capaz de se reinventar como esposa, mãe, profissional, etc.; sempre superamos os obstáculos e recomeçamos quantas vezes for necessário” destaca a resiliência como traço central da vivência feminina. Essa capacidade de reinvenção representa um processo ativo de enfrentamento das adversidades, por meio do qual as mulheres reformulam suas identidades e estratégias diante das exigências impostas. A ideia de “recomeçar quantas vezes for preciso” evoca a força interior e a perseverança que tantas mulheres desenvolvem ao longo de suas vidas.

Nesse sentido, a declaração “ser mulher, para mim, é ter força e garra” sintetiza a percepção da mulher como agente de resistência e transformação. Sob a ótica do feminismo interseccional, reconhece-se que mulheres de comunidades marginalizadas frequentemente enfrentam múltiplas formas de opressão. Ainda assim, demonstram uma força notável para enfrentar e contestar essas estruturas de dominação (CRENSHAW, 2017, p. 58).

Em Porto Esperança, a ideia de “força e garra” pode ser lida como uma resposta à escassez de recursos, às desigualdades de gênero e às pressões socioeconômicas. Ao reconhecerem sua força, as mulheres reafirmam sua potência de ação e seu valor social, contribuindo para romper com estigmas e ampliar sua autonomia.

No entanto, a declaração “ser mulher é muito difícil, lidar com tudo” sintetiza a exaustão provocada pelas múltiplas exigências sociais impostas às mulheres. A internalização de expectativas de desempenho elevado em todas as esferas da vida — profissional, familiar e pessoal — pode gerar um ciclo de autoexigência e ansiedade. Muitas mulheres sentem-se impelidas a manter-se sempre disponíveis, competentes e cuidadoras, mesmo quando isso representa o sacrifício de suas próprias necessidades.

Essa pressão contínua, muitas vezes autoimposta e naturalizada, pode resultar em esgotamento emocional. Como destacam Vachon e L’Abée (2020, p. 305), essa sobrecarga contribui para a intensificação de quadros de estresse crônico e fadiga psíquica, especialmente quando não há redes de apoio ou reconhecimento simbólico. Assim, o desafio de ser mulher em Porto Esperança reside não apenas na luta diária por sobrevivência e dignidade, mas também na construção de espaços que legitimem o cuidado de si como um direito — e não como uma culpa.



SOBRE MORAR NA COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

As declarações das mulheres da comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) sobre suas razões para residirem no território revelam aspectos fundamentais do senso de pertencimento, das relações familiares e da importância da comunidade como espaço de apoio, afeto e resistência. As respostas variam desde a continuidade de laços familiares até a valorização da comunidade como um local de fortalecimento subjetivo e coletivo, evidenciando a complexidade das motivações que as mantêm enraizadas nesse espaço.

Algumas mulheres afirmaram morar na comunidade principalmente em razão do vínculo com seus companheiros e com as famílias deles. Expressões como “moro na comunidade porque meu esposo é daqui” e “moro na comunidade porque meu esposo e a família dele são daqui, e aqui temos casa” demonstram que a permanência em AMC está profundamente ligada a vínculos conjugais e familiares, que muitas vezes se sobrepõem às decisões individuais.

Em AMC, essas relações familiares parecem exercer um papel central na permanência das mulheres, indicando que o pertencimento relacional é um elemento essencial para a estabilidade e continuidade da vida comunitária. Esse tipo de pertencimento contribui para a construção da identidade individual e coletiva, oferecendo um senso de continuidade e segurança — especialmente em comunidades tradicionais e rurais, onde as redes familiares e comunitárias estão entrelaçadas e compõem a base da vida social (COHEN, 2019, p. 88).

Além disso, essas escolhas também podem refletir normas culturais e expectativas de gênero que incentivam as mulheres a seguirem seus parceiros e a se adaptarem aos espaços onde as



famílias deles estão estabelecidas. Essa configuração, embora contribua para a coesão familiar, também pode restringir a autonomia das mulheres, especialmente quando suas aspirações individuais são condicionadas pelas dinâmicas conjugais e comunitárias. Connell (2009, p. 67) argumenta que essas normas reforçam papéis de gênero assimétricos, dificultando a emancipação feminina em contextos onde a obediência e a continuidade familiar são valorizadas em detrimento da autonomia individual.

Por outro lado, declarações como “a comunidade me dá força para lutar” evidenciam uma percepção mais ativa e empoderada da experiência comunitária. Para essa mulher, AMC não é apenas um espaço de convivência, mas um lugar de suporte, solidariedade e resistência — um território que oferece alicerce emocional e coletivo para enfrentar as adversidades cotidianas.

Putnam (2010), ao discutir o conceito de capital social, destaca que comunidades coesas, baseadas em laços de confiança e reciprocidade, são fundamentais para o bem-estar de seus membros, pois oferecem suporte prático e emocional em momentos de dificuldade. Da mesma forma, Freire (1970) reforça a importância da consciência crítica e da ação coletiva como meios de fortalecimento subjetivo e transformação social. Assim, morar em AMC pode representar, para algumas mulheres, uma experiência de pertencimento ativo, de construção de sentido e de engajamento comunitário.

Apesar das potencialidades da comunidade como espaço de acolhimento e resistência, é necessário reconhecer os desafios implicados nesse pertencimento. A dependência de laços familiares pode proporcionar estabilidade e afeto, mas também limitar a liberdade de escolha e o desenvolvimento individual — sobretudo quando as mulheres sentem que suas decisões de moradia estão condicionadas a expectativas alheias ou a papéis historicamente impostos.

A verdadeira liberdade, conforme argumenta Nussbaum (2011), reside na capacidade de escolha. Mulheres empoderadas são aquelas que podem decidir livremente onde viver, como viver e com quem viver, sem que suas escolhas estejam restritas por normas de gênero ou pela ausência de oportunidades reais. A autonomia exige a possibilidade de deliberar entre alternativas, o que implica a criação de condições materiais, culturais e subjetivas que viabilizem essas escolhas. Assim, morar em AMC pode ser, ao mesmo tempo, expressão de pertencimento afetivo e desafio à autonomia feminina — uma tensão constitutiva da experiência de muitas mulheres em territórios marcados por vínculos fortes e condições de vida adversas.

SOBRE MORAR NA COMUNIDADE DE PORTO ESPERANÇA

As falas das mulheres da comunidade de Porto Esperança sobre suas razões para residirem no território revelam uma combinação de fatores práticos, afetivos e relacionais que moldam suas decisões. As motivações variam entre vínculos familiares, oportunidades de trabalho e apego pessoal ao lugar, demonstrando a complexidade das experiências subjetivas e o exercício — ainda que restrito — da autonomia em suas escolhas.

Uma das entrevistadas declarou: “Moro aqui porque meu esposo atual é daqui e, por isso, vim morar aqui”. Tal resposta indica que a decisão de residir em Porto Esperança está fortemente influenciada pelos laços conjugais. Nesse caso, a escolha de permanência está ancorada na preservação da unidade familiar e na conexão com as raízes do parceiro. Essa motivação reflete normas sociais e culturais que, muitas vezes, atribuem às mulheres um papel de adaptação

às decisões dos companheiros, reforçando padrões tradicionais de gênero, nos quais as mulheres seguem os homens e se estabelecem nas comunidades de origem deles.

Por outro lado, respostas como “moro aqui porque trabalho na escola da comunidade” e “moro aqui devido ao trabalho” demonstram que o emprego é um fator determinante na decisão de morar em Porto Esperança. O trabalho, além de ser fonte de renda, é também um meio de inserção social, de construção da identidade e de reconhecimento público. Ele influencia diretamente a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos, moldando suas relações sociais e seu lugar na comunidade (WOLKOWITZ, 2006).

Para essas mulheres, a inserção laboral local proporciona não apenas estabilidade econômica, mas também um vínculo simbólico e afetivo com a comunidade. O trabalho, nesse contexto, funciona como um elo com o território, que sustenta a escolha de permanência e fortalece o senso de pertencimento. A disponibilidade de empregos na própria comunidade surge, portanto, como um elemento-chave na decisão de residir ali — especialmente em regiões onde as alternativas de deslocamento e empregabilidade são escassas.

Outras mulheres expressaram um apego pessoal ao lugar, como ilustrado nas falas: “porque adoro morar na comunidade” e “moro na comunidade porque gosto”. Essas declarações revelam uma conexão afetiva espontânea com Porto Esperança, na qual o ambiente, as relações sociais e o cotidiano comunitário são percebidos de forma positiva e satisfatória. Esse tipo de vínculo pode derivar de vivências gratificantes, redes de convivência solidária, sensação de segurança e vínculo com o espaço natural, que promovem bem-estar emocional e enraizamento subjetivo.



A literatura sobre apego ao lugar destaca que essa conexão se estrutura em três dimensões principais: o apego afetivo, relacionado às emoções positivas despertadas pelo ambiente; o apego cognitivo, ligado aos significados simbólicos, histórias e memórias associados ao território; e o apego comportamental, referente à interação prática e ao envolvimento ativo com o local. Esses componentes operam de forma integrada, formando uma ligação profunda com o espaço e influenciando a forma como as pessoas percebem, habitam e defendem seus territórios (SCANNELL & GIFFORD, 2014).

Em síntese, as razões que levam as mulheres de Porto Esperança a permanecerem na comunidade revelam uma complexa rede de afetos, vínculos, condições materiais e simbolismos. Morar ali não é apenas uma circunstância imposta, mas, em muitos casos, uma escolha mediada por sentidos subjetivos e pela articulação entre cuidado, trabalho, memória e pertencimento.

O apego ao lugar é composto por três dimensões principais: apego afetivo, apego cognitivo e apego comportamental. O apego afetivo refere-se às emoções positivas associadas a um lugar específico. O apego cognitivo envolve o significado e as lembranças associadas ao lugar, enquanto o apego comportamental se refere ao uso e ao envolvimento ativo com o local. Esses componentes trabalham juntos para formar uma conexão profunda com um lugar, influenciando como as pessoas percebem e interagem com seu ambiente (SCANNELL & GIFFORD, 2014).

An artistic oil painting of a hand holding a purple flower. The hand is in the lower left, holding a green stem with a tall, spiky cluster of purple flowers. The background is a vast blue body of water under a deep blue sky with soft, yellowish clouds. The style is painterly with visible brushstrokes.

6

**AS RODAS
DE CONVERSA**

Os resultados das Rodas de Conversa revelaram-se fundamentais para aprofundar a compreensão das percepções, vivências e modos de significar o mundo por parte das mulheres participantes desta pesquisa. A escolha por essa metodologia surgiu como uma adaptação que respeita as formas comunicativas preferidas pelas comunidades, promovendo um espaço dialógico e horizontal, no qual cada mulher pôde contribuir de maneira mais ampla com a discussão dos temas previamente definidos, retomar questões das entrevistas semiestruturadas e ainda trazer à tona temas emergentes, espontaneamente articulados ao longo dos encontros.

Cada participante pôde explorar suas experiências pessoais, evidenciando a complexidade dos impactos das transformações ambientais, sociais e econômicas sobre seu cotidiano. A metodologia não apenas enriqueceu o conteúdo da pesquisa, mas também proporcionou um espaço seguro para o compartilhamento de vivências relacionadas ao trabalho, à saúde, à família e às desigualdades de gênero.

Ao serem questionadas sobre qualidade de vida, o conceito foi prontamente associado à saúde, sendo esse um aspecto central em ambas as comunidades. Em seguida, as participantes apontaram as dificuldades econômicas como fator crítico, destacando que melhores oportunidades de trabalho e estabilidade financeira seriam elementos fundamentais para garantir o bem viver.

Durante a discussão, diversas mulheres compartilharam relatos sobre suas condições de saúde e a dificuldade de acesso a medicamentos básicos e de uso contínuo. Questões como ansiedade, depressão e insônia surgiram de forma recorrente. Muitas se sentiram à vontade para mencionar os remédios que utilizam e trocaram entre si informações sobre médicos que atendem em Corumbá, revelando uma rede informal de apoio e cuidados. Essa troca demonstrou não apenas a busca ativa por soluções, mas também a importância da solidariedade e da construção coletiva de saberes no interior das comunidades.

Em Porto Esperança, uma mulher compartilhou sua trajetória de enfrentamento da obesidade e do estigma social que sofreu ao longo dos anos. O impacto sobre sua saúde mental foi profundo, chegando a pensar em suicídio. Após realizar uma cirurgia bariátrica, sua qualidade de vida melhorou significativamente — física e emocionalmente — abrindo-lhe novas perspectivas. Sua fala gerou identificação entre as demais participantes, possibilitando que outras compartilhassem experiências semelhantes, o que fortaleceu os vínculos de empatia e confiança no grupo.

A depressão, relatada por mulheres de ambas as comunidades, surgiu também como um tema sensível. Uma moradora de Antônio Maria Coelho relatou que faz uso de medicação em decorrência dos anos de violência doméstica que sofreu, e afirmou: “hoje em dia meu marido já é velho e, se ele levantar a mão para mim, é ele quem apanha”. Outra mulher completou com bom humor: “E pode me chamar que bato junto”, provocando risos no grupo. Apesar do tom descontrado, a fala evidencia experiências de dor, mas também de superação e mudança de posição nas relações de poder.

As discussões fluíram naturalmente entre os temas, com um assunto levando ao outro. Quando instigadas a refletir sobre as relações com os homens nas comunidades, as mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) expressaram, majoritariamente, uma visão de igualdade, enfatizando o papel do homem como provedor. Frases como “os homens nunca deixam faltar o alimento” foram associadas a valores religiosos, particularmente os cristãos evangélicos, que, segundo elas, influenciam a forma como os papéis de gênero são percebidos e reproduzidos na comunidade.

Em contraste, as mulheres de Porto Esperança adotaram um tom mais crítico em relação às desigualdades de gênero. Falaram abertamente sobre os efeitos do machismo, especialmente nas oportunidades de trabalho. Expressaram frustração com a exclusão de certas atividades ligadas ao turismo e defenderam sua capacidade

de exercer, em igualdade de condições, os mesmos papéis ocupados pelos homens. Declararam que essa diferenciação “não deveria existir”, reforçando seu sentimento de competência e direito à equidade.

Ao serem convidadas a refletir sobre o que significa ser mulher e como costumam cuidar de si, emergiram distinções significativas entre os dois grupos. Em Porto Esperança, predominou o orgulho de ser mulher, associado à força, resistência e multiplicidade de funções assumidas: cuidar da casa, dos filhos, dos idosos e ainda contribuir economicamente. Para essas mulheres, assumir diversas responsabilidades não é apenas uma imposição, mas também uma expressão de potência.

Já em Antônio Maria Coelho, onde a maioria das participantes não está formalmente inserida no mercado de trabalho, os relatos demonstraram certo distanciamento em relação ao autocuidado e à própria identidade feminina. Algumas comentaram que não têm se dedicado a si mesmas, e uma delas resumiu: “não me lembro mais de como é ser mulher”.

Curiosamente, mesmo diante desse distanciamento, as mulheres de ambas as comunidades mencionaram, com espontaneidade, o desejo de pintar os cabelos brancos. A ausência de farmácia ou de acesso fácil a esse tipo de produto foi mencionada como obstáculo, e muitas relataram sentir-se incomodadas por não conseguirem manter esse cuidado simples, mas significativo para sua autoestima.

As questões ambientais e climáticas também emergiram com força nas rodas. Embora já abordadas anteriormente na pesquisa, nesse momento foram aprofundadas por meio de relatos sensíveis. Em ambas as comunidades, foi expressa uma crítica contundente aos abusos cometidos pelas mineradoras, cujas ações impactam diretamente o bem viver. As participantes relataram prejuízos à vegetação, à qualidade do ar e da água — recursos essenciais para a subsistência.

As mulheres de AMC compartilharam memórias de um rio próximo que, antes da intervenção da mineração, era espaço de lazer, pesca e convívio. Com águas limpas e abundantes, o rio representava não apenas um recurso natural, mas um elo de pertencimento e conexão com o território.

Já em Porto Esperança, o impacto da poeira proveniente da extração mineral foi especialmente destacado. Moradoras relataram que, em vários momentos do dia, a liderança comunitária precisa entrar em contato com representantes da mineradora via WhatsApp, solicitando que molhem o solo para conter a poeira, que invade as casas, suja roupas recém-lavadas e provoca crises de tosse.

Ao final das rodas, quando questionadas sobre outras questões relevantes não contempladas pelas perguntas anteriores, algumas mulheres demonstraram certa cautela em suas falas — talvez para evitar tensionar conflitos ou comprometer processos de luta locais. Ainda assim, apontaram com firmeza o alcoolismo como um problema significativo, especialmente em Porto Esperança, onde atinge homens e mulheres.

Outro ponto sensível, levantado por mulheres de PE, refere-se ao aluguel informal de casas. Devido à ausência de regulamentação, residências são alugadas sem controle, promovendo a entrada de pessoas desconhecidas, o que gera sensação de insegurança e prejudica a coesão social. Tal movimento impacta diretamente o senso de pertencimento e de proteção coletiva.

Esses relatos ampliam a compreensão das dinâmicas comunitárias para além das questões ambientais e econômicas, alcançando aspectos delicados da vida cotidiana, do pertencimento e das redes de convivência. As Rodas de Conversa não apenas aprofundaram a análise da pesquisa, como também revelaram a força coletiva das mulheres, sua escuta generosa, sua solidariedade ativa e sua resiliência frente às adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo explorar as vivências das mulheres das comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal sul-mato-grossense — especialmente das comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança — diante dos desastres ambientais e climáticos que acometem a região. Por meio da escuta e análise das experiências dessas mulheres, foi possível evidenciar a complexidade dos desafios enfrentados, bem como a resiliência e adaptabilidade expressas em suas práticas culturais e modos de vida.

Um dos principais achados da pesquisa revelou desigualdades nas condições e nos recursos disponíveis entre as comunidades investigadas. Porto Esperança apresentou maiores oportunidades econômicas e educacionais, favorecida pela proximidade dos rios, pelo turismo e pela coleta de iscas vivas. Em contraste, Antônio Maria Coelho demonstrou-se mais vulnerável, com opções econômicas restritas e maior dependência das atividades mineradoras — o que agrava as condições de saúde e limita a diversificação de renda. Essa disparidade também se reflete nos níveis de escolaridade das mulheres, mais baixos em Antônio Maria Coelho, impactando diretamente sua autonomia e a participação em espaços de liderança e tomada de decisão comunitária.

As mulheres pantaneiras vivem sob condições precárias, marcadas pela ausência de água potável, acesso limitado à saúde e à infraestrutura básica. Tais desafios são intensificados pelos impactos negativos da mineração, que comprometem o meio ambiente e a saúde dos moradores, impondo uma carga adicional às mulheres. Mesmo assim, elas buscam assumir papéis econômicos e comunitários, criando estratégias de resiliência — tanto individuais quanto coletivas — para lidar com um ambiente em constante transformação,

afetado por queimadas, secas e desastres climáticos. Suas alternativas de subsistência e redes de apoio revelam uma força comunitária que contribui para a coesão social e a sustentabilidade local.

Neste contexto, entende-se a resiliência feminina não como simples adaptação passiva às adversidades, mas como uma capacidade ativa de enfrentamento, reinvenção e resistência frente às múltiplas dificuldades socioambientais. Inspirada nas contribuições da Psicologia Comunitária e dos Ecofeminismos, esta resiliência é composta por gestos cotidianos que sustentam a vida, articulando cuidado, memória e luta.

A pesquisa evidenciou ainda a capacidade de organização das mulheres para mitigar os impactos dos desastres ambientais sobre seus modos de vida. As práticas tradicionais e os saberes ecológicos transmitidos entre gerações mostraram-se essenciais à manutenção da sustentabilidade ambiental do Pantanal. Atividades como a coleta de iscas vivas, a produção de polpas e farinhas e o manejo responsável dos recursos naturais são centrais para a economia local, além de configurarem práticas de resistência frente às mudanças climáticas e à prática extrativista dominante.

Outro aspecto relevante diz respeito às percepções das mulheres sobre a qualidade de vida e os papéis de gênero na organização social comunitária. As narrativas revelam a presença de desigualdades estruturais que influenciam o acesso a recursos e a oportunidades. Apesar disso, foi identificada uma mobilização crescente em torno da valorização do trabalho feminino, da busca por reconhecimento político e da participação ativa na gestão ambiental. As participantes também expressaram uma relação afetiva, simbólica e espiritual com o meio natural, reconhecendo-o como fonte de equilíbrio, saúde e bem viver. O Pantanal é, para elas, a sua casa, o lugar onde se produzem e reproduzem histórias e vínculos — um lugar vivido, de cuidado e sentido.

As falas das mulheres demonstraram ainda a complexidade das relações de gênero nas comunidades. Embora haja sinais de transformação e renegociação de papéis, persiste uma divisão tradicional do trabalho que sobrecarrega as mulheres com as responsabilidades domésticas e de cuidado. Ainda assim, elas desenvolvem estratégias coletivas de apoio mútuo, onde o acolhimento entre mulheres torna-se espaço de reconstrução subjetiva, emocional e política.

A organização feminina em associações e movimentos sociais foi outro ponto de destaque. A mobilização por melhores condições de vida — como acesso à saúde, à educação e à proteção de direitos socioambientais — representa não apenas um gesto de resistência, mas também a luta por reconhecimento e justiça ambiental e epistêmica. As associações têm fortalecido o protagonismo feminino, ampliando sua presença nas decisões sobre o uso e a preservação dos recursos naturais.

A presente pesquisa reafirma, portanto, a importância de valorizar os saberes ecológicos e as práticas culturais das mulheres pantaneiras, fundamentais para a preservação da biodiversidade e a construção de futuros possíveis e sustentáveis. Ao reconhecer seu papel ativo na gestão ambiental e na economia local, reconhece-se também a urgência de as incluir nas políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

A resiliência feminina frente aos desastres ambientais e climáticos envolve múltiplas dimensões: psicológica, física, comunitária e simbólica. Trata-se de uma resiliência que se expressa na reinvenção cotidiana, na capacidade de sustentar a vida em meio às perdas, e na construção de redes de cuidado diante de cenários de profunda incerteza.

Os extremos que se revelaram de um ano para outro, no alagamento do Pantanal no ano de 2023 e os impactos das queimadas de 2024 no Pantanal, somados aos efeitos crônicos da mineração,



agravaram os riscos à saúde dessas mulheres. A exposição prolongada a eventos extremos pode intensificar os níveis de estresse, ansiedade, depressão e trauma. Diante disso, torna-se urgente a ampliação de estudos psicológicos voltados à análise do sofrimento mental em territórios vulnerabilizados, considerando a escuta das mulheres como ponto de partida para práticas de cuidado mais sensíveis e culturalmente adaptadas.

Além do atendimento médico, é fundamental que políticas públicas implementem programas de saúde mental com presença territorial e sensibilidade cultural. Psicólogos capacitados para atuar em contextos comunitários podem ser recursos estratégicos para acolher traumas ambientais, cuidar dos vínculos sociais e fortalecer a saúde coletiva.

No campo da Psicologia, este estudo oferece contribuições relevantes ao abordar a relação entre comportamento humano e ambiente sob uma perspectiva crítica e situada. Ao mapear os fatores de resiliência e as estratégias de enfrentamento adotadas por mulheres em contextos socioambientalmente vulneráveis, a pesquisa colabora com a formulação de práticas clínicas e comunitárias mais eficazes e contextualizadas.

Destaca-se, ainda, a necessidade de políticas públicas voltadas à formação e capacitação das mulheres. Programas de alfabetização, educação formal, qualificação técnica e empreendedorismo sustentável podem ampliar a autonomia econômica, diversificar as fontes de renda e promover o fortalecimento da economia local.

A criação de escolas nas comunidades, como já ocorre em Porto Esperança, aliada ao transporte escolar e à permanência estudantil, são medidas essenciais para garantir o direito à educação e o desenvolvimento das futuras gerações.

No campo da assistência social, o acesso à água potável e ao saneamento básico deve ser tratado como prioridade absoluta. Esses direitos impactam diretamente a saúde, a dignidade e o cotidiano das mulheres, que seguem sendo as principais responsáveis pela gestão dos recursos domésticos.

Além disso, o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis e adaptativas — como sistemas de captação de água, cultivo resiliente e monitoramento climático participativo — pode fortalecer a capacidade das comunidades de se prepararem para os eventos extremos que vêm se tornando cada vez mais frequentes.

Por fim, espera-se que esta pesquisa inspire novas investigações voltadas à interface entre saúde mental, mudanças climáticas e justiça de gênero em contextos vulnerabilizados, especialmente no Brasil. É necessário aprofundar o conhecimento sobre os efeitos subjetivos da crise climática e propor estratégias emancipadoras de cuidado, escuta e transformação social.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das Lutas Sociais?** Rio de Janeiro: FASE, 2010.
- ACKERLY, Brooke; TRUE, Jacqui. **Doing Feminist Research in Political and Social Science**. London: Palgrave, 2020.
- ADGER, W. Neil. **Social Capital, Collective Action and Adaptation to Climate Change**. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387–404, 2003.
- ADGER, W. Neil; HUGHES, T. P.; FOLKE, C.; CARPENTER, S. R.; ROCKSTRÖM, J. **Social-Ecological Resilience to Coastal Disasters**. *Science*, v. 309, n. 5737, p. 1036–1039, 2005.
- ADGER, W. Neil. **Vulnerability**. *Global Environmental Change*, v. 16, p. 268–281, 2006.
- AGARWAL, Bina. **Gender and Green Governance: The Political Economy of Women's Presence Within and Beyond Community Forestry**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- AHUVA, Aaron. **Hedonia, Eudaimonia, and well-being: An introduction**. *Journal of Happiness Studies*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 743–755, 2015. DOI: 10.1007/s10902-014-9542-6.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino et al. **Introdução à Etnobiologia**. Recife: NUPEEA, 2017.
- ALDRICH, Daniel P.; MEYER, Michelle A. **Social Capital and Community Resilience**. *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, p. 254–269, 2015.
- ALDRICH, Daniel P. *Black Wave: How Networks and Governance Shaped Japan's 3/11 Disasters*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.
- ALHO, C. J. R. **Biodiversidade do Pantanal: Uma Perspectiva Ampla e Integrada**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008.
- ALHO, C. J. R. **Ecologia, Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011.
- ALHO, C. J. R.; SABINO, J. **A Conservação da Biodiversidade Pantaneira**. In: SABINO, J.; ALHO, C. J. R. (Org.). **Ecologia e Conservação da Biodiversidade do Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2012.

ALHO, C. J. R.; REIS, R. E. **Fish and fisheries in the Pantanal: A Regional Review.** Pan-American Journal of Aquatic Sciences, v. 2, p. 1–23, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas.** Manaus: PGSCA/UAM, 2013.

ALMEIDA, J. D. **Tradições Pantaneiras: Cultura e Território.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2016.

ALMEIDA, M. C. **Saberes Tradicionais e Sustentabilidade no Pantanal: Resistências Femininas.** Revista de Estudos Regionais, v. 32, n. 2, p. 45–67, 2019.

AL-SHAMI, S.; MOHAMED, R.; ABDULLAH, A.; RAZALI, R. **The Effect of Social Media on the Social and Business Life of Entrepreneurs: A Qualitative Study.** Information Technology & People, v. 32, n. 1, p. 7–19, 2019.

ALSTON, Margaret. **Women and Climate Change in Australia: An Issue of Justice.** Australian Journal of Social Issues, v. 48, n. 4, p. 437–456, 2013.

ALTBACH, Philip G. **The Decline of the Guru: The Academic Profession in Developing and Middle-Income Countries.** New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável.** 7. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

AMMERMAN, Nancy T. **Pillar of Faith: American Congregations and Their Partners.** Berkeley: University of California Press, 2005.

AMMERMAN, Nancy T. **Spiritual But Not Religious? Beyond Binary Choices in the Study of Religion.** Journal for the Scientific Study of Religion, v. 52, n. 2, p. 258–278, 2013.

APOENA. **Rede Apoena de Proteção Ambiental: Informações Sobre o Pantanal.** Cuiabá: Apoena, 2008. Disponível em: www.apoena.org.br. Acesso em: 2025.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Múltiplas Territorialidades e Identidades: os “Quilombolas” e a Emergência de Uma Nova Categoria de Direitos Étnicos no Brasil.** Manaus: UEA Edições, 2006.

BANISTER, David. **Inequality in Transport.** Alexandrina: Alexandrina Academic Press, 2018.

BARLETTA, Mário et al. **Impacts of Climate Variability and Human Activities on the Hydrology and Fisheries of the Amazon Estuary.** Journal of Coastal Research, v. 26, n. 4, p. 789–799, 2010.

BASNER, Mathias et al. **Auditory And Non-Auditory Effects of Noise on Health**. The Lancet, v. 383, n. 9925, p. 1325–1332, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2009. (Publicado originalmente em 1949).

BENACH, Joan; VIVES, Alejandra; AMABLE, Marcelo; VANROEL, Neus; TARIS, Toon; MUNTANER, Carles. **Precarious Employment: Understanding an Emerging Social Determinant of Health**. Annual Review of Public Health, v. 35, p. 229–253, 2014.

BEZERRA, Jurema Gomes; SANTOS, Cláudio Moura dos. **Comunidades Tradicionais e Mudanças Climáticas: Desafios e Estratégias de Adaptação no Pantanal**. Revista NERA, v. 21, n. 42, p. 106–122, 2018.

BONNES, M.; SECCHIAROLI, G. **Environmental Psychology: A Psycho-social Introduction**. London: SAGE, 1995.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. **Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship**. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Plano de Manejo de Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA, 2007.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 2025.

BRIDGE, Gavin. **Resource Geographies I: Making Carbon Economies, Old and New**. Progress in Human Geography, v. 34, n. 2, p. 205–220, 2010.

BRONDÍZIO, Eduardo S. et al. **Small Farmers and Deforestation in Amazonia**. Cambridge: Earthscan, 2009.

BROWN, Brené. **A Coragem de Ser Imperfeito: Como Aceitar a Própria Vulnerabilidade, Vencer a Vergonha e Ousar Ser Quem Você é**. Tradução de Maria Carmem Jacobus Lubisco. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CADERNOS DE AGROECOLOGIA. **Atas do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Porto Alegre: ABA-Agroecologia, 2013.

CAMPOLIN, A. I. et al. **Desenvolvimento Sustentável e Conflitos Fundiários: Estudo de Caso no Pantanal de Corumbá-MS**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade no Brasil: O Desafio do Século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CARVALHO, L. M. J.; NASCIMENTO, D. A. **Frutas e Saúde: Aspectos Nutricionais e Funcionais**. Viçosa: UFV, 2015.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Geografia Econômica do Centro-Oeste Brasileiro**. Goiânia: UFG, 2010.

CATÁLOGO CERRAPAN — ECOA. **Produtos Sociobiodiversos do Pantanal**. Corumbá: ECOA, 2021.

CLAYTON, Susan; MYERS, Gene. **Conservation Psychology: Understanding and Promoting Human Care for Nature**. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2017.

COHEN, Anthony P. **The Symbolic Construction of Community**. 2. ed. London: Routledge, 2019.

CONNELL, R. W. **Gender: In World Perspective**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Prática: Como a Raça, a Classe e o Gênero se Entrelaçam para Moldar Desigualdades Estruturais**. In: HIRATA, Helena; SEGATO, Rita Laura; PEDRO, Joaze Bernardino (org.). **Gênero e Interseccionalidades: Violências, Marcadores Sociais da Diferença e Justiça Social**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020. p. 25-44.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2014.

DESCOLA, Philippe. **Além da Natureza e Cultura**. São Paulo: Editora Ubu, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIMENSTEIN, Magda. **Saúde Mental no Brasil: Políticas e Desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 2, p. 737-746, 2011.

ECOIA – Ecologia e Ação. **Relatório Técnico Porto Esperança**. Corumbá: ECOIA, 2015.

ECOIA – Ecologia e Ação. **Boletim Informativo**. Corumbá: ECOIA, 2021.

ECOIA – Ecologia e Ação. **Comunidade Porto da Manga: Características e Desafios**. Corumbá: ECOIA, 2021.

ECOIA – Ecologia e Ação. **Relatório Anual de Atividades 2022**. Campo Grande: ECOIA, 2022.

ECOIA – Ecologia e Ação. **Relatório de Atividades e Projetos da APA Baía Negra**. Campo Grande: ECOIA, 2021.

EDIN, Kathryn; KEFALAS, Maria. **Promises I Can Keep: Why Poor Women Put Motherhood Before Marriage**. Berkeley: University of California Press, 2005.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **Designs Para o Pluriverso: Radicalizar a Imaginação Política**. Tradução de Maurício Waldman. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

FARMER, Paul. **Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor**. Berkeley: University of California Press, 2005.

FEIDEN, A. et al. **Agroecologia no Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2007.

FLEURY-BAHI, G. **Place Attachment, Place Identity and Place Memory: State of the Art and New Research Lines**. In: CASALINI, A.; RIVLIN, L. G. (Ed.). Handbook of Environmental Psychology and Quality of Life Research. Cham: Springer, 2017.

FONSECA, Flávia da Silva et al. **Mineração e Poluição: Impactos sobre Comunidades Locais**. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977**. New York: Pantheon, 1980.

FRANKL, Viktor E. **Man's Search for Meaning**. Boston: Beacon Press, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Ronaldo Sampaio de; GOMES, Maurício Soares. **Impactos da mineração na saúde pública: uma análise a partir de comunidades de entorno**. Revista Saúde e Sociedade, v. 23, n. 1, p. 50-62, 2014.

FRUMKIN, Howard. **Environmental Health: From Global to Local**. 2nd ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

GAARD, Greta. **Ecofeminism and Climate Change**. Women's Studies International Forum, [S.l.], v. 49, p. 20-33, 2015. DOI: 10.1016/j.wsif.2015.02.004.

GAARD, Greta. **Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism**. *Feminist Formations*, v. 27, n. 2, p. 26-53, 2015.

GAARD, Greta. **Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism**. *Feminist Formations*, Baltimore, v. 29, n. 1, p. 23-45, 2017. DOI: 10.1353/ff.2017.0003.

GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. 5th ed. Colville: Optimal Books, 2014.

GLESNE, Corrine. **Becoming Qualitative Researchers: An Introduction**. 5. ed. Boston: Pearson, 2016.

GÓMEZ, C.; YOSHIKAWA, Hirokazu. **Community resilience and collective efficacy in times of adversity**. Journal of Community Psychology, v. 49, n. 2, p. 456-472, p. 123-147, 2021.

GORDON, Robert. **Unsettled: Anthropology and the Politics of Intervention**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

HAFKIN, Nancy J.; HUYER, Sophia. **Women and Gender in ICT Statistics and Indicators for Development**. Information Technologies and International Development, v. 4, n. 2, p. 25-41, 2007.

HAMILTON, Stephen K. **Hydrological controls of ecological structure and function in the Pantanal wetland (Brazil)**. In: MCKLAIN, M. E.; VICTORIA, R. L.; RICHEY, J. E. (Ed.). **The Ecohydrology of South American Rivers and Wetlands**. IAHS Special Publication no. 6. Wallingford: IAHS Press, 2002. p. 133–158.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: Principles in Practice**. 3. ed. London: Routledge, 2007.

HARRIS, Michael B. et al. **Safeguarding the Pantanal wetlands: threats and conservation initiatives**. *Conservation Biology*, v. 19, p. 714–720, 2006.

HEEKS, Richard; RENKEN, Judith. **Data Justice for Development: What Would It Mean?**. *Information Development*, v. 34, n. 1, p. 90–102, 2018.

HELLER, Léo. **Água E Saneamento No Brasil: Políticas, Planejamento E Gestão**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

HIRSCHMANN, M. et al. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2017. p. 53–66.

HOCHSCHILD, Arlie; MACHUNG, Anne. **A Segunda Jornada: O Trabalho Feminino Em Casa E No Emprego**. São Paulo: Pioneira, 2012.

HONEY, Martha. **Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?** 2. ed. Washington: Island Press, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta Por Reconhecimento: A Gramática Moral Dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HOOKS, bell. **Feminism Is For Everybody: Passionate Politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo de Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA, 2007.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. London: Routledge, 2000.

INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Relatório De Queimadas No Pantanal - 2024**. São José dos Campos: INPE, 2024.

IPCC — Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

IPCC — Intergovernmental Panel on Climate Change. **Sixth Assessment Report**. Genebra: IPCC, 2023.

IWASAKI, Yoshi. **The Role Of Leisure In Promoting Social Justice And Culturally Responsive Care**. *Leisure Sciences*, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 1–19, 2016. DOI: 10.1080/01490400.2015.1045107.

JOHANNES, R. E. **The Case For Data-Less Marine Resource Management: Examples From Tropical Nearshore Fisheries**. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 13, n. 6, p. 243–246, 1998.

JUNK, Wolfgang J. et al. **Biodiversity And Its Conservation In The Pantanal Of Mato Grosso, Brazil**. *Aquatic Sciences*, v. 68, p. 278–309, 2006.

JUNK, Wolfgang J. et al. **The Pantanal: Ecology, Biodiversity And Sustainable Management Of A Large Neotropical Seasonal Wetland**. London: Pensoft Publishers, 2013.

JUNK, Wolfgang J.; PIEDADE, M. T. F.; WITTMANN, F. et al. **A Classification Of Major Naturally-Occurring Amazonian Lowland Wetlands**. *Wetlands*, v. 33, n. 4, p. 753–776, 2013.

KABEER, Naila. **Gender Equality and Women's Empowerment: A Critical Analysis of the Third Millennium Development Goal 1**. *Gender & Development*, v. 13, n. 1, p. 13–24, 2005.

KABEER, Naila. *Empowerment, Citizenship and Gender Justice: A Contribution to Locally Grounded Theories of Change in Women's Lives*. *Ethics and Social Welfare*, v. 6, n. 3, p. 216–232, 2012.

KAUSER, Anna; KRONSELL, Annica. **Climate Change Through The Lens Of Intersectionality**. *Environmental Politics*, v. 23, n. 3, p. 417–433, 2014.

KHEEL, Marti. **Nature Ethics: An Ecofeminist Perspective**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.

KIRMAYER, Laurence J. **The Cultural Diversity Of Healing: Meaning, Metaphor And Mechanism**. *British Medical Bulletin*, v. 69, p. 33–48, 2004.

KIRMAYER, Laurence J.; SEHDEV, Megha; WHITLEY, Rob. **Community Resilience: Models, Metaphors and Measures**. *Journal of Aboriginal Health*, v. 5, n. 1, p. 62–117, p. 229–249, 2009.

KLOOS, Bret et al. **Community Psychology: Linking Individuals and Communities**. 3rd ed. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2012.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LEWICKA, Maria. **Place Attachment: How Far Have We Come In The Last 40 Years?** Journal of Environmental Psychology, v. 31, p. 207–230, 2011.

LIMA, José Edson de Souza; SILVA, Alcir Alves da. **Transporte Fluvial E Comunidades Ribeirinhas No Pantanal Sul-Mato-Grossense**. Corumbá: ECOA, 2015.

LIMA, A. R. et al. **Climate Change And Health Impacts In The Pantanal Wetland**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 21, p. 2134, 2024.

LITTLE, Peter E. **Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 3, p. 571–597, 2014.

LOPES, P. F. et al. **Tourism, Fisheries And Sustainability In The Pantanal Wetlands**. Journal of Sustainable Tourism, v. 28, p. 2155–2174, 2020.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermógenes de Freitas; TORRES, Mauro Antonio Valli; BACHER, Leandro. **Frutas Brasileiras E Exóticas Cultivadas: De Consumo In Natura**. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2006.

LUCAS, Karen. **Transport and Social Exclusion: Where Are We Now?**. Transport Policy, v. 20, p. 105–113, 2012.

MACIEL, A. L. et al. **The Impact Of Fire Regimes On The Pantanal Wetland**. Wetlands Ecology and Management, v. 27, p. 235–246, 2019.

MARENGO, José A. et al. **Recent Extremes Of Drought And Flooding In Amazonia: Vulnerabilities And Human Adaptation**. American Journal of Climate Change, v. 2, p. 87–96, 2013.

MARENGO, José A.; ESPINOZA, Juan C. **Extreme Seasonal Droughts And Floods In Amazonia: Causes, Trends And Impacts**. International Journal of Climatology, v. 41, p. 3165–3181, 2021.

MARENGO, José A. et al. **Climate Risks In The Pantanal Wetland: New Evidence**. Climate Risk Management, v. 40, p. 100478, 2023.

MARMOT, Michael. **Social Determinants of Health Inequalities**. The Lancet, v. 365, n. 9464, p. 1099-1104, 2005.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo Dos Pobres: Conflitos Ambientais E Linguagens De Valoração**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen B. **Designing Qualitative Research**. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **The Truth About Burnout: How Organizations Cause Personal Stress and What to Do About It**. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

MASTEN, Ann S. **Ordinary Magic: Resilience in Development**. 2. ed. New York: Guilford Press, 2018.

MCGINN, Kathleen L.; OH, Eunsoon. **Gender, Social Class, and Women's Employment**. In: The Oxford Handbook of Social and Political Trust. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MCGRATH, David G. et al. **Integrating Fisheries Management And Local Development In The Brazilian Amazon**. *Ecology and Society*, v. 13, p. 2-21, 2008.

MEIRELLES, Domingos Fernandes. **Ferrovias No Brasil: História E Desenvolvimento**. Brasília: ANPF, 2006.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução de Tânia Maria Oliveira. São Paulo: Editora Elefante, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio Do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa Em Saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: SNUC**. Brasília: MMA, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para o Manejo da Pesca e Aquicultura Sustentável no Brasil**. Brasília: MMA, 2017.

MOEN, Phyllis. **Analyzing Job Flexibility From A Gender Lens**. *Sociology Compass*, v. 9, n. 9, p. 730-743, 2015.

MONTERO, Maritza. **Introdução à Psicologia Comunitária**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAN, Peter. **Humour As Social Resilience: Stories, Laughter And Identity In Community**. Journal of Community & Applied Social Psychology, v. 29, n. 3, p. 230–243, 2019.

MOSER, Caroline. **Assets, Livelihoods and Social Policy**. Washington: World Bank, 2008.

MOSER, Gabrielle. **Psicologia Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

NELSON, Geoffrey; PRILLELTENSKY, Isaac. **Community Psychology: In Pursuit of Liberation and Well-being**. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2010.

NODDINGS, Nel. Caring: **A Feminine Approach to Ethics and Moral Education**. Berkeley: University of California Press, 2003.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating Capabilities: The Human Development Approach**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de Assis. **Associações Comunitárias E Desenvolvimento Local**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 13, n. 15, p. 58–76, 2010.

OLIVEIRA, M. D. et al. **The Role Of Flood Pulse In The Fish Assemblage Of The Pantanal Wetland**. Environmental Biology of Fishes, v. 90, p. 231–243, 2011.

OLIVEIRA, M. D.; SANTOS, S. A. **Socioenvironmental Vulnerability In The Pantanal Communities**. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 17, p. 1–15, 2024.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária Brasileira E O SUS**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, p. 673–684, 2009.

PAIM, Jairnilson Silva. **O Que É O SUS?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PÉREZ, Patricia. **Community Resilience and Transportation Networks**. Environmental Planning B: Planning and Design, v. 44, n. 5, p. 930–946, 2017.

PIMENTEL, Denise et al. **Mulheres Rurais E Políticas Públicas: Uma Leitura A Partir Do Desenvolvimento Territorial**. Brasília: IICA, 2012.

PINTO, João Batista. **Mineração E Desenvolvimento Local Na Morraria Do Urucum – Corumbá-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013.

PINTO, Carla F.; BRITO, Fausto. **Desigualdade E Pobreza No Brasil: Desafios Do Bolsa Família**. São Paulo: Cortez, 2020.

PIVELLO, V. R. **The Use Of Fire In The Cerrado And Amazonian Rainforests Of Brazil: Past And Present.** Fire Ecology, v. 2, n. 1, p. 24–39, 2006.

POFF, N. Leroy; OLDEN, Julian D.; MERRITT, David M.; PEPIN, David M. **Homogenization Of Regional River Dynamics By Dams And Global Biodiversity Implications.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 104, n. 14, p. 5732–5737, 2016.

PRADO, Denize Soares do. **Mobilidade E Território Em Comunidades Ribeirinhas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 23, p. 65–82, 2006.

PRETTY, Jules. **Sustainable Agriculture And Food.** London: Earthscan, 2011.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Edna. **Conservação da Natureza.** Londrina: Planta, 2001.

PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee. **Social Conflict: Escalation, Stalemate, and Settlement** 3. ed. New York: McGraw-Hill, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse And Revival Of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert D. **E Pluribus Unum: Diversity And Community In The Twenty-First Century.** Scandinavian Political Studies, v. 30, p. 137–174, 2007.

PUTNAM, Robert D.; CAMPBELL, David E. **American Grace: How Religion Divides and Unites Us.** New York: Simon & Schuster, 2010.

PUTNAM, Robert D. **The Upswing: How America Came Together a Century Ago and How We Can Do It Again.** New York: Simon & Schuster, 2020.

REIS, N. et al. **Identidade Cultural E Comunidades Tradicionais No Pantanal De Corumbá-MS.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2013.

RIBEIRO, Maria. **Pesca E Sustentabilidade No Pantanal.** Revista Brasileira de Estudos Regionais, v. 10, n. 2, p. 81–90, 2018.

RIDGEWAY, Cecilia L. **Framed By Gender: How Gender Inequality Persists In The Modern World.** New York: Oxford University Press, 2011.

RISMAN, Barbara J. **Gender As A Social Structure.** Gender & Society, v. 18, n. 4, p. 429–450, 2004.

ROCHELEAU, Dianne E.; THOMAS-SLAYTER, Barbara P.; WANGARI, Esther. **Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences**. London: Routledge, 2013.

RODRIGUES, D. J. et al. **Traditional Cattle Ranching And Ecosystem Services In The Pantanal**. *Pastoralism*, v. 8, n. 1, p. 1–14, 2018.

RODRIGUES, Luciana Ferreira. **Mulheres E Territórios: Práticas De Resistência No Pantanal Sul-Mato-Grossense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

RODRIGUES, Edna; CARLINI, Elisaldo A. **Plants Used By A Quilombola Community In Brazil: An Ethnobotanical And Pharmacological Evaluation**. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 100, p. 100–107, 2005.

RUETHER, Rosemary Radford. **Integrating Ecofeminism, Globalization, and World Religions**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos Para O Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SAHLINS, Marshall. **A Economia da Idade da Pedra**. 3. ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2017.

SANDBERG, Sheryl. **Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único À Consciência Universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. A. et al. **Tradição E Sustentabilidade Nas Comitivas Pantaneiras**. *Revista NERA*, v. 20, n. 39, p. 35–52, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Maria Paula Meneses da. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2018.

SANTOS, Ricardo Ventura. **Comunidades Ribeirinhas E Grandes Obras De Infraestrutura: Impactos E Tensões**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 2, p. 337–350, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História Das Ideias Pedagógicas No Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCANNELL, Leila; GIFFORD, Robert. **The Psychology Of Place Attachment**. In: MANZO, Lynne C.; DEVINE-WRIGHT, Patrick (Org.). **Place Attachment: Advances In Theory, Methods And Applications**. New York: Routledge, 2014. p. 23–36.

SCHEIN, Edgar H. **Organizational Culture And Leadership**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

SEN, Gita; OSTLIN, Pirooska. **Gender Inequity In Health: Why It Exists And How We Can Change It**. Global Public Health, v. 3, n. S1, p. 1–12, 2008.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 1993.

SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology And Development**. 2nd ed. London: Zed Books, 2016.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres E Agroecologia: Transformando O Campo, As Florestas E As Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

SILVA, C. J. et al. **The Impact Of Deforestation On The Hydrological Regime Of The Pantanal Wetlands**. Hydrological Processes, v. 25, p. 414–425, 2011.

SILVA, Maria José da. **Impactos Da Mineração Em Comunidades Tradicionais: Saúde E Ambiente**. Revista Saúde & Sociedade, v. 22, n. 1, p. 151–164, 2013.

SILVA, A. C. **Dinâmicas Ribeirinhas: Trabalho E Rede De Informações**. Estudos Socioambientais, v. 12, n. 1, p. 109–120, 2015.

SILVA, C. J.; CATELLA, A. C. **Fishing And Tourism In The Pantanal Wetland**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2015.

SILVA, Márcia; GENTIL, Denise. **Políticas Sociais e Segurança Alimentar no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, p. 49–66, 2016.

SILVA, C. J. et al. **The Impact Of Hydroelectric Dams In The Pantanal Wetlands: A Review**. Ambio, v. 47, p. 1–15, 2018.

SILVA, J. S. V. et al. **Deforestation Impact On The Pantanal Wetlands: A Historical Perspective**. Wetlands Ecology and Management, v. 28, p. 547–556, 2020.

SILVA, Rodrigo Pereira da; SANTOS, Renata Oliveira dos. **Determinantes Do Consumo De Álcool Em Populações Rurais: Uma Revisão.** Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 1-12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002546>

SINGER, Paul. **Introdução À Economia Solidária.** 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

SMITH, K.; ANDERSON, L. **Community Conflict And Misinformation: Impacts And Resilience.** Community Development Journal, v. 53, n. 2, p. 145-161, 2018.

SONTER, L. J.; BARCLAY, M. A.; SOPHIA, J.; MORRISON, T. H. **Mining And Biodiversity: Key Issues And Research Needs In Conservation Science.** Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 285, n. 1892, p. 285, 2018.

SOUZA, P. R.; LANI, J. L. **Aspectos Geoambientais Do Pantanal: Subsídios À Gestão Ambiental.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class.** London: Bloomsbury Academic, 2011.

STEG, Linda; VLEK, Charles. **Encouraging Pro-Environmental Behaviour: An Integrative Review And Research Agenda.** Journal of Environmental Psychology, v. 29, p. 309-317, 2009.

STEPHENS, Carolyn. **Health And Environment: An Introduction.** London: Routledge, 2020.

STEPTOE, Andrew; KIVIMÄKI, Mika. **Stress and Cardiovascular Disease.** Nature Reviews Cardiology, v. 9, p. 360-370, 2012.

SVAMPA, Maristella. **Consenso Das Commodities E Linguagens De Valoração Na América Latina.** Nueva Sociedad, n. 239, p. 30-46, 2012.

TANDON, Rajesh. **Participatory Research: Revisiting The Roots.** New Directions for Evaluation, n. 85, p. 15-41, 2002.

TASSARA, Eliana Terezinha. **Psicologia Ambiental E Práticas De Territorialização.** In: LIMA, M. E. O.; POL, E.; MANZINI, F. **Psicologia Ambiental: Cenários E Práticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 27-47.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ribeirinhos Do Brasil: Território, Conflitos E Resistências.** Brasília: IPEA, 2010.

TERRY, Geraldine. **Climate Change And Gender Justice**. Warwickshire: Practical Action Publishing, 2009.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria Biocultural: La Importancia Ecológica de las Sabidurías Tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2009.

TOMAS, W. M. et al. **Sustainability Agenda For The Pantanal Wetland: Perspectives On A Collaborative Interface For Science, Policy, And Decision-Making**. Tropical Conservation Science, v. 12, p. 1–29, 2019.

TOMASELLA, J. et al. **Hydrological Impacts Of Climate Change And Land-Use Changes In The Upper Paraná River Basin**. Journal of Hydrology: Regional Studies, v. 19, p. 1–14, 2018.

TORTATO, F. R. et al. **Tourism In The Pantanal: Potential And Challenges**. Ecotourism Studies, v. 22, p. 102–117, 2017.

TRACY, Sarah J. **Qualitative Research Methods: Collecting Evidence, Crafting Analysis, Communicating Impact**. 2nd ed. Hoboken: Wiley, 2020.

TRICKETT, Edison J. **Community Interventions And Health**. Annual Review of Psychology, v. 70, p. 231–255, 2019.

TRONTO, Joan. **Caring Democracy: Markets, Equality, and Justice**. New York: NYU Press, 2013.

TUCK, E.; YANG, K. W. **R-Words: Refusing Research**. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y.; SMITH, L. (Ed.). **Handbook Of Critical And Indigenous Methodologies**. Los Angeles: Sage, 2014.

UNESCO. **Pantanal: World Heritage And Biosphere Reserve**. Paris: UNESCO, 2000.

UNGAR, Michael. **Systemic Resilience: Principles And Processes For A Science Of Change In Contexts Of Adversity**. Ecology and Society, v. 23, n. 4, p. 34–42, 2018.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

VACHON, Marie-Claude; L'ABÉE, Catherine. **La Charge Mentale Des Femmes: Comprendre Et Agir**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2020.

WALKER, Alice. **In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose**. Orlando: Mariner Books, 2013.

WEMRELL, Maria et al. **Equity In Health Care From A Public Health Ethics Perspective**. Public Health Ethics, v. 9, p. 45–56, 2016.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone**. London: Penguin, 2010.

WISNER, Ben et al. *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*. 2. ed. London: Routledge, 2004.

WOLKOWITZ, Carol. **Bodies at Work**. London: SAGE Publications, 2006.

WOODHEAD, Linda; CATTO, Rebecca (Ed.). **Religion and Change in Modern Britain**. London: Routledge, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Burden Of Disease From Environmental Noise: Quantification Of Healthy Life Years Lost In Europe**. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ambient Air Pollution: A Global Assessment of Exposure and Burden of Disease**. Geneva: WHO, 2018.

YADAV, S. S. et al. **Women's Role In Climate Resilient Agriculture**. Environment, Development and Sustainability, v. 23, p. 10091–10115, 2021.

ZEILHOFER, Peter; MOURA, R. M. **Water Quality Changes In The Upper Paraguay River Basin Due To Land Use Changes**. Ambio, v. 38, p. 630–634, 2009.

ZIMMERMAN, Marc A. **Empowerment Theory: Psychological, Organizational And Community Levels Of Analysis**. In: RAPPAPORT, J.; SEIDMAN, E. (Eds.). **Handbook of Community Psychology**. Boston: Springer, 2020.

ZIOLKOWSKI, Andrea. **Mulheres E Resistência Ecológica No Pantanal**. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 1, p. 1–15, 2019.



SOBRE A AUTORA

Simone Príncipe Rondon

Psicóloga, Doutoranda e Mestra em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Pesquisadora nas áreas de Psicologia da Saúde, Psicologia Social, Psicologia Ambiental, Psicologia Comunitária e Ecofeminismos. Pós-graduada em Terapia Cognitivo-comportamental e Psicologia Positiva, ambas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Editora Júnior da Revista Psicologia e Saúde. Membro do Núcleo de Extensão – NEXTPSI DO PPGPSI-UCDB. Atua como Psicóloga Clínica. Atuou como Psicóloga (concursada) da Casa da Mulher Brasileira (2016/2020).



NOTAS EDITORIAIS:

Este livro é resultado da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, orientada pela Profa. Dra. Heloísa Bruna Grubits, Doutora em Ciências Médicas (UNICAMP) e Pós-Doutora em Desenvolvimento Humano (CIAD – México) Docente e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia da Saúde) – UCDB. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Família Multiespécie Campo Grande, MS – 2025.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação humana 35, 39, 95, 117
agricultura familiar 23, 24, 105, 106, 117, 118, 124
apego 48, 194, 195, 196
áreas úmidas 30, 42, 46, 105
assistência social 105, 106, 160, 161, 206

B

benefícios 11, 42, 54, 60, 61, 64, 80, 105, 106, 116, 118, 127, 137, 154, 160, 161, 162
bens materiais 11, 163, 164, 165
biodiversidade 19, 20, 23, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 53, 54, 55, 84, 85, 86, 87, 99, 105, 121, 124, 147, 172, 174, 204

C

comunidade 10, 11, 12, 19, 22, 25, 27, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 69, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 199
comunidades tradicionais e ribeirinhas 20, 39, 45, 46, 61, 62, 104, 109, 124, 138, 141
conversa 12, 13, 58, 60, 132, 137, 176, 197

D

desmatamento 24, 28, 35, 39, 41, 43, 121, 173

E

Ecofeminismo 16, 27, 87, 90, 118, 119, 154, 159, 163, 184, 216
Ecofeminismo Contemporâneo 27, 159, 163
economia solidária 26

empoderamento 21, 25, 27, 60, 78, 89, 151, 156, 187, 189
escolaridade 11, 150, 151, 202
estrutura familiar 11, 152, 153
experiência 48, 49, 78, 100, 101, 137, 158, 181, 182, 187, 193, 194

F

faixa etária 11, 116, 149, 151
feminino 12, 17, 21, 62, 67, 78, 89, 101, 176, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 203, 204

I

impactos ambientais 11, 62, 77, 118, 124, 127, 171, 172, 174

M

mobilidade 11, 54, 111, 121, 128, 129, 167, 168, 169, 174
mudanças climáticas 19, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 46, 54, 76, 78, 91, 118, 119, 120, 135, 150, 173, 203, 206
mulheres pantaneiras 9, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 47, 202, 204

P

Pantanal 10, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 68, 74, 75, 84, 85, 86, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 110, 114, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 177, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223
Pantanal sul-mato-grossense 15, 16, 22, 51, 75, 202
percepção 12, 122, 141, 173, 176, 179, 180, 181, 185, 186, 189, 191, 193
período de cheia 36, 40, 52
pesquisa 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 27, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 82, 106, 128, 129, 131, 142, 144, 146, 152, 176, 178, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
piracema 35

Psicologia Ambiental 16, 22, 26, 77, 89, 90, 95, 99, 161, 177, 182, 217, 221, 224

Psicologia Comunitária 16, 22, 27, 89, 90, 91, 92, 177, 181, 203, 216, 224

Q

qualidade de vida 11, 20, 21, 38, 45, 58, 79, 105, 158, 164, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 198, 199, 203

R

recursos naturais 20, 21, 22, 23, 24, 26, 38, 39, 41, 45, 46, 49, 54, 61, 63, 65, 66, 69, 77, 79, 81, 84, 88, 90, 91, 97, 98, 101, 107, 108, 109, 117, 118, 119, 120, 124, 133, 134, 135, 147, 159, 160, 172, 174, 177, 178, 182, 186, 203, 204

relação com os homens 11, 181, 184, 185

religião 11, 162, 163

renda 24, 42, 54, 55, 64, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 94, 106, 107, 118, 133, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 180, 184, 195, 202, 205

S

saúde 11, 13, 15, 17, 20, 24, 25, 26, 33, 36, 39, 41, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 105, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 128, 133, 135, 138, 139, 141, 146, 147, 148, 149, 157, 159, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 179, 180, 182, 198, 199, 202, 203, 204, 205, 206, 212

seca 15, 28, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 77, 121, 132, 144

T

tecnologia digital 11, 165

tradições 23, 24, 49, 100, 109, 152, 162

Transporte 11, 167, 215

turismo de pesca 54, 88



WWW.PIMENTACULTURAL.com

RESILIÊNCIA FEMININA NO PANTANAL EM MEIO AOS DESASTRES AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS